

MST

1984 - 2024



O MST e a Memória

caderno de formação nº 61

Andrey Apito
2024



EXPEDIENTE

O **Caderno de Formação nº 61 “MST e a memória”** é uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

Organização: Rosmeri Witcel, Edgar Jorge Kolling, Jade Percassi, Geraldo Gasparin, Rosana Cebalho Fernandes e Roseli Salete Caldart

Arte da capa: MST 40 anos”. Criação e concepção: Anderson Augusto de Souza Pereira, Tarcísio Leopoldo, Manoel Joaquim da Silva Neto, Vanessa Dias Diniz, Joatan Xavier, da brigada Cândido Portinari; e Rosmeri Witcel, da equipe “Rumo aos 40 anos”. Pintura: Anderson Augusto de Souza Pereira. Foto: @gcaetanoj

Diagramação: Nilde Almeida

Pedidos

Secretaria Nacional
(11) 3136-1886
Alameda Barão de Limeira 1232 - Campos Elísios
01202-002 - São Paulo - SP

1ª edição - novembro de 2023
São Paulo / SP

SUMÁRIO

Apresentação João Pedro Stedile	7
Seminário “O MST e a Memória”: Documento Síntese	11
O MST e a Memória: considerações em torno do lugar da memória e sua relação com a história na ação social <i>Regina Célia Gonçalves</i>	25
Notas ao Seminário “O MST e a Memória” <i>Adelaide Gonçalves</i>	47
Memória e luta de classes <i>Douglas Estevam</i>	97
A CPT e sua contribuição à memória das lutas no campo <i>Ronilson Costa</i>	103
Memória e história não são iguais <i>Clifford Welch</i>	109
O trabalho da equipe de arquivo e memória do MST <i>Lucimeire Barreto e Tassiana Barreto</i>	114

Quem não conhece o passado não sabe andar no futuro.

Lirinha

A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo.

Ecléa Bosi

A história selecionará os grãos e porá à parte os desperdícios; mas, de toda sorte, com o material que lhe deixemos...

Mariano Azuela

APRESENTAÇÃO

Companheiros e companheiras,

me coube a prazerosa missão de lhes apresentar esse ***Caderno de Formação*** sobre o ***"MST e a Memória"***, para ser estudado, debatido, aprofundado e degustado, por toda nossa militância, no bojo da celebração de nossos 40 anos de luta, de vida.

O Caderno surgiu como sugestão da realização de um seminário nacional, intersetorial realizado em agosto de 2023 na nossa ENFF, onde se reuniram alguns de nossos militantes e intelectuais orgânicos. Alguns vinculados aos setores de formação, educação, cultura, comunicação, produção, outros que desempenham seus labores profissionais em escolas, centros de formação e nas universidades.

O resultado foi muito bom e por isso agora estamos socializando para que o maior número possível de militantes do MST tenha acesso e se aproprie dessa elaboração que o Seminário proporcionou.

Como vocês podem ver no sumário, este Caderno reúne reflexões sobre a arte de cultivar a memória histórica de nossas experiências coletivas. Temos um primeiro texto, que é o documento síntese dos três dias de estudos e debates. Nele vocês saberão como foram organizadas as discussões do Seminário e terão um guia para pensar sobre o que tem sido nossa práxis de cultivar a memória nesses 40 anos.

Onde está a memória do MST? Ela está em tudo o que construímos de forma coletiva: nas falas, nos centros de formação, nas lutas, nos processos de construção teórica coletiva, nos nossos mártires, e que aparecem em fotos, relatos, escritos, depoimentos,

estatísticas, atas, peças jurídicas, mas também em nossa cultura, culinária, jeito de fazer as coisas, nas nossas reuniões, assembleias, marchas, audiências, poesias e canções. Está nos nossos símbolos, na nossa vida, enfim. Tudo isso pode e deve ser registrado e sistematizado, para uso das gerações atuais e futuras.

Depois temos a contribuição de duas grandes pensadoras que contribuem conosco há tantos anos e tem sua militância também nas universidades. No Seminário nos ajudaram a entender os conceitos, a construção acadêmica, o conhecimento científico sobre a realidade de nossa história. As companheiras Regina Gonçalves e Adelaide Gonçalves, trazem reflexões teóricas e inúmeras fontes de pesquisa para podermos compreender e descrever nossa prática de cultivo da memória ao longo desses 40 anos, em suas diferentes dimensões e territórios. E o nosso companheiro militante Douglas Estevam dialoga e complementa as reflexões sobre nossa concepção de memória, pensando-a na relação com a luta de classes.

Com as exposições e o diálogo durante o Seminário aprendemos como é importante entender o processo de construção da memória coletiva, como sementes que cultivamos, brotam, e se multiplicam em frutos de muitos saberes e formas. E a importância de valorizar a história oral, como parte do jeito camponês de seguir o que construímos.

Aprendemos também os conceitos próprios de uma “memória ativa” para entender, que cultivá-la não é apenas lembrar fatos ocorridos, mas é mantê-la viva, para um aprendizado necessário, que vai se atualizando e modificando a vida dialeticamente, com suas hegemonias e contradições.

E a trabalhar a memória como resistência da classe. A classe trabalhadora é dominada pela lógica do sistema capitalista, concentrador, explorador, que tem a burguesia como classe dominante. E como dizia Marx, a burguesia é classe dominante, não só porque tem o poder econômico, controla o Estado e as forças armadas, mas sobretudo porque tem a hegemonia das ideias sobre os explorados, sobre os trabalhadores, e faz com que eles e elas pensem e conservem uma memória que interessa apenas à burguesia.

Cultivar outra memória, a da luta, das contradições, das conquistas, das vitórias que tivemos contra o latifúndio e a burguesia, é uma forma de memória coletiva de resistência. De resiliência. De coragem e combatividade permanente. O trabalho com a memória é um princípio formativo e a memória coletiva é uma arma na luta de classes porque a batalha pela mente das pessoas, o que elas sentem e pensam sobre quem são e o que podem fazer para mudar as coisas, é decisiva.

Temos na sequência do Caderno o texto do coordenador da CPT nacional, companheiro Ronilson Costa, que nos traz um precioso depoimento sobre a prática do registro histórico da luta de classes no campo, realizado sistematicamente e criteriosamente pela secretaria nacional da CPT. Os registros e fatos nos descrevem as muitas formas da luta de classes no campo, que aparecem nos conflitos, nos assassinatos, nas marchas, nas ocupações, nas greves, nas disputas de território, biodiversidade, minérios, água, florestas, terra, enfim. Recolher e valorizar esse trabalho magnífico da CPT é uma forma necessária de cultivar nossa memória.

O texto de Clif Welch, outro pensador que nos ajuda há bastante tempo, traz reflexões sobre a relação entre memória e história e sintetiza a exposição feita no Seminário sobre iniciativas do MST em parceria com a UNESP, como o Centro de Documentação e Memória (CEDEM) e o Banco de Dados DATALUTA.

E por fim, temos o texto das companheiras Lucimeire Barreto e Tassiana Barreto, explicando como está organizado o trabalho da Equipe de Arquivo e Memória que integra a secretaria nacional do MST, seus objetivos, tarefas e desafios atuais.

Dito isso, me resta agradecer a todos que contribuíram na realização desse Seminário e convidá-los a ler e estudar esse Caderno com maior carinho e dedicação, como parte da teoria que explica o nosso ***Álbum da família Sem Terra!***

Um abraço
João Pedro Stedile
Direção Nacional do MST

SEMINÁRIO “O MST E A MEMÓRIA”: DOCUMENTO SÍNTESE

Ai daqueles que esquecem! As sociedades que se esquecem do seu passado, mesmo do seu passado recente, vagarão e errarão estupidamente sem encontrar a porta de saída que é a reflexão sobre o passado.

Alfredo Bosi

I — SOBRE O SEMINÁRIO

Há anos temos discutido a importância e o papel da memória nas lutas da classe trabalhadora e do MST. Ao longo da história, cultivamos a lembrança de datas importantes, nossos mártires, espaços, símbolos, companheiros e companheiras da luta de classes nacional e internacional. No processo de construção “Rumo aos 40 anos do MST” nosso trabalho com a memória tomou um novo impulso. Foi nesse contexto que decidimos fazer esse Seminário para discutir *como dar intencionalidade à produção, à organização e ao cultivo da memória coletiva do MST* enquanto movimento popular e ambiente educativo de pessoas, famílias, comunidades e grupos de trabalho que dedicam sua vida à causa da transformação social e da emancipação humana.

O Seminário balizou sua preparação pelo debate coletivo de algumas questões gerais:

- O que entendemos por memória coletiva do MST? De que materiais, camadas e dimensões ela é composta, e como sua produção precisa ser intencionalizada?
- Como registrar, identificar, organizar e disponibilizar os materiais da memória do MST para que ela seja apropriada pelo conjunto da base como prática política de apoio na projeção

de nosso futuro e legado a deixar para os que virão depois?

- Como trabalhar o cultivo da memória social (pessoal e coletiva) para que se converta em força formativa das novas gerações de lutadores/as e construtores/as?
- Qual a interface entre memórias pessoais e memória coletiva, memória oral e memória materializada em obras, memória e cultura, memória e história? Do que se nutre a memória social coletiva?

A partir dessas questões foram formulados os objetivos do Seminário. Um primeiro objetivo foi estudar e debater sobre a concepção e o papel da memória nas lutas da classe trabalhadora e do MST. Um segundo, trazer a lume a situação atual da produção e organização da memória coletiva do MST, a partir de práticas concretas desenvolvidas em nossas secretarias, centros de formação, setores e coletivos, identificando desafios. Outro objetivo foi discutir como aperfeiçoar o trabalho prático de organização de registros, acervos, documentos etc. nos espaços coletivos do MST e também elaborar linhas de ação para fortalecer a apropriação e o cultivo da nossa memória coletiva no conjunto do MST, em especial nas atividades de formação. Todos esses objetivos para ir acumulando compreensões e debate na direção de *uma política do MST para o trabalho da memória*: produção, organização de acervos e cultivo formativo.

O Seminário “O MST e a Memória aconteceu de 14 a 16 de agosto de 2023, na Escola Nacional Florestan Fernandes. Foram 53 participantes vindos dos estados do PA, RR, CE, RN, PB, AL, BA, MG, SP, RO, MT, DF, PR, SC e RS, entre pessoas responsáveis pelas atividades do “Rumo aos 40 anos”, membros da DN e GEA, integrantes dos nossos setores e coletivos de formação, educação, produção, saúde, gênero, direitos humanos, LGBTI+, comunicação, cultura, juventude, secretaria nacional, articulação de redes, expressão popular, ENFF, AENFF, IEJC, convidados da CPT, CEDEM e assessorias.

A primeira mesa tratou da memória coletiva do MST, dimensões, iniciativas e desafios, contando com as exposições de Adelaide Gonçalves Pereira/UFC e Edgar Jorge Kolling/MST, seguida

de debate em plenária.

Uma segunda mesa abordou a concepção de memória a partir de um breve panorama das diferentes abordagens sobre memória desde a história, a psicologia social, a antropologia, trazendo exemplos do trabalho com a memória social coletiva em processos de resistência popular e seu papel na formação humana. As exposições, seguidas de diálogo em plenária, foram de Regina Célia Gonçalves/UFPA e Douglas Estevam/MST.

A terceira sessão trouxe experiências e reflexões sobre a produção e o cultivo da memória nos nossos processos de formação. Foram apresentadas as práticas formativas do *Acampamento Pedagógico da Juventude* em memória do massacre de Eldorado do Carajás, PA, pela exposição de Maria Raimunda Cesar. E o trabalho com a memória do MST nas atividades da ENFF, pela exposição de Rosana Fernandes.

Em outra sessão do Seminário pudemos ouvir e depois debater sobre diferentes iniciativas e experiências no campo da memória, particularmente no que diz respeito aos registros, guarda e organização de arquivos e acervos do MST. Foram apresentadas as práticas do *Centro de Documentação da CPT* por Ronilson Costa; do *DATALUTA* e *Centro de Documentação sobre o MST na Unesp* por Clifford Andrew Welch/Unifesp; e da *Secretaria Nacional do MST* com um depoimento gravado por Dulcineia Pavan sobre o início dos trabalhos de registro e organização de arquivos e acervos no final da década de 1980 e início anos 1990; depois tivemos a exposição de Lucimeire Barreto sobre o trabalho atual da Equipe de Memória vinculada à secretaria nacional.

No dia 15 à tarde, incluímos na programação do Seminário um tempo para acompanhamento coletivo do depoimento de João Pedro Stédile na CPI contra o MST da Câmara dos Deputados. E participamos do “bonezaço” do MST nas redes.

Na noite cultural, fizemos uma roda de conversa regada a poemas e canções para partilha de memórias de lutas, construção coletiva e afetos nesses 40 anos de MST.

Mais ao final do Seminário realizamos trabalho de grupo e discussão em plenária a partir da sistematização apresentada por

Geraldo Gasparin e Jade Percassi e para levantamento de ideias e proposições de *linhas de ação* para continuidade do trabalho da memória que já se realiza, mas precisa avançar no MST.

II. CONCEPÇÃO DE MEMÓRIA

Para firmar nossa concepção de memória uma compreensão importante é a relação entre história e memória. São distintas, mas inseparáveis. A história é uma forma de conhecimento que tem a memória social coletiva como um dos seus objetos vivos. A memória é sempre uma construção social, necessária para a formação e preservação da identidade e da cultura de um povo, de uma sociedade. A memória, conectada à cultura, compõe o processo histórico vivo e é um dos objetos da história como conhecimento. A memória alimenta e é alimentada pela história.

A memória pode ser genericamente definida como a capacidade que o ser humano tem de reter e guardar o tempo que se foi, de evocar o passado. A palavra memória denomina, ao mesmo tempo: o mecanismo de lembrança e esquecimento do tempo vivido pelos indivíduos e sociedades; a existência objetiva da experiência dos grupos através do tempo, expressa nos monumentos, documentos e relatos da sua história.

Não se trata de um simples recordar. A memória traz presente o que já passou e com isso orienta nossa compreensão do presente e a projeção do futuro. Mas ela em si não dá conta de que se compreenda o que se passou. É necessária uma postura de estranhamento e distanciamento dos acontecimentos passados para entendê-los na perspectiva de formação de uma consciência histórica.

O tempo é, portanto, o lastro da história e também da memória. Ambas se movem no tempo passado, mas são definidas pelas questões do presente. Nossas perguntas atuais definem nossa busca sobre o que já foi. O trabalho pedagógico com a memória é uma forma de aprender a se apropriar do tempo e compreender a historicidade de todas as coisas do mundo. E de aprender a distinguir entre o que pode e o que não deve ser esquecido para melhor levar a vida adiante e para construir projetos coletivos.

Mas buscar a memória pode significar escolhas políticas opostas, inclusive numa direção conservadora, que pode utilizar a memória como mercadoria. Outra direção é a da memória como bandeira política de movimentos populares, como uma reconstrução do passado exigida pelo presente, portanto, somente possível se pensada coletivamente.

Todos nós temos direito ao passado, assim como temos direito ao presente e ao futuro. A memória vai fazendo os elos entre experiências e saberes de diferentes gerações. Rememorar envolve as dimensões de tempo e espaço. A memória se materializa e se referencia em lugares materiais, lugares de memória. E é o experimentar de mudanças e permanências. A destruição ou desvalorização de lugares de memória é uma forma de destruir a memória coletiva. E o tempo artificialmente acelerado, que é próprio da forma capitalista de sociedade, nos escraviza no presente instantâneo e está no contraponto do tempo da memória e da história.

A memória está em permanente construção, através de mecanismos de retenção, seleção e descarte de informações. Como território imaterial em disputa, está sob permanente ameaça de apagamento por instâncias de dominação, mas ocultações, dissimulações e inversões podem ocorrer também devido a necessidade ou escolha de esquecimento. Alguns legados são preservados, e outros esquecidos; há projetos sociais na história que foram derrotados pela ideologia ou visão de história dominante, e passaram a ser desqualificados como obsoletos ou utópicos.

A memória traz elementos subjetivos e objetivos. O preservacionismo material se ocupa de preservar o que pode se deteriorar ou restaurar o que se perdeu, de forma a priorizar arquivos e objetos. A sociedade industrial trouxe o esgarçamento da possibilidade de memória de grupos sociais e modos de vida anteriores. Nas últimas décadas tem havido uma movimentação de setores da sociedade no propósito de superar a “amnésia social”, buscando constituir uma história dos excluídos, das classes dominadas, resgatando elementos que não foram registrados pela história oficial. A isso se somam iniciativas de preservação de acervos, do patrimônio histórico, cultural e ecológico da humanidade, além

da multiplicação de lugares instituídos da memória, como museus e galerias.

A expansão da cultura material não é um problema em si, mas há um perigo em tentar reunir todos os documentos possíveis e depois não saber o que fazer com eles. É preciso ter clareza de por que fazer isso. O desafio é, portanto, de como organizar os registros para que a memória seja mais do que apenas um repositório de documentos, relatórios, programas, vídeos, fotografias etc.

O trabalho da memória não é fazer uma cópia do que aconteceu. É fazer uma seleção intencional de acontecimentos que se passaram ou situações que enfrentamos, a partir de finalidades discutidas coletivamente. É produzir na forma de registros o nosso percurso a ser conhecido, contado, compartilhado. E o que ficar disponibilizado deve ser o que afinal entendemos que não deve ser esquecido nem por nós mesmos nem pelos que virão depois. O nosso trabalho com a memória pode orientar o que ficará como narrativa e objeto da história, nossa e do tempo em que vivemos.

As intencionalidades que o MST desenvolve em muitas de suas escolas e cursos de formação nos confirmam que o cultivo da memória é algo que se aprende; que a construção coletiva se aprende e que registrar, organizar registros e sistematizar a memória de processos também é algo que também se pode aprender. Mas essa é uma intencionalidade pedagógica que exige planejamento coletivo, paciência, persistência e visão de processo. As mesmas virtudes necessárias a quem assume a tarefa de recolher, organizar e encontrar formas de socialização dos materiais da nossa memória coletiva.

A memória é ferramenta estratégica na luta de classes. Para a classe trabalhadora ela pode cultivar a indignação contra as injustiças e mobilizar para continuidade das lutas e o fortalecimento da organização coletiva. Ela também nos ajuda a afirmar o que não tem mais volta no caminho real que vai sendo trilhado dia após dia pela nossa organização e o conjunto de movimentos e organizações populares. E nos educa a pensar sobre como tudo ao mesmo tempo se mantém e se transforma ao longo do tempo, da história.

No Seminário tratamos sobre como trabalhar com nossa memória viva e o material que já temos acumulado. E sobre o que merece/exige nossa intencionalidade mais coletivamente organizada de produção da memória: registros, organização e disponibilização dos acervos produzidos em diferentes linguagens. E como fazer isso de um modo que eduque o conjunto da nossa organização (da base às direções) para a produção e o cultivo da memória e ensine aos que vêm chegando a perguntar a quem veio antes, sobre o que fizeram e porque fizeram como fizeram. Assim estaremos ajudando a preparar quem continue o caminho que trilhamos desde as circunstâncias sobre as quais trabalhamos e o que conseguimos compreender e processar do tempo histórico em que nos coube viver.

III. A MEMÓRIA COLETIVA DO MST

A luta do MST se reconhece como herança das lutas da classe trabalhadora que o antecederam, mas também se enraíza no presente como referência para experiências no futuro. Há uma memória do MST e ela nos conecta com o futuro e para além de nós.

A experiência da vida no Movimento se configura como um processo de formação humana, que contém história, memória e cultura como dimensões que dialogam entre si. Cada espaço de experiência social e política do MST é *um lugar de memória*, onde se vive e se aprende; e se produz documentos históricos de toda natureza: símbolos, poemas, canções, filmes, fotografias, campos de cultivos, construções, depoimentos, textos escritos, monumentos etc.

Trabalhar a memória implica organizar, pôr alguma ordem em tudo isso, selecionando coletivamente o material que toma parte da disputa de projetos do presente, prospectando possibilidades de futuro. Precisamos que mais gente nossa entenda a força do legado, o que herdamos e o que estamos deixando para os que vêm depois de nós. Isso implica reconhecer que essa força está em nossos acampamentos e assentamentos, em cada luta, escola, cooperativa ou prática solidária.

As matrizes formativas sistematizadas pela Pedagogia do

Movimento podem ser uma chave para pensar a construção da memória do MST: *luta, organização coletiva, trabalho, cultura e história*. E no *trabalho socialmente* produtivo, a especificidade formadora do trabalho na terra, ela mesma matriz do ser humano como ser natural e social.

Nessa direção, reafirmamos algumas dimensões e processos que constituem as diferentes camadas da materialidade viva de nosso percurso e podem orientar a produção intencional de nossa memória coletiva, bem como a organização de registros e acervos:

1. As diferentes formas de **luta**. Principalmente as **ocupações de terra**, as **marchas** e outras **mobilizações** que reúnem diferentes sujeitos coletivos e gerações em atividades específicas e intervenções coletivas.
2. O **acampamento** como um espaço educador coletivo que forma a consciência social. Uma escola de participação organizativa e política. O acampamento como “nosso quilombo”, com participação de toda a família, diferentes gerações e o aprendizado do respeito à diversidade construindo a unidade na luta.
3. O **método de organização** que fomos criando, na teoria e na prática de construção de um movimento popular que se vai formando como organização política. Método que inclui trabalho de base, auto-organização coletiva, autossustentação da luta, método democrático de direção, estudo e formação política.
4. O **assentamento** como lugar do reencontro de trabalhadoras e trabalhadores com a terra mãe, antes expropriada e agora socialmente apropriada e cultivada. Espaço de vida, de produção e cooperação, da agroecologia, da educação, cultura, esporte, lazer; de moradia, de culinária; do exercício de novas relações humanas e respeito à diversidade; do cultivo de valores e disputa de projeto de sociedade.
5. Os **símbolos do MST** como força e expressão de nossa unidade e de nossos valores. O respeito aos símbolos que conferem uma identidade coletiva e pertencimento à organização e à atuação da militância. Memória materializada em bandeiras, hinos, cartazes, gritos de ordem, gestos, partilhas.

6. A **Mística** que aprendemos dos que vieram antes e que construímos como parte de nossa identidade dando sentido à vida e pondo sentimento ao projeto político que abraçamos. Ela compõe nossa memória coletiva em suas diferentes formas, seu material e processo de criação nos diferentes momentos e espaços em que se realiza.
7. A **poética Sem Terra**, que pelos poemas, canções e diferentes formas de escrituras fazem o registro e o cultivo do que vivemos, sentimos, pensamos, em suas permanências e mudanças. Essa poética embala nossos sonhos e esperanças, anima e alimenta nossas consciências e a vontade de viver com luta e beleza.
8. **Atividades de Formação** que se realizam nos encontros, seminários, cursos, oficinas, reuniões, congressos, eventos, escolas. Memória de vivências que forjam o MST como intelectual coletivo, que garante nossa unidade, socializando e produzindo conhecimentos, fortalecendo nossa pertença e capacidade organizativa, nossos sentimentos, afetos e planos de vida.
9. **Produção de materiais** como memória organizada pela elaboração de documentos, sínteses de nossos debates coletivos, forma de socialização de nossa produção artístico-cultural e registros que vão demarcando nossa caminhada coletiva de luta e construção.
10. **Nossos mortos** também são nossa memória e ajudam a contar nossa história. Como mártires da luta ou pessoas que dedicam sua vida para manter viva nossa organização. E como disse alguém, nem nossos mortos estarão seguros se forem os inimigos a contar nossa história.
11. Os **espaços físicos** que vamos construindo como nossas escolas e centros de formação, nossas cooperativas, agroindústrias, nossas áreas comunitárias, nossas secretarias, salas de trabalho, que se tornam ambiente educativo para uma nova forma de relações entre as pessoas, no trabalho, com a natureza.
12. O **internacionalismo** como nossa marca de nascença e cultivo da luta para além de nós mesmos e das fronteiras de um estado,

de um país. As relações que vamos construindo com todos os povos do mundo, os intercâmbios e práticas de solidariedade e indignação contra as injustiças mostram o que somos e espe-
lham nossos valores e o tamanho da luta de que fazemos parte.

13. Produção agroecológica de alimentos que ajuda a re-
constituir uma forma de trabalho humano que interage com a
natureza, resgata a memória camponesa ancestral de relação
com a terra e constrói relações sociais que confrontam a lógica
capitalista de produção. As práticas realizadas no bojo do Plano
Nacional “Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis” já
integram nossa memória coletiva de construção da Reforma
Agrária Popular em nossas áreas e para além delas.

14. Práticas de cultivo da memória. Essas práticas já são a me-
mória da memória, ou seja, de como temos produzido e cultiva-
do nossa memória coletiva nesses 40 anos. Elas nos inspiram e
fortalecem nosso enraizamento projetivo. Iniciativas potentes
como o acampamento da juventude de Eldorado do Carajás
que nos ensina porque massacres e martírios não podem ser
esquecidos; iniciativas processuais como nossos festivais de
escrevivências ou a sistematização de experiências, assim como
práticas do dia a dia de nossas escolas e centros de formação
que os constroem como lugares de memória, pela nomeação
dos espaços, pelas árvores com a identificação de quem as vai
plantando, pela presença ativa de militantes antigos trazendo
suas memórias e os exercícios coletivos de escrita do percurso
formativo de cada turma.

IV. LINHAS DE AÇÃO

A discussão sobre memória não é tarefa apenas para as equi-
pes de trabalho já constituídas para organizar nossos registros
e acervos. É tarefa do conjunto do Movimento, das instâncias à
base. Temos agora uma quantidade imensa de documentos, textos,
fotografias, vídeos e outros materiais. Precisamos construir uma
orientação geral para seleção do que deve ser guardado, além
de construir ferramentas de acesso, decidir quem pode acessar
e como. Documentos e registros muito importantes estão sendo

perdidos pelo uso exclusivo de mensagens do *whats app* e das demais mídias sociais. Enquanto não houver uma determinação coletiva sobre como lidar com esse material vamos continuar perdendo parte de nossa memória.

E é imprescindível discutir sobre a organicidade do trabalho da memória no MST. Porque muito do que se está discutindo hoje já foi feito antes, pelo menos duas vezes nas últimas décadas. Se não conseguirmos dar prioridade e inserir esse trabalho na organicidade do Movimento, as ideias discutidas nesse Seminário poderão se perder novamente. Seguem algumas linhas de ação para avançarmos no trabalho e cultivo da memória no MST:

1. Construir o entendimento coletivo sobre a importância política e formativa do *trabalho da memória* garantindo momentos de estudo e discussões nas instâncias, coletivos e setores e como parte do trabalho de base.
2. Disponibilizar para a militância materiais sobre fundamentos de compreensão do trabalho da memória. E obras de literatura que tenham a memória como foco ou sensibilizem para sua relevância.
3. Fortalecer processos de cultivo da nossa memória coletiva especialmente em nossas atividades educativas com a militância, as crianças Sem Terrinha, Juventude, LGBTI+, mulheres e homens, toda nossa base, utilizando diferentes formas e linguagens.
4. Espraiar a prática de nomear os nossos espaços, atividades, turmas, assentamentos e acampamentos homenageando lutadores/as e as lutas sociais, compreendendo-as como patrimônio imaterial de nossa organização e da classe trabalhadora.
5. Trabalhar com a “contação” de histórias do MST em diferentes espaços formativos e realizar atividades como o “túnel do tempo” nos assentamentos, nas escolas, nos encontros etc.
6. Entrevistar os guardiões e guardiãs da Memória do Movimento, envolvendo as novas gerações e a militância nesse processo de escuta formativa. Utilizar a metodologia da história oral, valorizando as informações e agregando-as às memórias já registradas.

7. Zelar pelos documentos e materiais, buscando condições para arquivamento adequado nos diferentes espaços – secretarias estaduais, bibliotecas, centros de formação, escolas, cooperativas, áreas sociais dos assentamentos.
8. Promover uma cultura de cuidado com a guarda organizada de nossa memória de produção artística, painéis, banners, cartazes, fotografias etc.
9. Inserir o trabalho da memória na organicidade do Movimento, criando condições objetivas (pessoas responsáveis, recursos materiais, capacitação) para realização das tarefas de registro, recolha e organização dos nossos materiais, arquivos e acervos.
10. Atualizar a cartilha nacional com orientações sobre critérios de seleção e procedimentos para a coleta, armazenamento, organização e disponibilização de arquivos, documentos, produções de cada setor e outros materiais, considerando as discussões deste Seminário.
11. Ter uma orientação específica sobre o que fazer com os documentos que estão somente na forma digital, decidindo o que deve ser guardado, quem pode acessar e como. E garantir que o fluxo desses documentos não aconteça somente por *whats app*, meio em que mais facilmente são perdidos.
12. Fazer nos estados e nos coletivos e setores um inventário geral dos arquivos, áudios, vídeos, fotografias, publicações, literatura, filmes etc. e definir espaços e lógica de organização do material a partir da orientação nacional.
13. Mobilizar historiadores e historiadoras formados pelo MST para ajudar no trabalho de seleção e organização de nossos arquivos e acervos.
14. Realizar formações, oficinas e cursos para aperfeiçoamento dos trabalhos relacionados ao Arquivo e Memória.
15. Fazer parcerias com instituições de ensino superior ou outras entidades para apoio na organização dos acervos do MST em cada estado, seguindo as orientações tiradas.
16. Construir formas de disponibilizar o acesso da militância, base

assentada e acampada aos nossos acervos através de mostras, exposições permanentes e itinerantes, e presença em nossos lugares de memória.

17. Articular outras organizações populares do campo para a construção conjunta de um Memorial da Luta pela Terra no Brasil.

Destacamos por fim a intenção de que esse documento sirva como provocação ao debate necessário sobre a importância da memória para o MST, aproveitando o ambiente propício da celebração dos nossos 40 anos. Debate que precisa ser feito em todas as nossas instâncias, coletivos e setores.

Trata-se de um documento aberto para recolha da riqueza do processo de construção de nossa memória coletiva e das discussões que podemos fazer sobre ela e a partir dela.

A árvore que não tem raiz o vento derruba. O arquivo não é para ficar morto. Fui secretária, a gente guardava tudo, pensava que a história seria contada a partir desses documentos. Precisamos criar no movimento essa preocupação com a memória, e também com o uso dela. O que não temos em arquivo escrito temos como arquivo vivo.

Maria Izabel Grein, durante o Seminário

O MST E A MEMÓRIA: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO LUGAR DA MEMÓRIA E SUA RELAÇÃO COM A HISTÓRIA NA AÇÃO SOCIAL*

Sendo historiadora, nada mais adequado do que introduzir nosso tema sobre o lugar da Memória na práxis do MST, do que problematizar sua inseparável relação com a História-conhecimento.

A Memória (seja individual, seja coletiva) é composta por mecanismos de depósito, de armazenamento, de retenção, ou seja, aquilo que chamamos lembrança; mas também o é por mecanismos de seleção e de descarte, o que chamamos esquecimento. Sim! Esquecer é necessário, pois nenhum indivíduo ou sociedade pode existir se permanecer eternamente no passado, lembrando cada detalhe de seu tempo vivido, sem tempo para viver o presente – ou seja, sem tempo para agir – e, portanto, sem possibilidade de prospectar o futuro. Para ilustrar essa impossibilidade recomendo a leitura do conto “Funes, o Memorioso” de Jorge Luís Borges, belíssimo texto sobre a experiência de um homem que perdeu a capacidade de esquecer¹.

Considerando esses mecanismos, podemos afirmar que, ao mar do esquecimento estava relegada, até bem pouco tempo, a “história dos excluídos”, dos explorados, dos oprimidos, dos “de baixo”. Aliás, a história entendida como uma disciplina, como um tipo de conhecimento, é permeada por silêncios, muitos deles,

* *Regina Célia Gonçalves*, professora Aposentada do Departamento de História/UFPB

¹. In: BORGES, Jorge Luis. *Ficções*.(1944). 7ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

inclusive, impostos pela própria sociedade. Na história, em muitas ocasiões, é possível perceber também na obra dos historiadores, o apagamento e\ou a desqualificação dos projetos sociais que foram derrotados². Tais ideias, tais projetos passam a ser nomeados como utópicos, conservadores, atrasados, dentre outros adjetivos usados com intenção pejorativa. Foi o que aconteceu, por exemplo, no século XVIII na Inglaterra, quando os camponeses se levantaram em luta contra o avanço do capitalismo que destruía seu modo de vida ancestral, dentre eles o direito ao uso das terras comunais. Nesse embate foram classificados como atrasados, enquanto a mercantilização da terra e a destruição de seus costumes foram vinculadas à ideia de progresso³. Outro exemplo desse processo de desqualificação e silenciamento de culturas populares é tratado, de forma ficcional, mas tendo por base o que aconteceu com os camponeses e ribeirinhos que viviam na área onde foi construída a barragem de Sobradinho na Bahia (inaugurada em 1979), no filme *Narradores de Javé*⁴. A obra aborda vários aspectos da cultura popular, ancorada nas tradições orais, que são menosprezadas pelos defensores do “progresso” que a represa representaria. Dentre as tradições que recebem esse tratamento estão os mitos de origem da comunidade e as suas várias práticas culturais, como a relação com a terra, as relações de parentesco, a religiosidade de matriz cristã e de matriz africana [um dos momentos mais dolorosos é o questionamento da inundação do cemitério, pois sequer os mortos têm sossego], além de várias outras. Javé, o povoado, apesar da vida, da memória e da história de seus moradores, é condenado ao afogamento, à submersão, ao fim.

². Sobre o tema, recomendamos a leitura da obra *História: Análise do passado e projeto social*, do historiador Josep Fontana (Bauru, Edusc, 1998).

³. Sugiro a leitura das obras do historiador britânico Edward Palmer Thompson para a compreensão desse processo. Ver, em particular *Senhores e Caçadores* (São Paulo, Paz e Terra, 2008) e *Costumes em Comum*. (São Paulo, Companhia das Letras, 1998).

⁴. Filme de 2003 dirigido por Eliane Caffé.

Na verdade, neste sentido do silenciamento ou da desqualificação de certas memórias, podemos observar a ocorrência de uma “amnésia social”. O historiador Ulpiano Bezerra de Menezes (1992) classifica as manifestações da amnésia social em três tipos:

- a) a condenação da memória que é muito frequente em regimes totalitários. Podemos evocar um exemplo recente da história do Brasil quando a perseguição à memória de Paulo Freire se tornou prática cotidiana por parte de agentes públicos e de instituições do Estado, com o objetivo explícito de apagar a lembrança de sua importância para a educação em todo o mundo.
- b) as ocultações, dissimulações, inversões que ocorrem nesse campo e que nem sempre estão ligadas às instâncias de dominação, mas também à necessidade de esquecimento. Este é o caso observado na Alemanha, depois da II Guerra Mundial, quando muitas pessoas, muitas comunidades e até mesmo cidades inteiras, desenvolveram mecanismos para apagar registros de sua colaboração com o regime nazista⁵, e
- c) a amnésia da história dos excluídos. E, em especial, no que diz respeito a esta última, o autor chama a atenção para o fato de que, apesar de todos os esforços que se tem realizado para reverter-la, não basta “... apenas dar voz aos silenciados. É imperioso detectar e entender as multiformes gradações e significações do silêncio e do esquecimento e suas regras e jogos”. (1992: 18).

Ou seja, neste oceano da memória, devemos ter a preocupação de procurar entender os mecanismos através dos quais ele – o esquecimento – brota. Caso contrário, a emergência dos excluídos enquanto objetos/sujeitos da história se tornará irrelevante e seus efeitos, passageiros, por não implicarem em aprofundamento/ruptura da concepção hegemônica do conhecimento. Ou seja, é necessário atentar para o fato de que reunir documentos aleatoriamente, também pode ser uma forma de condená-los ao perecimento. Para que estas múltiplas vozes possam ter um efei-

⁵ O filme *Uma Cidade sem Passado* (1990), de Michael Verhoeven, nos ajuda a entender, com clareza, esse tipo de situação.

to de fato transformador, é necessário que as conheçamos, bem como as condições de sua elaboração, de seu silenciamento e de sua emergência.

Muito se tem discutido, nas últimas décadas, tanto no campo acadêmico quanto no político, sobre a importância do “momento memorial” que caracteriza as nossas sociedades na contemporaneidade. Esse “momento memorial” tem sido expresso de diferentes formas, seja pela preocupação com a preservação de acervos e arquivos, do patrimônio histórico, cultural e ecológico da humanidade; seja quanto à multiplicação de lugares da memória (galerias, bibliotecas, museus, entre outros); ou ao resgate da história dos excluídos. São muitos os aspectos extremamente positivos desse movimento, “... *na medida em que não só reflete a salutar emergência da consciência política, como também recolhe, organiza e conserva indicadores empíricos preciosos para o conhecimento de fenômenos relevantes e merecedores de análise e apreensão histórica*”. (MENEZES, 1992: 9-10). E um dos mais vigorosos é justamente a tentativa de recuperar a memória no sentido de buscar os elementos que não foram registrados pela história oficial, de buscar o passado para recuperar os nexos perdidos.

SOBRE MEMÓRIA E HISTÓRIA

No entanto, antes de avançarmos nesta direção, se nos coloca a necessidade de precisar melhor a utilização que fazemos da categoria *memória*. Na verdade, o termo se aplica à fenômenos de duas ordens distintas, embora confluentes. Se, por um lado, denomina um processo que ocorre no nível da mentalidade humana, seja ela individual ou coletiva, por outro tem sido utilizado correntemente para caracterizar a cultura material das sociedades através do tempo⁶.

⁶. No artigo “Memória”, da obra *História e Memória* (1992), Jacques Le Goff faz uma interessante discussão acerca da definição do termo, dos tipos de memória e de como ela foi concebida através dos tempos, partindo das sociedades sem escrita até os dias atuais.

Este elemento – o tempo – se constitui como o lastro da memória, que pode ser genericamente definida como a capacidade que o Homem tem de reter e guardar o tempo que se foi, de evocar o passado. Concordando com Chauí (1995), seria ela, a memória, a nossa primeira e mais fundamental experiência do tempo. É a consciência da existência de um passado, tanto o do sujeito que lembra quanto “... o relatado ou registrado por outros em narrativas orais e escritas”.

“A memória não é um simples lembrar [que ocorre espontaneamente] ou recordar [que é um trabalho deliberado da consciência], mas revela uma das formas fundamentais da nossa existência, que é a relação com o tempo, e, no tempo, com aquilo que está invisível, ausente e distante, isto é, o passado”. (CHAUÍ, 1995: 130)

Assim, como dissemos acima, a palavra memória denomina tanto (a) o mecanismo de lembrança e esquecimento do tempo vivido pelos indivíduos e pelas sociedades (trata-se de uma dimensão “interior” da memória) quanto (b) a existência objetiva da experiência dos grupos, através do tempo, objetividade essa expressa nos monumentos, documentos e relatos da sua história.

Essa segunda dimensão, a memória que “*aparece como algo concreto, definido, cuja produção e acabamento se realizaram no passado e que cumpre transportar para o presente*”. (MENEZES, 1992:10), tem se constituído como o eixo central dessa preocupação preservacionista que observamos no mundo ocidental contemporâneo. Ela se manifesta com a preocupação em conservar e restaurar aquilo que corre o risco de ser ou que já foi desgastado e de resgatar aquilo que foi esquecido ou perdido. Essa expansão da memória no campo da cultura material seria a demonstração de que ela se tornou, antes de tudo, uma memória arquivística, uma “*memória registradora que delega ao arquivo o cuidado de lembrar por ela*”. (NORA, 1993: 14-15).

Pierre Nora apresenta tal conclusão, expressão mais acabada do “boom memorial”, por conceber uma nítida diferença entre aquilo que considera a memória verdadeira, aquela abrigada no

gesto e no hábito⁷, e a memória transformada por sua passagem em história, que é quase o contrário, é voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea (NORA, 1993: 14). Tal diferença, segundo o autor, decorre de sua compreensão de que o mundo moderno, a sociedade industrial, conduziu à desagregação dos grupos portadores da memória, em especial, as sociedades camponesas. Através desse processo, a história teria se apoderado do terreno antes ocupado pela memória, passando a ser a atribuidora de sentidos e identidades.

Como aponta, muito adequadamente, Menezes (1992), a expansão da memória no campo da cultura material, em si, não se constitui um problema, salvo os de ordem prática:

*“(...) O problema não está na generosidade dessas iniciativas [disseminação dos “lugares da memória”], mas, do ponto de vista do conhecimento, na sua onerosa serventia, pois, longe de fornecer um caminho aberto aos historiadores do futuro, eles exigirão um penoso trabalho prévio de codificação desse simulacro de presente petrificado em memória, sem dúvida precioso, ao menos para o estudo do imaginário e das mentalidades. Com efeito, a falta de orientação crítica, o predomínio do descritivo, **o descompromisso com qualquer problemática previamente delineada** fazem com que essa massa enorme de documentos corra o risco de transformar-se num duplo fragmentado e parcelar do presente empírico”.* (1992:13, destaque nosso).

Tal esmigalhamento, segundo Nora, para além da questão estritamente acadêmica, decorre do fato de que a memória viva já não se acha inscrita em grande parte do conjunto social, o que não se aplica, segundo nosso entendimento, à experiência do MST que deve ser, por isso mesmo, preservada. Ao definir a memória

⁷. Alude aqui à dimensão interior da memória, a memória retrospectiva, à qual contrapõe a memória da cultura material, campo de domínio da história. No que diz respeito à compreensão dessa memória gravada no gesto e no hábito, a contribuição mais importante é a do filósofo Henri Bergson, através da sua concepção de uma “memória hábito”. Esta seria um automatismo psíquico que adquirimos pela repetição contínua de alguma coisa, seria a memória dos mecanismos motores, um processo que se dá pelas exigências da socialização; um serviço para a vida cotidiana, que faz parte de todo o nosso adestramento cultural. (apud BOSI: 1987).

como “... a vida, sempre carregada por grupos vivos, em permanente mutação, aberta à dialética da lembrança/esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações” (1993, p.09); por compreendê-la como um fenômeno sempre atual, elo vivido no eterno presente, ao mesmo tempo afetiva e mágica, com raízes no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto, Pierre Nora associa o seu desaparecimento ao dos grupos que a portam. Desaparecidas as sociedades tradicionais, desaparece a memória coletiva e instala-se a história e um novo modelo de lembrar/esquecer - a memória arquivística. Instala-se a história e novos lugares da memória, não mais os vivenciados pelos grupos, mas aqueles que são destinados a lembrar pelo grupo: arquivos, museus, bibliotecas.

No que se refere à relação entre História e Memória concordamos que seja muito importante reafirmar que se trata de coisas distintas. Não se pode, nem se deve confundi-las;

“A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é a forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psicossocial de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legiti-mações que produz”. (MENEZES, 1992: 22).

No entanto, se distintas, memória e história também são inseparáveis, são caudatárias do oceano do tempo mantendo muitos pontos em comum. A história e a memória movem-se no tempo; para sermos exatos, movem-se no tempo passado e, em ambas, o que define a busca do passado é o presente. Uma – a história – busca compreender o fazer das sociedades humanas numa tripla dimensão temporal - passado, presente e futuro; a memória, por sua vez, opera em cada indivíduo (ou grupo social) um processo ulterior semelhante – passado, presente e futuro. Eis porque, operando na mesma dimensão e, sendo a história uma forma intelectual de conhecimento, compartilhamos da perspectiva de

que “... memória e tradição⁸, enquanto produtores de um tempo determinado e de um conjunto social dado, podem e devem se constituir em matéria prima para o exercício crítico da pesquisa histórica...”. (SANTOS, 1986: 10).

Sendo assim, podemos afirmar que se abre um vasto terreno para a pesquisa histórica com a possibilidade de abordar as múltiplas dimensões da memória. Por exemplo: a história-conhecimento pode se debruçar sobre as lembranças ou sobre os esquecimentos operados pela memória social.

Além disso, há que considerar que a memória, por si, não dá conta do passado. É necessária uma postura de estranhamento e distanciamento para que o seu conhecimento seja possível. *“Somente a História e a consciência histórica podem introduzir a necessária descontinuidade entre passado e presente. História é, com efeito, a ciência da diferença”*. (MENEZES, 1992: 12). Só ela é capaz de identificar a substância passada do passado, sem prejuízo dos interesses e direitos do presente.

Portanto, ao retomar a questão da expansão recente do campo memorial, reafirmamos a perspectiva de que um dos aspectos mais vigorosos dessa preocupação com a memória é justamente a possibilidade de estudá-la para que seja possível recuperar os elementos que não foram registrados pela história oficial. Buscar a memória, como afirma Menezes (1992), pode significar a escolha de uma de duas direções diametralmente opostas:

“A primeira é conservadora, vale-se da fetichização, quer para transformar a memória em mercadoria, quer para utilizá-la como instrumento de legitimação potenciado pelo valor cultural. [A segunda é uma resposta] às alienações provocadas pela expropriação da memória e representa pelo menos a emergência de uma consciência política (...). [Nesta segunda direção] é que tem

⁸. A tradição é aqui compreendida como a memória exteriorizada como modelo que está permanentemente sujeito à dinâmica social, o que quer dizer que não é, necessariamente, estático, cristalizado. Além disso, muitas tradições são “inventadas” e o seu estudo contribui para esclarecer as relações humanas com o passado. A sua relação com a história é bastante íntima, na medida em que *“toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a História como elemento legitimador e de coesão”*. (cf. Hobsbawm e Ranger, apud SANTOS, 1986: 6).

havido, recentemente, uma mobilização da memória como bandeira política e como combustível para movimentos sociais. Paralelamente, é a própria atividade profissional do historiador que é chamada a integrar essa militância da memória”. (1992: 21-22).

Se pensarmos na direção conservadora, podemos problematizar, como exemplo, as políticas patrimoniais que, até pouco tempo, se preocupavam rigorosamente com a conservação e preservação dos marcos da história das classes dominantes. Dentre as muitas situações que podem ser arroladas está a do tombamento dos “centros históricos” de “cidades históricas” ou o de edificações isoladas (o chamado “patrimônio de pedra e cal”) que preservam espaços físicos que registram a memória de instituições coloniais ou imperiais, como igrejas, câmaras, palácios de governo, ou das classes dominantes, como os casarões das fazendas de café ou as casas grandes dos engenhos de açúcar. Na direção oposta, o da conservação das memórias dos trabalhadores, pouco empenho foi observado até muito recentemente e só passaram a ocorrer depois de muito questionamento e mobilização de grupos sociais organizados e de cientistas.

Enfim, outra questão importante que devemos destacar (e que os exemplos acima denotam) é que a memória só pode ser compreendida a partir do plano social, ela só existe no interior de um grupo social e assim o é porque, na verdade, a memória deve ser concebida como uma reconstrução do passado inspirada, exigida pelo presente. No espírito do sociólogo francês Maurice Halbwachs, em sua obra *A Memória Coletiva* (1990), a sociedade, deve ser entendida como uma unidade orgânica que envolve, penetra, se faz sempre presente sobre o indivíduo, regulando a sua conduta. Indivíduo que é a sua imagem e semelhança. Ou seja, é esta força social que interliga as “representações atuais”, mesmo as individuais, a um quadro preexistente. Assim, *“As representações, as emoções, as tendências coletivas não têm como causas geradoras certos estados de consciência individual, mas as condições em que se encontra o corpo social em seu conjunto”*. (LAINO: 1986, 18).

É neste princípio que as ciências sociais devem inspirar-se: a sociedade se compõe de grupos e não de indivíduos. Assim sendo,

tem-se claro que as lembranças, por mais que pareçam ser individuais, na verdade são o resultado das experiências vivenciadas por cada indivíduo, ao longo do tempo, em cada um dos lugares onde as tenha vivido. É dessa massa social, que está continuamente a envolvê-lo e penetrá-lo, que emanam as representações, as lembranças que, aparentemente, são individuais. É dos grupos sociais, encarnação do tempo presente vivido pelo sujeito, que se desencadeia o curso da memória. É a partir dessa inserção social (ou inserções sociais), e da situação presente, que o oceano da memória pode ser navegado.

“O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam a nossa consciência atual. (...) O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista”. (BOSI, 1987, 17 – destaque nosso).

Ou seja, para Halbwachs, lembrar só é possível enquanto atividade coletiva. Enquanto não somos um ente social (a primeira infância, por exemplo), as nossas impressões sobre o que ocorre à nossa volta não podem ser lembradas porque não encontram ancoradouro em nenhuma referência objetiva. Embora invisíveis, como a atmosfera que respiramos, afirma o autor, embora a maioria das influências sociais que obedecemos nos passem despercebidas, como se a nossa lembrança fosse um fenômeno puramente individual, são as “correntes de pensamento social”, condição para a nossa existência, para a existência do nosso passado e para a sua evocação.

Para Halbwachs, na verdade, o nosso passado compreende duas espécies de elementos: aqueles que nos é possível evocar quando queremos (porque se conservam em grupos com os quais mantemos relações próximas, cujos códigos e pensamentos nos

são familiares) e aqueles que, ao contrário, não fluem com facilidade quando os procuramos no passado (porque os grupos que os trariam até nós estão mais distantes no tempo ou no espaço ou até mesmo desapareceram). Mas, de que forma ocorre esta evocação? De que forma o pensamento coletivo penetra o individual? Para Halbwachs, o principal instrumento socializador da memória é a linguagem. Uma memória é sempre um discurso socializado pela linguagem.

Entre as noções gerais que não abandonam o homem, sequer no sonho, destacam-se as relações de espaço, de tempo, de causa e de consequência. As noções gerais veiculadas pela linguagem, elaboradas socialmente, agem no interior da lembrança, no âmago da imagem evocada. Assim subsistem as lembranças.

Tal e qual o historiador, o rememorador também não pode reviver o passado, só lhe resta, portanto, a possibilidade de refazer, no discurso presente, com as noções do presente, aquilo que se passou, a partir dos indícios que sobreviveram à passagem do tempo. É importante ressaltar que é impossível relembrar aquilo que desapareceu completamente, sem deixar vestígios. Só se pode rememorar o que sobrevive no presente, daí a importância de preservar essas sobrevivências.

No processo de rememoração, a ação do sujeito e os diversos grupos sociais estão presentes, e este processo tem a ver com sua historicidade passada e presente. Daí podemos inferir que rememorar é construir e reconstruir permanentemente, é realizar um trabalho sempre atual em que a história (dos indivíduos, da comunidade, do grupo) é sempre reavaliada, recriada, redefinida. Sendo assim, a memória é, sobretudo, um trabalho. Se ela é algo que preenche e ocupa todos os lugares, se é

“... um substrato, repositório dos produtos do nosso passado que sobrevivem no presente, condição mesma do tempo presente... [É também] uma reflexão sobre o passado, um debruçar-se sobre esses vestígios presentes para selecioná-los, agregá-los, condensá-los, destrinchando a espessura temporal do agora, para dar sentido, não tanto ao passado, como ao próprio presente. A memória é, assim, uma forma de ação, uma ação representativa, parte da atividade auto representativa que uma sociedade, grupo

ou indivíduo produzem de si, para assumirem e defenderem sua identidade e para orientarem sua ação individual ou coletiva...”
(GUARINELLO, 1994: 187/188).

No entanto, tal memória, fixadora de sentidos e identidades, ao ser considerada um trabalho, uma forma de ação, pode também ser entendida como uma indagação ao tempo presente para nele identificar as diferenças, as transformações em relação ao passado. Afirma-se a memória como algo vivo, uma memória ativa, que afirma o *“poder e a força da ação humana sobre sua própria história, desnaturalizando o tempo humano”*. (1994: 189).

Do ponto de vista do “boom memorial” (a memória em sua dimensão material), o campo da memória é também um campo de conflito, porque ela é um instrumento e um objetivo de poder (LE GOFF, 1984). E, por ser veículo de poder, é que assistimos hoje a esse “boom”, a essa explosão de novas memórias, especialmente a dos excluídos.

Essa memória, compartilhada pelos grupos sociais, é que tem relevância. É só essa memória, compreendida como um sistema organizado de lembranças, que tem como suporte um grupo espacial e temporalmente situado, que realiza o objetivo de assegurar a coesão e solidariedade deste mesmo grupo, necessitando ser constantemente reavivada, que deve nos interessar.

Assim, é na memória que *“cresce a história, que por sua vez a alimenta, [e que] procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”* (LE GOFF, 1992). Ou seja, todos temos direito ao passado, porque todos temos direito ao presente e ao futuro. Afinal, a memória é um componente imprescindível do ser humano, pois é através dela que os conhecimentos, as experiências vividas pelas gerações passadas – a herança acumulada pela espécie humana – é transmitida. A partir desse legado as novas gerações constroem suas experiências e deixam gravadas as suas marcas que são, na verdade, as marcas de seu tempo, de sua sociedade.

No entanto, insistimos, não podemos deixar de refletir sobre as apropriações da memória, pois ela pode ser acionada para a conservação ou para a transformação social. Importante entender que a criação das “instituições de memória” ou lugares de memória, a

organização dos arquivos, a preservação dos documentos, as políticas patrimoniais e o tombamento do patrimônio, correspondem a um conjunto de ações interessadas. E esse é um dado essencial que não pode ser desconsiderado por quem trabalha com eles e que também é um sujeito “interessado” (na conservação ou na transformação social).

Cada monumento que é construído, ou que é tombado, cada peça de arquivo, cada “casa da memória”, corresponde à execução de um projeto, à seleção realizada por alguém situado em um “lugar social”. Portanto, deve ser assim problematizado. Foi isso que aconteceu, por exemplo, com os arquivos que existem desde a Antiguidade Clássica, época em que eram dedicados fundamentalmente aos registros das casas reais; mais tarde, por toda a Idade Média europeia, se tornaram atividade desenvolvida em especial nos mosteiros e abadias com o objetivo de registrar e preservar informações sobre as safras, a arrecadação de tributos e o número de servos e guerreiros. Com a formação dos Estados Modernos absolutistas, no contexto de surgimento do capitalismo, adquiriram maior organização e institucionalidade para, já no século XIX, se consolidarem como um dos principais lugares de memória – ao lado de galerias, museus, arcos do triunfo, estátuas equestres, bibliotecas – que foram construídos para preservar o conhecimento e homenagear os heróis nacionais. Finalmente, na contemporaneidade, os arquivos se tornam um dos elementos do “boom memorial” a que temos nos referido, em relação estreita com as demandas do presente.

Há que se considerar também que, além dos interesses políticos e econômicos, essa explosão da memória só foi possível, e só pode ser compreendida, porque ao longo do século XX até o momento atual, o desenvolvimento científico e os avanços tecnológicos possibilitaram o aumento da capacidade de registro. Aos arquivos de papel (em prateleiras, pastas e caixas) se somaram outros suportes como fitas cassetes, filmes, disquetes, CDs, DVDs, pendrives, nuvens que não cessam de serem desenvolvidos ou inventados. Mas não se trata só disso, pois novos meios tecnológicos, como rádio, televisão, cinema, computador, mp3, mp4, redes

sociais, dentre outros, permitem a ampliação quase infinita de armazenamento de registros e sua transmissão. Essas transformações também estão diretamente relacionadas com a ampliação de diversos campos do conhecimento e, inclusive, com a abertura de outros novos que se debruçam sobre as próprias tecnologias informacionais e comunicacionais.

Como afirma a historiadora Rosa Godoy Silveira, no que se refere à História-conhecimento ou historiografia, que é memória social criticada, o conhecimento não único, mas por excelência, o conhecimento sistematizador da memória individual, grupal e coletiva das experiências humanas, tais transformações ensejaram uma espécie de revolução de sua escrita: os seus vários domínios de reflexão e pesquisa passaram a ser mediados por esses registros sob novas linguagens; novos domínios foram se instituindo, a exemplo da história oral, da história das imagens (foto, vídeo, cinematográfica), da história em interrelação com a informática.

No que se refere a este último aspecto, o da expansão dos novos domínios da memória, abrimos parênteses para introduzir algumas reflexões sobre a Metodologia da História Oral que certamente é muito adequada para a produção de registros provenientes dos movimentos sociais.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL

Parece ser cada vez mais consensual a ideia de que o estudo da estrutura social pode ser mais íntimo e real se a metodologia for mais indireta e focalizada na atividade e nas relações sociais. Ao usar não só o documento escrito (no caso do trabalho do historiador), mas também a evidência oral, é possível apreender uma realidade em que as pessoas são tão proeminentes quanto os lugares e as estruturas e todos estão mais intimamente entrelaçados.

Desta forma, uma perspectiva histórico-sociológica, possibilitada por uma investigação mais completa, parece ser atualmente compreendida como fundamental para o estudo das sociedades.

“Ela implica que se investigue o presente e o passado. Os conhecimentos obtidos devem permitir alguma espécie de previsão, que não diga apenas respeito aos processos sociais recorrentes, mas

também aos processos sociais de mudança. O processo empírico indireto da sociologia depende, portanto, da capacidade dos sociólogos em reafirmar as técnicas de observação que permitam o conhecimento das situações de vida contemporânea e as técnicas de reconstrução de situações de vida desaparecidas". (FERNANDES, 1967: 67-68).

Em busca desta perspectiva histórico-sociológica, o testemunho oral pode ser extremamente importante se entendido como fonte possível na constituição de uma história em que a memória do grupo expressa a sua experiência de vida e a localiza no presente. O desafio fundamental da História Oral se relaciona com a finalidade social essencial da perspectiva histórica que defendemos: possibilitar que as "pessoas comuns" compreendam as suas próprias vidas e o mundo em que vivem (THOMPSON, 1993).

A metodologia da História Oral permite que se recrie a multiplicidade de pontos de vista, implicando em novos enfoques e tornando possível escapar da versão imposta pelos outros tipos de documentos, pelo menos até onde interessa aos tempos recentes, embora um não deva excluir o outro. O método da história oral, por ter uma natureza criativa/cooperativa, pois envolve entrevistador(es) e entrevistado(s), leva a um questionamento radical da relação básica entre história e comunidade.

"A informação histórica não precisa ser levada para fora da comunidade para ser interpretada e apresentada pelo historiador profissional. Por meio da História Oral, a comunidade pode, e deve merecer confiança para escrever a própria história". (THOMPSON, 1993: 37/38).

A História Oral também pode ter um compromisso com a finalidade social essencial da história porque se baseia na fala e não na habilidade da escrita, que é muito mais exigente e restritiva. E ao fazer isso, ajuda as "pessoas comuns" a confiarem mais em si mesmas e em sua importância, através da valorização que adquirem em sua própria fala. Permite que grupos sociais excluídos do sistema oficial de ensino, de cultura letrada, mas que inevitavelmente se fazem presentes na história, clamem por sua inclusão. Através da sua fala, é possível obter uma visão interior da sua cultura, por sua própria boca e, com frequência, por sua

própria iniciativa. Apesar dessas considerações, no entanto, não devemos ser ingênuos a ponto de acreditarmos que a simples utilização da evidência oral garantirá, por si, a concretização desse compromisso social da história. Acreditar nisso é acreditar, como os historiadores da escola metódica do século XIX, que os “documentos falam por si”; é negar o reconhecimento de que os documentos falam apenas quando interrogados pelo investigador. Ou seja, a utilização de qualquer outro tipo de evidência depende daquilo que o pesquisador lhe pergunta, como lhe pergunta e com quais intenções o faz.

É preciso, além disso, reconhecer que o dado individual, como discutimos anteriormente, não tem nunca um conteúdo somente pessoal, mas tem pontos que o prendem à comunidade e à sociedade mais ampla.

“Além disso, ele possibilita reconhecer mais a fundo as relações interpessoais e, portanto, reconstruir a realidade social nas suas diversas manifestações, do trabalho ao tempo livre, da família ao bar, das amizades à fábrica”. (CIPRIANI, 1988: 118).

É claro que existe o perigo das fontes orais, ao serem utilizadas isoladamente, estimularem a ilusão de uma vida cotidiana em que fiquem esquecidos os aspectos estruturais da realidade, na medida em que eles raramente influem nas lembranças dos homens e mulheres comuns. É este o outro desafio para o pesquisador que lida com a história oral: situá-las (as lembranças dos depoentes) nesse contexto mais amplo, ajudando-nos a reconstituí-lo.

Por outro lado, através da evidência oral e, em especial, da história de vida, emerge o efeito cumulativo da pressão individual pela mudança. Esse tem sido um aspecto quase sempre ignorado pelos estudos sobre a sociedade, que tem se debruçado invariavelmente sobre as pressões coletivas e os movimentos de massa. Reconhecer esse efeito cumulativo é reconhecer que:

“(...) Grande parte das decisões individuais cruciais podem ser feitos igualmente por homens ou mulheres. (...) Precisamos saber como as ideias públicas e as pressões econômicas e coletivas interagem em nível individual para constituir aqueles milhares de

decisões que, cumulativamente, não só dão forma a cada história de vida, mas constituem, também, o rumo e dimensão da mudança social mais ampla. Ou, em outras palavras, fica claro que a produção de gente é motor de mudança tanto quanto a produção de coisas". (THOMPSON, 1993: 330/331).

Concluindo nossas considerações acerca da relação entre o individual e o coletivo (expressão do sempre presente desafio a ser encarado pelos cientistas sociais: a busca das conexões entre o micro e o macro, a parte e o todo, o particular e o geral), voltamos a afirmar que, embora através da história de vida, o pesquisador colha dados que indicam como se formou a personalidade de um indivíduo ao longo de sequências de experiências no decorrer do tempo, isso não basta. Tudo que é individual e único numa pessoa é excedido, em todos os seus aspectos, por uma infinidade de influências que nela se cruzam e às quais não pode escapar.

No que se refere especificamente à técnica da história de vida, uma das críticas que lhe são feitas diz respeito ao fato de que as lembranças de situações passadas, depois de muitos anos, se modificam (aliás, este é um "problema" pertinente a todo e qualquer estudo que se baseie na memória), portanto, a carga de subjetividade nela presente seria enorme. Ora, concordamos com as afirmações de Thompson de que essa subjetividade se constitui no principal valor da história oral, uma vez que à história, ela interessa tanto quanto os fatos, ou seja, o que o depoente acredita é, na verdade, um fato (isto é, o fato de que ele acredita nisso) tanto quanto qualquer outro. Pois, à história também interessa como são vivenciadas e lembradas, na imaginação, os eventos, estruturas ou padrões de comportamento. *"A construção e a narração da memória do passado, tanto coletiva quanto individual, constitui um processo social ativo que exige ao mesmo tempo engenho e arte, aprendido com os outros e vigor imaginário". (THOMPSON, 1993: 185).*

Também é preciso ter claro, como já dissemos, que a memória é seletiva ao relembrar o passado e tem os seus silêncios. Consciente ou inconscientemente, o mais provável é que as lembranças tristes, desabonadoras ou perigosas, sejam enterradas. Além

disso, “(...) os fios da consciência são particularmente difíceis de desembaraçar porque atitudes do passado e do presente facilmente se emaranham”. (SAMUEL, 1989/1990: 239). Assim, os cientistas sociais e os historiadores em particular, devem enfrentar esse testemunho com uma compreensão dos processos sutis por meio dos quais todos nós representamos o mundo a nossa volta e o nosso papel dentro dele.

Enfim, é necessário reconhecer a complexidade da Metodologia da História Oral. Ela não pode ser compreendida apenas como um caminho para a produção de documentos (registro de depoimentos), o que aliás pode ser feito através da aplicação de diferentes tipos de técnicas (entrevista temática, história oral de vida, relato oral de vida, entrevistas coletivas, rodas de conversa, entre outras) como suporte de diferentes meios técnicos (gravação de áudio ou de vídeo, por exemplo). Cada escolha ou possibilidade, por si só, envolve uma série de objetivos e condicionantes que devem ser considerados, e esse é um dos motivos pelos quais se pode afirmar que se trata de uma metodologia adequada ao trabalho por projeto.

Há ainda que se considerar que a forma mais difundida de coleta de dados orais, a entrevista, envolve um encontro de subjetividades – a do entrevistador e a do entrevistado. Envolve, portanto, uma relação em que tais subjetividades (que não necessariamente compartilham os mesmos valores) e as condições objetivas em que se encontram (o local, o momento, as condições de luz e de temperatura, o conforto, dentre outras variáveis) devem ser sempre reconhecidas e valorizadas. Nesse sentido também é importante alertar que, na entrevista, quem aprende é o entrevistador, é ele que não sabe. Ou seja, é necessário que ele se prepare anteriormente (estudando o tema, tendo informações sobre o depoente, por exemplo) para ter condições de decidir quando e o que falar, de forma a estimular (ou não interromper) o fluxo da narrativa do entrevistado; é necessário ter uma postura respeitosa e colaborativa, enfim, é necessário que esse encontro de subjetividades seja efetivo, confiável e prazeroso para ambos.

Por fim, ainda há a considerar o fato de que a metodologia

produz um documento oral e que, portanto, o original é a gravação do depoimento, mas quase sempre essa gravação é transcrita e, ao se tornar texto escrito, também se torna outro tipo de documento que implica em escolher quais critérios serão adotados nas transcrições. Por exemplo, é preciso que, nela, se decida como registrar (ou não registrar) o silêncio, o suspiro profundo que o entrevistado imprimiu ao recordar o que está narrando, o brilho de alegria ou o sofrimento em seus olhos, o risinho de canto de boca...

Enfim, esses são alguns comentários sobre a História Oral que refletem a preocupação que inúmeros pensadores têm sistematizado ao longo de todo o tempo que ela tem sido aplicada e que já resultaram na produção e divulgação de uma enorme massa de obras disponíveis àqueles que se interessam pelo tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encaminhar as considerações finais sobre o que discutimos até aqui, julgamos pertinente apresentar ainda algumas ideias para a construção de uma política de memória (suporte da narrativa histórica) que venha a atender às demandas de nosso Seminário.

A primeira delas, nos parece, é a necessidade de produzir documentos e organizar acervos. Marc Bloch, em A Apologia da História (2001) afirma que “Reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador. De fato, ele não conseguiria realizá-la sem a ajuda de guias diversos: inventários de arquivos ou de bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos de toda sorte”.

Trata-se de um esforço que demanda, ao mesmo tempo, muito tempo e muitos recursos financeiros, além de equipe qualificada e interdisciplinar. Mas não se trata apenas disso. Como os documentos (e, portanto, os arquivos e os instrumentos de pesquisa) “não falam por si sós”, é necessário também refletir sobre em nome de quem eles falam, por que falam e para quem o fazem. Pensar a sua organização e a sua preservação significa também pensar em torno destas questões. Temos, enfim, de fazer boas perguntas ao longo de todo o processo.

Considerando os 13 pontos da Memória do MST que foram arrolados por Edgar em sua exposição na primeira Mesa do Seminário, e que entendemos como provocação para a nossa conversa, pensamos que seja importante destacar que, cada espaço da experiência social e política do MST deva ser tratado como “lugar de memória”. Memória que se herda, que se deve conhecer e com a qual se aprende. Trata-se de lugar que produz documentos sobre um presente que, no continuum temporal, imediatamente se torna passado. Tais documentos, por sua vez, devem ser compreendidos em sentido alargado, sejam eles, os escritos, os depoimentos orais, os territórios de vida e trabalho, os campos de cultivo, símbolos, canções, poemas, edificações, dentre muitos outros. Cada tipologia documental exige um tratamento específico que deve ser fundamentado em métodos e técnicas adequadas.

Este é, portanto, o segundo desafio: organizar a documentação e sistematizá-la de forma que se possa utilizá-la para construir uma nova narrativa no presente e, ao mesmo tempo, permitir a elaboração de outras no futuro. Fazer isso garante que se fixem outras memórias, as nossas memórias, e se combata as da classe dominante. É necessário e inevitável que disputemos memórias e isso só é possível se produzirmos e divulgarmos as nossas. É essa memória que alimentará a nossa história, permitindo novas conexões com o passado num processo contínuo de enraizamento indispensável para a prospecção e construção de outros futuros.

O campo das disputas de memórias num mundo de aceleração do tempo perceptível, por exemplo, nas experiências das redes sociais, exige também que dominemos as novas tecnologias, além do conhecimento já sistematizado por várias ciências, dentre elas a História, a Comunicação Social e a Ciência da Informação. Assim, aponta-se a necessidade de continuar a capacitar os militantes dos movimentos sociais, de garantir seu acesso à Universidade e outros cursos. Tal qualificação visaria à formulação de plataformas/ programas/projetos de pesquisa que contemplem as demandas dos movimentos populares, ou seja, a necessidade de atender a história dos de baixo.

Enfim, temos de garantir que o tempo da organização, da refle-

xão, da produção de narrativas prenches de olhares mais profundos, mais ricos e transformadores da realidade social não seja, mais uma vez, condenado como obsoleto e utópico.

BIBLIOGRAFIA

- BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade; Lembranças de Velhos. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1995.
- CIPRIANI, Roberto. Biografia e Cultura: da religião à Política. In: VON SIMSON, Olga de Moraes (org). Experimentos com História de Vida. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1988.
- FONTANA, Josep. História. Análise do Passado e Projeto Social. Bauru, EDUSC, 1998.
- GONÇALVES, Regina Célia. A História e o Oceano da Memória: Algumas Reflexões. In: Saeculum. Revista de História. nº4/5. João Pessoa: Universitária UFPB, 2000. (p.13-40).
- _____. Vidas no Labirinto. Mulheres e Trabalho Artesanal. Um Estudo sobre as Artesãs da Chã dos Pereira (Ingá-PB). (Dissertação) Mestrado em Ciências Sociais/UFPB, João Pessoa-PB, 1996.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória Coletiva e História Científica. Revista Brasileira de História. n.28. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. Invenção da Tradição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LAINO, André. Bergson e Halbwachs: Retomando um Debate. Revista Tempo Brasileiro. n. 87. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1986.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A História Cativa a Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n.34. São Paulo, 1992.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares. Projeto História. n. 10. São Paulo, EDUC, 1993.

- PERROT, Michelle. Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. Revista Brasileira de História. n. 19. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1990.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória, História, Nação: Propondo Questões. Revista Tempo Brasileiro, n. 87. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1986.
- THOMPSON, Edward Palmer. Senhores e Caçadores. São Paulo, Paz e Terra, 2008.
- _____. Costumes em Comum. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Paul. A Voz do Passado. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

NOTAS AO SEMINÁRIO “O MST E A MEMÓRIA”⁹”

(NO CONTEXTO DA JORNADA “RUMO AOS 40 ANOS DO MST”)*

“A água oferecida pelos deuses era tirada de um rio chamado Lethe, rio do esquecimento. Porque o esquecimento nos prende ao peso de um presente sem dimensões, quando é causado pela violência dos sentidos e pelo agrilhoamento da consciência. Ai daqueles que esquecem! As sociedades que se esquecem do seu passado, mesmo do seu passado recente, vagarão e errarão estupidamente sem encontrar a porta de saída que é a reflexão sobre o passado.”
Alfredo Bosi

I- SEMENTES DE MEMÓRIA

“As raízes são as veias da seiva”.
Arnaldo Antunes

A abertura deste escrito se inspira em “A Memória Vegetal” (2010), de Umberto Eco. Os livros são nossa memória vegetal, “da etimologia tanto de biblos como de liber, remete à casca da árvore”. Também se beneficiou da leitura de Stefano Mancuso, “A Planta do Mundo” (2021) em que, entre outras passagens, trata das árvores da liberdade plantadas na Revolução Francesa, ou das

***Adelaide Gonçalves**, Educadora do Departamento de História da UFC e da ENFF.

⁹. Notas preparadas para exposição no Seminário e concluídas em outubro 2023, dialogando com práticas e reflexões nele compartilhadas.

idades sem plantas e afirma: “as plantas constituem a nervura, o fundamento, o mapa (ou planta) com base no qual se constrói o mundo em que vivemos. Não ver essa planta, ou pior, ignorá-la, acreditando que estamos acima da natureza, é um dos perigos mais graves para a sobrevivência da nossa espécie”.

Outra leitura arrebatadora nessa direção é “O Homem que plantava árvores”, de Jean Giono, (editora 34, 2019). E ainda uma leitura, um belo livro que guardo com infinito zelo, folheando-o seguidas vezes: trata-se de “Herbarium”, de Rosa Luxemburgo (Berlin, 2019) um testemunho impresso de seu imenso encantamento pela botânica e amor à natureza, como visto nos “cadernos de campo”, de 1913 a 1918, com seus desenhos, colagens e descrições e excertos de suas cartas, várias da prisão política.

Trago para junto destes exemplos, outras duas leituras de grande impacto. Uma é de Mike Davis, “Holocaustos coloniais: a criação do Terceiro Mundo” (2001, com reedição mais recente no Brasil) uma análise potente sobre o imperialismo, a economia política e a fome no Brasil, na China e na Índia no século XIX e no início do século XX. O livro dialoga com o trabalho pioneiro de Josué de Castro “Geografia da fome”. A outra é o instigante livro de Jack Goody, “O Roubo da História” (Contexto, 2008).

Começo falando sobre plantas e livros semeando Memórias para assinalar os sentidos de Memória inscritos no Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, lançado pelo MST em janeiro de 2020. Do plantio almejado de 100 milhões de árvores até aqui as árvores plantadas já se aproximam a 20 milhões e se espalha em vários territórios a Rede de Viveiros Populares, entre outras iniciativas. O Plano articula a produção agroecológica de alimentos saudáveis, a educação agroecológica, o cuidado dos bens comuns e a recuperação de áreas degradadas. Povo vivo, floresta em pé, comida no prato! O Boletim de Educação nº 17, em recente edição (2023), sugere que se observe o registro de memória das ações nas escolas e assentamentos e conclama: *Plante árvores! Muitas árvores./ Cultive as sementes! Preserve a memória das sementes crioulas./ Produza alimentos saudáveis!/ Cuide da Mãe Terra!/ Para que a humanidade sobreviva e a histó-*

ria continue!/ E para que as novas gerações herdem um caminho aberto de luta e construção! O recurso à Memória é expresso também na formulação do Calendário político-organizativo, sublinhando o Dia da Água (22/março), da Caatinga (28/abril), da Mata Atlântica (27/maio), da Amazônia (05/setembro), do Cerrado (11/setembro), do Pantanal (12/novembro), do Pampa (17/dezembro).

Nas escolas do campo, as árvores do saber fortalecem *uma pedagogia do sonho ou do inédito viável* como pensado em Paulo Freire. Essas escolas, em sua formação sobre agroecologia, são uma conquista, promovem também uma pedagogia da memória. Estudantes, à sombra das árvores, conversam sobre modalidades de ensino que incluem tentativas bem sucedidas de fabricar o biogás necessário para as cozinhas escolares, o uso de produtos da horta, a experimentação de novas técnicas de recuperação de solos e de cultivo, a criação de bancos de sementes. Mostram com orgulho os produtos da terra, as técnicas que utilizam e as ervas medicinais que catalogam, ouvindo as memórias das mulheres mais velhas, como anotou Paula Godinho em obra de 2019.

São muitos e diversos os exemplos nos assentamentos, nas escolas, de experimentos de recuperação do meio ambiente, do plantio de uma agrofloresta, de um horto de plantas medicinais, de uma horta agroecológica... De destaque é o trabalho realizado na Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, no Assentamento Jacy Rocha na Bahia, completando dez anos de uma bonita história de formação em agroecologia em seu projeto de assentamentos agroecológicos. Egídio, nome de assentamento e nome de escola, foi um dos fundadores do MST, educador, lutador, um internacionalista. "Das muitas viagens na lida da formação e organização camponesas, Egídio aprendia cada vez mais sobre as sementes tradicionais e sempre trazia algumas sementes consigo. Era comum ver seus bolsos com sementes para doar, e sempre orientando que se plantasse e doasse. Egídio *amava e multiplicava as sementes crioulas*. Ele nos ensinou o valor das plantas e dos alimentos!" (*Da Página do MST*).

No dia 22 de setembro de 2023, no Assentamento Contestado,

Lapa, Paraná, se deu o ato de inauguração da Casa de Sementes da Escola Latino Americana de Agroecologia, cujo lema ecoou na mística: “As sementes são patrimônio dos povos a serviço da humanidade”. A Casa é fruto dos mutirões de construção de canteiros pedagógicos das brigadas Cacique Guairacá e Emiliano Zapata. Na pedagogia dos canteiros se aprendeu o resgate de técnicas construtivas de camponeses ancestrais, em atenção aos materiais próprios daquele território: terra, argila, madeira. A Casa de Sementes é o fruto do trabalho de dezenas de guardiões e guardiãs de sementes, como afirma Bruna Zimpel, do MST, enfatizando “o cuidado, o zelo camponês” ao depositar cada semente na terra. Ao nascer uma planta vemos uma vida nascer, germinar. E Nei Orzekovski vai ao ponto: “o trabalho de resgate das sementes não é apenas ter milho e feijão crioulo, mas resgatar no milho e no feijão a história de cada família camponesa” (da página do MST).

Nessa dimensão memorial os festivais de arte e cultura *Por terra, arte e pão* e os Armazéns do Campo, formam *uma celebração da agroecologia, da agricultura camponesa e das memórias partilhadas*. Os Armazéns, que já somam trinta nas várias regiões, e as Feiras da Reforma Agrária confirmam na prática o que se dizia nas marchas e atos de protesto: *Se o campo não planta, a cidade não janta!* Trazem dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária Popular uma diversidade de alimentos saudáveis. Um deles, em São Luis, no Maranhão, o Solar Maria Firmina dos Reis, presta seu tributo de memória a primeira romancista negra do Brasil, autora de *Úrsula*, o primeiro romance abolicionista, escrito em 1859. Como se vê, os Armazéns são lugares de difusão da memória pública do MST e para além dele.

O tempo das árvores, dos quintais brotando vida, enraizados nos saberes dos mais antigos, do embelezamento e o florido das Escolas, dos singelos jardins defronte às casas nos Assentamentos, do respeito e amor pela natureza e da procura por descobrir a memória de cada árvore; as marcas do tempo, o cheiro dos frutos... É a resposta coletiva frente à tragédia das florestas queimadas, dos biomas sob ataque da motosserra, do grileiro, do narcogarimpo... Milhares de hectares morrem por causa da ambição, no mundo

todos os dias. Árvores e animais são condenados à extinção pelo lucro voraz. Impossível ficar em silêncio frente ao horror das raízes reviradas, dos nervos cortados, dos troncos retorcidos e tornados em carvão.

O crime do Estado brasileiro em Eldorado do Carajás tem em seu testemunho de memória subversiva, as Castanheiras, rogando por justiça e reparação. A força e o trabalho da memória nas 19 castanheiras/símbolo plantadas às margens da estrada. Como dizem os Sem Terra de lá: "Cada castanheira representa um companheiro tombado [na luta], mas também a natureza, que está sendo queimada a cada dia pelas grandes empresas, pelo latifúndio. Mesmo para nós que vivemos nessa região, que estamos aqui, sempre é muito forte passar pelo monumento das castanheiras, porque é o contato direto com essa realidade, essa materialidade da luta pela terra aqui na região". Um símbolo do martírio também sobre a natureza devastada pela ganância sem fim do capital e seus agentes – o latifundiário, o patrão escravagista, o banqueiro grileiro, a mineradora da lama, o grande pasto do agro...

2- A INTERPELAÇÃO DA MEMÓRIA ATIVA

"Romancistas e Poetas, nos anos do fascismo, tinham jejuado, por não existirem ao redor muitas palavras que fosse permitido usar; e os poucos que tinham usado palavras escolheram-nas com todo o cuidado no magro patrimônio de migalhas que ainda restava. No tempo do fascismo, os poetas viram-se obrigados somente a exprimir o mundo árido, fechado e sibilino dos sonhos. Agora, havia de novo muitas palavras em circulação, e a realidade parecia de novo ao alcance da mão, por isso, esses antigos jejuadores passaram a vindimar com deleite".

Natalia Ginsburg. "Léxico Familiar", 2018.

Vários estudos, entre os quais o de Elizabeth Jelin, *Memoria y democracia. Una relación incierta* (2013), problematizam o grau de atenção às memórias do passado recente, especialmente nas sociedades marcadas pela violência política, ditaduras e guerras civis. Observa as marcas institucionais, territoriais e simbólicas

ancoradas no passado recente de violência e repressão, ligando o “dever de memória” à construção de futuros democráticos. A autora ressalta a dimensão dos legados, sua transmissão, afirmando uma dimensão “pedagógica” da memória e observa a função dos memoriais, monumentos, a recolha de testemunhos, formação de arquivos... Nesse processo, ressalta a função da “criação artística e performática” – o cinema, a literatura, o teatro, as artes plásticas, a fotografia... “Tal é a afirmação do labor da memória ativa, desejando despertar uma vontade de intervenção no presente e no futuro; uma intenção pedagógica ancorada na interpelação ativa”. A autora assinala os efeitos do trabalho da memória nas mudanças sociopolíticas, sublinhando a relação entre memória e justiça, entre memória e democracia. Partindo da consigna “nunca mais”, Jelin nos pergunta: Como interpretar esta consigna? Como realizar este “dever de memória”? O que significa “recordar para não repetir”? Como construir uma política ativa de memória? Quais as propostas pedagógicas que se apresentam neste âmbito? Como articular em nosso programa memória e democracia? Como lutar para além do plano institucional, contra o esquecimento, o silêncio e a criminalização dos movimentos populares? Questões de fundo se impõem aos movimentos populares e ao MST, que é nosso caso. No Brasil sabemos bem o custo político da instalação da Comissão da Verdade Camponesa.

Nessa reflexão sobre o “dever de memória” alguns exemplos, dentre vários que anotamos. Em setembro de 2018, o Instituto Tomie Othake, em São Paulo realizou uma exposição que se tornaria um livro: “AI5 50 Anos. Ainda não terminou de acabar”, onde se lê sobre os silêncios da memória e de como a verdade factual sobre a ditadura de 1964 precisa ser restituída. Durante os anos de sua vigência, o AI5 realizou sua mais tenaz política: a do medo. Prisão, tortura, perseguição, assassinatos, destruição de lugares de memória... “Mas os dados continuam incompletos”, assinala o livro. O exílio, o isolamento social; o afastamento compulsório de seus lugares de trabalho – aqui recomendamos vivamente a leitura de “Chaves do exílio e portas da esperança”, de Heloísa Fernandes (2007).

Mas as listas permanecem incompletas. A censura às artes, livrarias obrigadas a cerrar as portas, acervos confiscados ou destruídos. Casas Editoras e Editores alvos da vigilância e repressão. – Os livros de Sandra Reimão "Repressão e Resistência. Censura a Livros na Ditadura Militar" (2011); de Flamarion Maués, "Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984" (2013); "Leituras Comunistas no Brasil e na França", organizado por Marisa Midori & Jean-Ives Mollier (2013), pedem nosso estudo. Entretanto, ainda não se chegou a conta derradeira: quantos livros foram enterrados, queimados, rasgados; quantas modestas, ou boas bibliotecas foram ao desmanche criminoso? E aqui o dito certo de Heloísa Starling em fevereiro de 2020: "O AI-5 ainda não terminou de acabar". "Ele tem cara reconhecível e forma política" como vimos e sofremos durante o governo anterior no Brasil, em idolatria aos torturadores e seus métodos.

Resulta daí o que se viu na madrugada de 12 de novembro de 2022, no Centro de Formação Paulo Freire, no assentamento Normandia, em Caruaru, Pernambuco: o ataque de extremistas de ultra-direita. Invadiram o Centro de Formação e inscreveram em vários espaços o desenho da suástica nazista e, em garrafais, a palavra MITO, como nomeiam a versão brasileira do fascismo. Atearam fogo à casa de morada da coordenadora do Centro. O fato se inscreve na conjuntura eleitoral de 2022 marcada por uma enfiada de graves ataques aos movimentos populares, cujo tônus é o ódio de classe.

Como antes vimos em novembro de 2016, quando a violência policial ataca um dos principais símbolos do MST, a Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, SP. Logo se soube, era também um "desdobramento" da "Operação Castra" voltada à perseguição de militantes do MST dos Acampamentos Dom Tomás Balduino e Herdeiros da Luta pela Terra, no Paraná. A violência do fato ativou imediata campanha internacional de solidariedade da comunidade de professores, pesquisadores e educadores que "entendem que é preciso sustentar com o corpo os valores civilizatórios que respaldam a ciência que ensinam", no testemunho de Sílvia Beatriz Adoue.

Neste trabalho da memória, do nunca mais, do grito sem anistia! uma leitura incontornável sobre a ditadura fascista de 1964 no Brasil é o escrito de Carlos Marighella "Por que resisti à prisão" (1965), em cuja reedição (Brasiliense, 1994) Antonio Candido nos diz na Apresentação: "O Livro é de 1965 e muita coisa ainda mais grave estaria por acontecer, na vida de Marighella e na vida do povo brasileiro (...). Quando sabemos que o preço que pagou foi a morte, avaliamos plenamente a estatura de Marighella como herói do povo brasileiro e o significado desta narrativa de uma experiência pessoal coroada pela teoria da luta pela liberdade". E Jorge Amado, em seu Prefácio, recorda Marighella como um "homem de riso alegre e festivo, inteiro e íntegro, um brasileiro filho da mistura, um mestre do humanismo, um baiano de régua e compasso, herói na medida do povo".

Todo o livro de Marighella nos reclama uma nova leitura e sugiro que se leia devagar seu segundo capítulo "As crianças"; um comovedor escrito. No MST, o trabalho da cultura é tecido também com os fios da memória subversiva, e de Marighella, o filme, projetado no assentamento Jacy Rocha, na Bahia, em novembro de 2021 "nos dá a sensação de que finalmente o filme encontra com seu público", como afirmou Wagner Moura, o diretor. Naquela sessão, "ninguém precisou comprar ingresso. A bilheteria era a porteira do assentamento com a bandeira hasteada". "E se muita gente ali não conhecia uma sala de cinema, conheciam a história de Marighella, nome de assentamento, de brigada, sendo lido e cantado seu rondó da liberdade, escrito e publicado em materiais de formação, homenageado (com a presença de Clara Charf) na Escola Nacional Florestan Fernandes. (Página do MST).

3- O DIREITO À MEMÓRIA

“O que lembro, tenho”.

Guimarães Rosa. Grande Sertão Veredas

Há que se refletir sobre um novo paradigma dos direitos humanos; observando a articulação entre direitos sociais e memória. A Memória é Imprescritível. O direito à educação, à moradia, à terra, ao alimento e uma gama imprescindível de direitos econômicos, sociais e culturais. As legítimas reclamações territoriais por parte dos povos originários e Sem Terra. As urgentes reivindicações do povo que mora na rua, das famílias que se arrancham em encostas e morros, num trágico malabarismo até a próxima enxurrada. Como se a causa fosse apenas a chuva abundante! Das mulheres com a panela vazia e as crianças sugando um peito seco e desnutrido e chorando à fome.

O tópico fundamental da luta por memória, justiça e direitos humanos deve ser alargado para além da luta por políticas de memória. Voltemos a ler e ativar a memória sobre o que nos diz o preâmbulo e os relatos da Comissão Camponesa da Verdade no Brasil. E, em simultâneo, voltemos as vistas (e a consciência) a um recente e assombroso Relatório do CIMI - Conselho Indigenista Missionário: quase 800 indígenas foram assassinados entre 2019 e 2022. O Documento afirma necessária a Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV), para investigar mortes e conflitos armados. No Mato Grosso do Sul, o documento registra indígenas comendo lixo. Um jovem indígena Guarani-Kaiowá de 18 anos foi morto por cinco disparos de arma de fogo. No Amazonas, foram assassinados sete indígenas das aldeias da região, um era um adolescente de 15 anos, decapitado. As mortes por assassinato não são a única causa de extermínio indígena. A fome mata. O desmatamento mata. Em torno de 800 indígenas Avá-Guarani, do oeste do Paraná, e Mbya Guarani, do Rio Grande Sul, passaram fome, principalmente as crianças. O crime na saúde é devastador: matou mais de três mil crianças indígenas. Do que morrem? De fome e da contaminação da água pelo veneno do agro e o mercúrio do garimpo. Morrem as gentes, as águas, as plantas e os animais.

Muitos morreram porque a vacina não chegou. "Alarmante é o registro de suicídios", assinala o informe: "535 indígenas tiraram a própria vida no período. Destes, 35% eram jovens menores de 19 anos". O desmatamento de área sagrada e a destruição do patrimônio indígena ocupam algumas páginas do relatório. Sinal "*verde*" para violar direitos, para matar, sublinha o relatório do CIMI. (Agencia Pública, 26/julho/2023)

Muito lá atrás, o teórico peruano José Carlos Mariátegui alertava ao futuro: "*Não nos contentamos em reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso, ao amor e ao céu. Começamos por reivindicar, categoricamente, o seu direito à terra*" (Mariátegui, 1976). E hoje, qual reflexão se impõe, por exemplo, no torto debate sobre o marco temporal? O sociólogo José de Sousa Martins, em recente artigo (08/09/2023) crava a pergunta chave: Quais são as questões sobre o marco temporal que não estão sendo debatidas? E responde com uma lição de história aos sem memória. "O direito que tem falado pelos índios na verdade fala pelos brancos, porque é da lógica branca e não da lógica indígena. Uma decisão pelo marco temporal não será propriamente pelos interesses históricos das populações originárias. O que está em jogo será a oculta motivação da lei que é a de libertar a terra para sua conversão em renda fundiária capitalizada. A conversão da terra em terra de negócio. (...) O tempo das concepções do branco que cobiça as terras indígenas é o tempo do lucro. De preferência o do lucro fácil, como no caso do desmatamento, em que o desmatador transforma em mercadoria o que não produziu, pilhou, o que para o índio é um bem comum...".

Matéria de reflexão sobre memória, legado e patrimônio é o que também nos oferece José de Sousa Martins, noutro artigo "A lama que cobre tudo" (30/11/2015) em face de outro crime impune, o da mineradora Vale, em Minas Gerais. O sociólogo assenta com rigor os terríveis fatos, e assinala: "A lama afogou o mundo comunitário dos simples, a sociedade de vizinhança, os valores humanos centrados na pessoa". Nos fragmentos de entrevistas, o sociólogo leu "a manifestação de dor e sofrimento pela perda das referências da vida cotidiana, a vizinhança desfeita, a

incerteza quanto ao destino, o próprio desenho do espaço, casas, cercas, árvores, demarcações simbólicas do espírito e do ser. Não estão falando das perdas materiais: uma casa nova sempre pode ser construída, um novo sítio sempre pode ser aberto em outro terreno. Mas, a comunidade, a unidade afetiva do grupo humano, pode se perder. É uma modalidade de morte". E assesta contundente: "A história não é o passado, não escorre na lama do rio. Ela atravessa e determina o nosso presente, define esperanças e possibilidades, nos convida a continuar o que deu e dá sentido às nossas raízes para dar sentido ao nosso presente e a recriar em nós a concepção de membros de uma sociedade que se renova na permanência" (30/11/2015).

Neste ponto, nossa reflexão pode se estender às questões sobre Patrimônio e Memória. O historiador Marcos Silva (USP) em "Patrimônio histórico múltiplo" (05/01/2022) assinala alguns pontos sobre *a seletividade do que é designado como "nosso" patrimônio histórico* e chama a atenção ao recorte social no Brasil: preservar os marcos de instituições dominantes. E nos pergunta: Qual o esforço concreto para preservar vestígios de senzalas, terreiros religiosos afros, ou de aldeias indígenas? O problema do recorte de classe entranhado no molde do patrimônio histórico brasileiro desborda para a escrita da história, assinala o historiador. "As imagens do forte e do engenho não eram bonitos para quem neles trabalhava ou sentia outros de seus efeitos. Sua beleza, no olhar atual, corresponde quase sempre a uma visão abstrata, paisagem desprovida de pensamento", na reflexão de Marcos Silva. É preciso uma reflexão crítica sobre as marcas e os marcos arquitetônicos da colonização, do império e da república. "Afim, que história se está a proteger?" E como lidar com os ataques aos lugares de memória dos subalternos e aos símbolos memoriais da luta camponesa em vários lugares?

Em 2023 lemos: "Monumento em memória a sem terra assassinado é reconhecido como patrimônio histórico no PR". Essa manchete do jornal Brasil de Fato (24/07/2023) se refere ao monumento Antônio Tavares, em Campo Largo, no Paraná, tombado como patrimônio municipal histórico cultural. A ação

de tombamento resultou de ação conjunta de Terra de Direitos e Justiça Global. O Projeto do Monumento é de Oscar Niemeyer. O Sem Terra no monumento é o camponês Antônio Tavares, assassinado pela Polícia Militar do Paraná em 2 de maio de 2000. À época, aproximadamente dois mil trabalhadores Sem Terra se dirigiam a Curitiba marchando pela Reforma Agrária.

Leonor Rosas, em seu livro “De quem se esqueceu Lisboa? A luta pela inscrição da memória anticolonial e antirracista no espaço público” (2023), no capítulo “Inscrever a história na pedra: toponímia, memoriais e estatuária”, nos anima a pensar, na dinâmica memorial, a noção de “antimonumento”, aqueles que desafiam a lógica memorial oficial. Um exemplo, por ela apontado, para o caso de Portugal, relativo à “memória em pedra” do 25 de Abril, “recusa a própria ideia clássica de monumento” “propondo histórias dissonantes e subversivas”.

4 - MEMÓRIA RESTAURADA

*A ver, no em-sido
Pelos campos-claro: estórias
Se deu passado esse caso
Vivência é memória
Nos Gerais
A honra é-que-é-que se apraz
Cada quão
Sabia sua distinção
Vai que foi sobre
Esse era-uma-vez, 'sas passagens*
Sagarana, canção de Paulo César Pinheiro.

Neste tópico, concernente às lutas por memória, trazemos à leitura duas reflexões: uma sobre Carlos Marighela, partindo de Florestan Fernandes; outra sobre o filme *Cabra Marcado para morrer*, partindo de Roberto Schwarz. Em “Marighela. A chama que não se apaga”, Florestan Fernandes pontua questões de relevo no âmbito do apagamento da Memória, dos silêncios da memória.

Para Florestan, Marighela é "perseguido como a caça mais cobiçada e condenado à morte cívica, à eliminação da memória coletiva". A "interdição expiatória" imposta pelo regime militar de 1964 se dá em 1979, quando os restos mortais de Marighella (enterrado pelo DOPS, como indigente, no cemitério de Vila Formosa, em São Paulo) foram trasladados para Salvador, ao que Florestan afirma: "Agora, esse homem volta à atualidade histórica". Ante a finitude da morte, Florestan observa que o trabalho da memória, neste caso, o martírio fez crescer o homem e fez "revelar sua verdadeira estátua à distância".

Nessa restituição do legado de Marighela à memória coletiva se encontram passagens do diário de Paulo Mercadante, dos estudos de Denis de Moraes e noutros relatos, como os de Clara Charf, recuperados nos perfis biográficos e no cinema, amplificando as dimensões de Marighela, e alguns, operando com a memória da luta revolucionária tornada em patrimônio. Três simbólicos exemplos: um, na Escola Nacional Florestan Fernandes do MST, um lugar de memória por excelência, um painel retrata Marighela em um preito de memória. Outro, em Oscar Niemeyer, que desenhou a silhueta de Marighella crivada de balas, na lápide do seu túmulo em Salvador. E em Jorge Amado, cujo texto lido na cerimônia do traslado, alude à "memória restaurada" e recorre ao verso de Castro Alves "o porvir em frente ao passado". Nos três exemplos, reverbera a frase de Marighela, como inscrição de memória na pedra: "Não tive tempo para ter medo" como falou o "engenheiro que escrevia versos".

Quanto ao segundo exercício de reflexão, o recomendável é que se leia a íntegra do denso comentário de Roberto Schwarz ao filme de Eduardo Coutinho, *Cabra marcado para morrer*. A intenção aqui no recorte (temerário) é marcar algumas poucas passagens, face ao exame de um potente documento de memória, como é o caso do citado filme, sobre o qual Roberto Schwarz escreveu: "Como tudo que é notável, o interesse de *Cabra marcado para morrer* é difícil de classificar. O filme é uma vitória da fidelidade política, e por isto emociona muito". Como sabemos, o projeto inicial de Coutinho (anterior a 1964) se atém ao assassinato de João Pedro

Teixeira, camponês das Ligas na Paraíba. Veio o golpe, o projeto é interrompido e "as latas com a parte já realizada do filme sumiam no rebuliço da fuga". "O cineasta entretanto não esqueceu o projeto, nem renunciou a ele". Vinte anos depois, Coutinho, "retomava o seu trabalho, bem como as suas alianças de classe, transformando o tempo decorrido em força artística e matéria de reflexão".

Em seguida, Schwarz traça um paralelo entre o cineasta e a militante camponesa – Eduardo Coutinho e Elizabeth Teixeira. "Neste ponto o cineasta se parece à sua atriz e figura principal, a militante camponesa que soube desaparecer, sobreviver à repressão, e reaparecer. A emoção, aliás, nasce deste paralelo: o filme interrompido, que se completa contra ventos e marés, de certa forma coincide com a mulher de fibra que, depois de comer o pão que o diabo amassou, reencontra a família, reassume o nome verdadeiro e reafirma a sua convicção. *A constância triunfa sobre a opressão e o esquecimento*. Metaforicamente, a heroína enfim reconhecida e o filme enfim realizado restabelecem a continuidade com o movimento popular anterior a 64, e desmentem a eternidade da ditadura, que não será o capítulo final. Ou ainda, o cinema engajado e a luta popular reemergem juntos". Para ele, "nada é mais comovente que reatar um fio rompido, completar um projeto truncado, reaver uma identidade perdida, resistir ao terror e lhe sobreviver. – O texto completo de Schwarz foi publicado originalmente em "O fio da meada" em "Que horas são?", Companhia das Letras, 1987 e reproduzido pelo site "A Terra é Redonda" de 12 de março 2021.

5- CULTURA E MEMÓRIA COMO RESISTÊNCIA ATIVA

“Não há mãos a medir para instruir novos intelectuais capazes de pensar e empreender as frentes de resistência. Entre nós há pelo menos um grupo que herdou a perspectiva radical: o movimento do sem-terra, tão malvisto pelo ceticismo dos bem-instalados. É notável sua sede de formação cultural, o que confirma a clarividência do pensamento de Gramsci: o “realismo” ou o “pessimismo da inteligência” não deve minar o “otimismo da vontade”, pois a rigor só a consciência sofrida da necessidade pode motivar a ação política libertadora.”

Alfredo Bosi. Comentário sobre a Magnum opus de Antonio Gramsci, 1998.

Em 17 de agosto de 2003, Alfredo Bosi, atende ao convite da Coordenação Nacional do MST e faz ali uma palestra memorável "A Importância da Cultura na Construção de um Projeto Popular Alternativo". Como no tópico anterior, o bom mesmo é que se leia a palestra na íntegra, da qual, recorto aqui, duas anotações de Bosi naquele dia, que se relacionam com nossa reflexão sobre a memória. A primeira se refere à experiência do passado com a força do presente, quando o autor recupera uma passagem sobre a filósofa Simone Weil "quando [Simone Weil] ministrava aulas de Geometria às operárias da Renault, e lia tragédias gregas para camponesas e a admirar a resistência heróica de uma personagem da tragédia grega (Antígona), que desobedeceu ao poder tirano enfrentando o risco de morte. *Para essas jovens camponesas o passado tinha a força do presente*". O segundo excerto, sobre a força do testemunho na experiência popular, é de quando Bosi rememora sua participação (com Ecléa Bosi) nos anos de 1970 junto a uma comunidade de base em Vila Yolanda, Osasco, São Paulo, e numa das reuniões: "li com os jovens o romance *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, que é, ao lado de Guimarães Rosa, o maior narrador brasileiro do século XX. Pude comparar duas experiências de leitura e, portanto, de cultura [e dizemos nós, de memória]. O mesmo texto que, proposto a meus alunos de Letras da USP, era apenas mais um exercício escolar, ganhava *a força de*

um testemunho quando compartilhado por aqueles leitores e leitoras da periferia, que reconheciam nas personagens de Fabiano e Sinhá Vitória as figuras de seus próprios pais e avós, migrantes do Nordeste para as cidades do Sul". A propósito de "migrações", vamos chamar assim, Ecléa Bosi, em seus estudos, desenvolve aguda reflexão sobre a questão, apontando o sofrimento social imposto pelo "desenraizamento", assim como Memória-sonho e Memória-Trabalho em Memória e Sociedade. – Sugiro a leitura de Ecléa Bosi: "O tempo vivo da memória", "Memória e Sociedade", entre outros. De Alfredo Bosi, tantas vezes aqui referido, sugiro a leitura de seu "Os Trabalhos das Mãos" em "O Ser e o Tempo da Poesia" (2000).

Do mote de Alfredo Bosi, será de valia ao nosso estudo voltar à memória em Graciliano Ramos. Neste setembro de 2023, Graciliano é tema de *Seminário & Exposição Graciliano Ramos 70-90: de Caetés a Memórias do Cárcere*, na USP. "Alguns estudos apontam dois momentos na obra de Graciliano Ramos, ou seja, a passagem do romance para os livros de memórias, a presença da memória e da lembrança, como bem examina Antonio Candido em *Ficção e Confissão* (1955). A memória como ferramenta de compreensão da vida teria se desdobrado de maneira orgânica na escrita de Graciliano ao longo dos anos, acrescenta o professor Erwin Torralbo da USP.

Ainda com Alfredo Bosi vale destacar a articulação entre cultura e memória, em seu escrito sobre *Cultura como tradição*, apresenta objeções "à concepção de cultura como mercadoria finita e descartável, exterior à vida intersubjetiva", para afirmar seu caminho de reflexão que vê a cultura como processo, cultura como trabalho, cultura como ato-no-tempo. "Falar em cultura como tradição sem falar em memória é não tocar no nervo do assunto. A memória é o centro vivo da tradição, é o pressuposto de cultura no sentido de trabalho produzido, acumulado e refeito através da História". (Artepensamento,1987)

Trago ainda neste tópico, a discussão sobre a presença da história e memória do MST em museus de arte, o que tem provocado debates sobre a pertinência da representação do MST

nestes espaços. No MAM-SP, o MST está representado na obra “Independência e Morte” (2022), de Jaime Lauriano. No Theatro Municipal de São Paulo o MST participa da ópera “Café”. No MASP, no núcleo “Retomadas” da exposição “Histórias Brasileiras”, e no vídeo “Fala da Terra” (2022). O vídeo também está no New Museum, em Nova York. Em “Fala da Terra”, por meio do Coletivo Banzeiros, um grupo de teatro do MST, formado em 2016, fruto do Acampamento Pedagógico da Juventude Sem Terra, em Eldorado do Carajás. A obra evoca a dramaturgia de Augusto Boal e Bertolt Brecht. “Infelizmente o problema da violência ao território – sistematizada desde nossa condição de colônia em mecanismos como o latifúndio, a extração e a escravidão – faz da reforma agrária um dos assuntos mais urgentes em nosso país”. “Não existe portanto uma volta ao passado – não saímos dele”, afirma-se na reportagem.

No caso do MASP, veio a público a notícia sobre veto e censura por parte do Museu, o que suscitou uma firme defesa por parte da curadoria. “A trajetória do ‘Retomadas’ [núcleo com o MST] não se restringe a um desentendimento entre ‘curadoras e museus’: ele é um índice de um debate muito maior em torno das políticas de representação, autorrepresentação e representatividade, principalmente entre instituições culturais e movimentos sociais”, diz Clarissa Diniz, curadora do núcleo ao lado de Sandra Benites. A Exposição no Masp reúne documentos, cartazes, fotos do MST, entre outros. “Não ter o MST incluído desde seu lugar de agência política e criadora numa exposição como “Histórias Brasileiras” seria produzir uma grande negligência histórica cuja imediata consequência política seria continuar invisibilizando a existência – também artística – dos que vivem na, da e para a terra”, observa a curadora (Valor Econômico, 23/09/2022).

Uma notícia de 17 de abril de 2023 na página do MST informa a participação do Movimento em um novo projeto teatral, com o diretor Milo Rau, do grupo NTGent. Trata-se da montagem de uma versão da tragédia grega Antígona, de Sófocles. Antígona na Amazônia tem uma das principais cenas no Acampamento Pedagógico Oziel Alves, no lugar do Massacre. Em cena, os integrantes da peça representam uma releitura da memória do massacre. A

montagem da obra se estende a assentamentos, aldeias indígenas, reservas florestais. A estréia internacional ocorreu em maio, no Teatro NTGent, seguindo à Bélgica, Holanda e Alemanha, rumo ao Festival de Avignon, na França. O trabalho de Milo Rau combina formas de teatro documental e ficção, realizado por vezes em zonas de conflito. O projeto com o MST iniciou em 2019 e a escolha de Eldorado do Carajás, no Pará, considerou os níveis de violência na luta pela terra, cujo símbolo é o Massacre. O trabalho reúne elenco do NTGent de Milo Rau, da Brigada Nacional de Teatro Patativa do Assaré do MST, do coletivo de Teatro Banzeiros, sobreviventes do Massacre, ativistas indígenas, entre outros. A abordagem da tragédia articula os nexos da destruição da natureza, dos povos originários, dos camponeses, seus saberes e práticas ancestrais. A violência do agronegócio e da mineração estrutura a peça.

Muito antes, o Livro “Terra” e as Exposições Itinerantes em museus e outros espaços de memória públicos devem ser anotados. Testemunhos do Massacre em Eldorado do Carajás, além de documentos em si, formam a dianteira da solidariedade e são os tijolos e o alicerce da construção da Escola Nacional Florestan Fernandes. João Pedro Stedile, em entrevista, passados 25 anos do Massacre, fala sobre o significado para o MST do livro e da Exposição Terra. Para ele, o livro, as fotografias transformadas em grandes cartazes, as exposições no Brasil e em diversas cidades do mundo, a repercussão internacional contribuíram para ativar o apoio à luta e realizar um vigoroso contraponto à criminalização do MST. “Seremos sempre gratos ao Sebastião Salgado, ao Chico Buarque e ao José Saramago pela solidariedade que até hoje nos emociona. (...) Nunca mais esqueceremos. Sempre me emociono vendo as fotos [do Sebastião Salgado] do Massacre de Eldorado do Carajás, onde perdemos 21 companheiros. As fotos são o registro da história que nunca mais poderemos esquecer”. As imagens no livro, parafraseando Mike Davis (2001), “não são ilustrações, e sim acusações”.

6- "DESARQUIVAR OS SILÊNCIOS" NOS ARQUIVOS VIVOS

"No hay historia muda. Por mucho que la quemem, por mucho que la rompan, por mucho que la mientam, la historia humana se niega a callarse la boca".

Eduardo Galeano. Patas Arriba – La Escuela del mundo al revés. (1998)

Alguns arquivos institucionais em universidades públicas no Brasil são de destaque: o Arquivo Edgard Leuenroth, na UNICAMP, o CEMAPE/UNESP, entre outros. Outros Arquivos também adotaram como missão o resgate de bibliotecas e papéis ameaçados de destruição e especialmente sob a ditadura de 1964, e não apenas. Quantos documentos, cartas pessoais e livros foram destruídos? Alguns acervos foram irremediavelmente perdidos. Papéis de escrita pessoal e livros de alguns intelectuais de esquerda tiveram sobrevida fora do país; de outros a desgraça da repressão mutilou e dispersou acervos. Crimes irreparáveis se praticaram. Vamos nos ocupar aqui, em modo sumário, a pontuar experiências no campo da Memória e dos Arquivos da Luta Social efetivadas no âmbito da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e do CIMI. Para o período anterior à ditadura de 1964, quadros de memória podem ser lidos nos jornais "A Liga", "Terra Livre", entre outros, assim como nos escritos de Francisco Julião, Clodomir de Moraes, Manoel da Conceição, (sobre ele ver documentário "Minha Perna, Minha Classe", do diretor Arturo Saboia, 2023). Vasta é a bibliografia de interesse sobre a Memória da luta camponesa neste tópico, assim como os estudos e documentos firmados pelo trabalho do CEPIS, do Instituto Sedes Sapientiae, CEAS, CEDIC, ISER, CPT, CIMI, MST, entre outros.

Durante a ditadura militar de 1964, é permanente a vigilância dos órgãos de controle e repressão sobre a CPT, como lido nos documentos do SNI, seja sobre o Boletim *Paineiro*, de maio de 1983 – "Incita à luta de classes", ou sobre o boletim *Cheiro da Terra*, editado em Santa Catarina, em 1983, também classificado no jargão policial como de "Claro incitamento aos trabalhadores rurais [...]; com o propósito de criar antagonismos entre as classes

sociais. [...]; linha claramente marxista, incompatível com a doutrina católica e com os preceitos jurídicos do país. "Sobre esses rudes tempos de Violência e Morte absurda, "morte rondando qual onça pronta para o bote", como dito em Pedro Casaldáliga: eu cresci, sobretudo em esperança. Só espera quem vive de futuro. (Com Deus no Meio do Povo. 1985). Editado no mesmo período, uma sugestão de leitura para não esquecer é o livro "Entre o Deus e a Vasilha" (1985) de Antonio Callado, onde narra um diálogo com Casaldáliga em Ribeirão Bonito, em 1978, sobre o que querem os lavradores Sem Terra. Querem sossego!

Corria o ano de 1985. Ricardo Resende Figueira escreve uma carta dramática narrando a sanha dos *pistoleiros naquelas fronteiras de morte e prepotência* e a sucessão de assassinatos em Conceição do Araguaia, em Marabá, em São Geraldo, em S. João do Araguaia. E conclui: *O Brasil lascado e sofrido precisa erguer a cabeça e reescrever a história.* (*A Justiça do Lobo*, 1986). Padre Josimo Tavares, também pontua sobre o trabalho da memória em sua missão pastoral: "não deixar o povo perder a memória da própria história"; e "nossa missão de padres no meio do povo torturado e oprimido, deve se preocupar muito com a memória e a prática histórica dos pobres na luta por liberdade (...). Penso que nunca nos libertaremos sem por em prática o que *estas memórias nos apontam*". Josimo Moraes Tavares foi assassinado no dia 10 de maio de 1986 ("A velha violência da nova república". CPT, 1986).

O trabalho da CPT, em várias frentes, da luta ao seu registro é imprescindível à história social do Brasil. Nas atas do III Congresso Nacional da CPT se ressalta o fio condutor de sua pastoral: "No clamor dos povos da terra, a memória e a resistência em defesa da vida! O Centro de Documentação Dom Tomás Balduino/CPT dispõe um acervo de milhares de páginas sobre os conflitos por terra no Brasil, desde meados de 1975, o que além de favorecer pesquisas em diversas áreas do conhecimento é uma ferramenta na caminhada das lutas dos movimentos populares. A CPT rompeu o cerco do silêncio criminoso imposto pela mídia corporativa. Registrou uma linha do tempo dos Massacres. Localizou cemitérios clandestinos, denunciou prisões arbitrárias, a tortura, a sevícia, o

assassinato, a chacina, o massacre. Levantou situações degradantes de escravização, alcançando homens, mulheres e crianças no campo e nas cidades.

O Arquivo da CPT é o lugar onde aprendemos sobre a Romaria dos Mártires da Caminhada, a experiência latino-americana, os documentos da Prelazia de São Félix, a Carta Pastoral de Casaldáliga, de grande atualidade, escrita quando de sua ordenação episcopal, em outubro de 1971, é um dos mais contundentes documentos de denúncia pública do estado brasileiro na ditadura. No Arquivo da CPT aprendemos, sobretudo, uma outra linha do tempo da história da República dos Massacres e em destaque, o Massacre em Eldorado do Carajás.

Até chegar a esse formidável Arquivo, o trabalho da CPT começa durante o tempo da ditadura e se inicia nas práticas em comum nas CEBs, nas pastorais sociais, no empenhamento de bispos, padres, freiras, agentes de pastoral, advogados, antropólogos co-implicados neste incansável trabalho por justiça social e direitos. O Arquivo da CPT, seu Boletim e os Cadernos de Conflitos no Campo, as Romarias dos Mártires, o Grito dos Excluídos, os Encontros, nascem e frutificam como árvores nas lutas pela Memória. O Caderno é um Arquivo Vivo, um Arquivo-Denúncia.

Sobre a atuação do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), ressaltamos o Centro de Formação Vicente Cañas como "um espaço de resistência e apoio a articulação e mobilização de delegações indígenas de todo o país. Como visto por ex. na publicação de Porantim, em "Cimi 45 anos: memória é compromisso", em abril de 2017, Egon Heck, do Secretariado Nacional afirma: "São tempos de fazer memória, reafirmar nossos compromissos na luta pela vida dos povos indígenas. Celebramos a memória dos que derramaram seu sangue para que os direitos dos povos indígenas fossem garantidos, na lei e no chão. E o sangue derramado tornou-se semente e alento na continuidade da luta". Como antes afirmara Dom Pedro Casaldáliga em sua mensagem à Romaria dos Mártires de 2011: "A memória dos mártires, o sangue dos mártires, mais do que um conselho, é compromisso que conjuntamente assumimos, ou reassumimos".

Sobre os Arquivos do MST, este texto fica a dever. Acompanhei

um tanto do trabalho que se iniciara por volta de 2014 e li material e cartilha então elaborados pela Equipe de Arquivo e Memória do MST, do curso Introdução aos Arquivos Populares, em 2019. Assinalo como fundamental o apoio de Bernardo Mançano Fernandes e do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP), tendo parte do acervo disponível à pesquisa na página da Unesp. Sugiro a consulta ao estudo de tese "Arquivos e movimentos sociais: um estudo da produção de documentos populares no setor nacional de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)", de Jean Marcel Caum Camoleze (UNESP, 2022). Entretanto, ao lado de um Arquivo mais geral, de âmbito nacional (e com dimensão internacional, quanto aos documentos em diversos formatos) é necessário observar a salvaguarda dos acervos nos estados e mais lugares – escolas de formação, por ex. – de destacada produção documental em suportes vários. Neste momento, as ações "Rumo aos 40 anos", já iniciaram mostras itinerantes com exposição de imagens e, em cada estado, as comissões de trabalho traçam seu cronograma de ações.

7- "FAZENDO MEMÓRIA PARA CAMINHAR NA HISTÓRIA"

Aqui o título é já a epígrafe, recortado da saudação de Pedro Casaldáliga à militância do MST numa noite memorável, realçando a força da *memória na caminhada dos Sem Terra*. O dito pode ser lido também em outras passagens igualmente notáveis - de Paulo Freire celebrando a força memoriosa das Marchas do MST como andarilhagens históricas ou de Eduardo Galeano e José Saramago em que sublinham os liames da memória social.

O Trabalho do MST no campo da memória subversiva se irmana aos passos em comum construídos nas experiências nas CEBs e na CPT, entre outras. É o que se vê, por exemplo, na publicação do Dossiê *Assassinatos no campo: os mortos da ditadura militar, e do dossiê Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964 – 1985*, um documento-denúncia avivado no ato político em 1986 do

Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio. O Dossiê registrou o assassinato de 1.123 trabalhadores rurais em todo o país e sua pesquisa tomou como base os arquivos da CPT, da CONTAG, do CIMI, dos sindicatos de trabalhadores rurais; dos boletins diocesanos e paroquiais. O Dossiê é um grito Contra o Silêncio, Contra o esquecimento. Um quanto das *memórias subterrâneas*, como em Michael Polack, Elizabeth Jelin, Ecléa Bosi e outros mais. Abaixo, um excerto do Dossiê onde se expressa o objetivo: *resgatar rostos e histórias; preservar da indiferença e do esquecimento a memória camponesa:*

“[...] Nunca ninguém parou para contar quantas são as mortes ocorridas por questões de terra, quantos são os trabalhadores rurais assassinados por questões de terra e trabalho. Era preciso, urgente mesmo, que se contasse os Josés, Raimundos e Margaridas que aparecem sob a forma de números nas estatísticas, – sempre incompletas, sobre a violência no campo. Dar uma feição humana a esses números e nomes. Além disso, era preciso também resgatar a vida, as lutas – a vida inteira de lutas – desses trabalhadores rurais assassinados. Era necessário resgatar seus rostos e suas histórias, preservar, da indiferença e do esquecimento, essa memória camponesa (MST. *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964 – 1985*, p. 9). O dossiê é apresentado na Sub-comissão de Reforma Agrária e Política Agrícola do Congresso Constituinte, em maio de 1987, quando é comparado a um “Brasil nunca mais” do campo, um “Latifúndio nunca mais”, segundo as fontes do período.

Do mesmo período, temos a publicação da CONTAG. *A violência no campo pela mão armada do latifúndio: 1981 a junho/1984: torturas, prisões, espancamentos, assassinatos, impunidade e expulsão dos trabalhadores de terra.* Brasília, 1984 e da Anistia Internacional. Brasil: violência autorizada nas áreas rurais. 1988. Sobre a instalação, em 2012, da *Comissão Camponesa da Verdade – CCV* seria necessário mais tempo e uma prosa mais alargada e consistente, porquanto seu trabalho resulta imprescindível à recuperação e reparação ao apagamento da Memória Camponesa. Aqui fica a menção.

Vários estudos e pesquisas de grande interesse ao tema de-

vem ser acrescentados a este levantamento incompleto. Ainda assim refiro um projeto desenvolvido entre 2014 e 2016, que propõe uma “análise da história a contrapelo, do ponto de vista dos vencidos”, com a finalidade de construção de outra memória, a dos camponeses, dando ênfase a suas formas de luta, seu combate contra o regime militar, empreitada que pouco ou nunca foi contada, conforme se lê em *Ditadura, conflito e repressão no campo, organizado por Leonilde Servolo de Medeiros*. Sublinho também uma excelente comunicação do professor José Sérgio Leite Lopes "Entre a memória camponesa e a memória operária: experiências de trabalho com entrevistas e arquivos em territórios comuns aos trabalhadores rurais e aos operários, publicada em "Arquivos do mundo dos trabalhadores: Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência", (2012). Outra relevante iniciativa de pesquisa é o projeto *Memória Camponesa, coordenado por Moacir Palmeira iniciado em 2004*.

Vários são os estudos que adensam este campo de pesquisas, trazendo documentos e fontes inéditas. Um levantamento de tal rol se estende a estudos e pesquisas realizados noutros países, voltados à História e Memória da luta camponesa e, em particular sobre o MST. Nesta senda, material de relevo sobre a Memória pode ser amealhado junto aos Comitês de Amigos e Amigas do MST na Europa. De grande relevo são vários estudos publicados por meio da ação da Via Campesina Internacional, e organizações congêneres, constituindo um vasto campo de Memórias.

O que se quer assinalar nesses, como noutros exemplos, é como a potência da Memória se forja no MST, os modos de escrever a história a contrapelo, como em Walter Benjamin. Nas Marchas, numa toponímia de afirmação dos lugares de Memória – como na nomeação do Acampamento, Assentamento, Brigada, Escola, Bibliotecas, Centros de Formação... São os lugares sociais demarcando outra notação do tempo social: *quando a sombra errante vira gente*, na expressão de Alfredo Bosi. Nos Arquivos vivos do MST (com particular atenção ao ITERRA e seu Instituto de Educação Josué de Castro e à Escola Nacional Florestan Fernandes) vamos encontrar um vasto repositório desde o Boletim Sem terra (ainda

na Ocupação da Encruzilhada Natalino), o Jornal Sem Terra, a Revista Sem Terra, a Revista Sem Terrinha, as Cartilhas e Boletins de Educação, os Livros e Coletâneas, os Memoriais, os Documentários, o Cordel, os Cartazes, as Brochuras com as Canções, os Cadernos dos Círculos de Cultura, os Vídeos, os Cadernos de Literatura, os Painéis e Vasta Iconografia em Álbuns e Exposições...

E aqui se abrem muitas chaves de memória sobre o Cinema da Terra, Escolas do Campo, os Cursos Realidade Brasileira, Brigadas de Teatro e Artes da Resistência, Escolas Itinerantes, Modos de Leitura Camponesa, Feminismo Camponês, a Pedagogia da Terra e do Movimento, os Círculos de Leitura, as Brigadas Internacionais. Um sem fim de materiais e suportes de memória, alargando o conceito de Arquivo e se dispondo a compartilhar acervos com instituições universitárias, a exemplo da UNESP, como referido.

Nas Brigadas de Alfabetização, inclusive sua experiência internacional, no Sim, eu Posso!, nos Círculos de Cultura, a memória de quem participou dos cursos é um repertório singular. Aqui, numa anotação ligeira de matéria do Jornal Brasil de Fato, é de se ver que à pergunta: O que vai fazer depois que concluir os oito meses do curso de alfabetização, a resposta vem sem titubear: "Vou escrever um livro sobre a história do lugar onde nasci e me criei. "Ainda está bem longe [disso acontecer], mas a vontade é a metade da viagem, aí eu vou lutar pelo resto". Ou o testemunho de Dona Francisca: " Quero aprender bem muito para escrever um livro contando minha história. Tudo que passei, do meu sofrimento junto com meus irmãos e contar para as pessoas como aprendi a ler" e rememora com tristeza sua vida de antes, sem direito à escola: "Lá no Paraná foi quando conheci a escola pela primeira vez. Eu e meus irmãos íamos para a escola a pé, com o candeeiro na mão. Eu ainda cheguei a ir um mês pra escola, mas o sofrimento era tanto, trabalhar durante todo o dia e ainda caminhar uma distância grande para chegar na escola que muitas vezes a gente chegava na sala de aula só para dormir".

As múltiplas experiências de recolha, de registros de testemunhos de memória no MST formam um vasto repertório e afirmam um exercício prático de ver o coletivo e se ver na ação. As Cartas

Pedagógicas escritas nos Cursos de Formação, as entrevistas publicadas em livros ou periódicos, as Notas de Viagens, os Relatos de Experiência nas Brigadas Internacionais de Solidariedade, de Alfabetização, os Relatos de Encontros, Reuniões, Congressos, os relatos de experiências internacionais na CLOC, ALBA, Via Campesina e outras mais, donde emerge uma nova cartografia e coreografias do internacionalismo camponês. São tantas geografias e territórios da luta social a emergir destes relatos! Sobre os Encontros da Coordenação Nacional, uma Memória de debates, consignas, resoluções, contribuições temáticas de eventuais convidados forma um mosaico de como se vão forjando as palavras-chave na história e memória do MST.

Os Congressos do MST são um capítulo de larga memória. Além do acervo do MST, vários estudos se debruçaram sobre a matéria, examinando as consignas, as conjunturas, os documentos... A memória que emerge dos Congressos do MST é um dos mais relevantes capítulos de sua história. Quando começa um Congresso? Muitos meses antes de começar formalmente, tamanho é o esforço organizativo despendido, principalmente quanto ao enraizamento do debate que precede o ato. Ademais, os Congressos constituem de fato um Marcador Social, uma aceleração do tempo quando se atualizam programas, se instituem novos caminhos de ação. Quando se lê a consigna de um dos Congressos, por ex. "Ocupar, Resistir, Produzir", se observa a síntese histórica, gravando o primeiro marco de *uma outra* história na luta por reforma agrária no Brasil: *a ocupação*.

Neste esforço em assinalar os modos de recuperar (ou promover) variados registros de memórias temos no MST um exercício em torno de Experiências e Vidas contadas. Em recente estudo (2019), a antropóloga portuguesa Paula Godinho, assinala, da recolha das memórias das mulheres do MST no Ceará, "quanto aos modos de delinear o porvir, com desejo e imaginação, e insistir com a esperança. Muitas memórias em recolha trazem o sabor de vitórias, por vezes relativas, contingentes, mas que mudam as vidas e inauguram caminhos e (...) demonstram que o impossível pode estar no campo das possibilidades". Aqui também o estudo

“Passado, Modos de Usar” (2020), do historiador Enzo Traverso, é de grande proveito ao nosso debate.

Outro estudo de valia a incorporar nesta nossa reflexão é “Memórias de infância de mulheres e homens camponeses” de Marilda Aparecida de Menezes, ancorado em recolha de relatos de memória camponesa e quando sustenta sua reflexão sobre o ato de lembrar em Alfredo Bosi (1994): “lembrar não é reviver, mas refazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora, é sentimento, é reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição”. Também de imprescindível contribuição ao nosso estudo é o trabalho de Carlos Rodrigues Brandão, como em sua trilogia “Vinho Amargo”, “A Partilha da Vida” e, em especial, “O Afeto da Terra” (1999).

Compartilho também de leitura recente, um livro publicado no México, quanto a recolha de memórias: “La pintura en la pared. Una ventana a las escuelas normales y a los normalistas rurales, de Luis Hernández Navarro (2023); trata da história e memória das Escolas Normais Rurais no México e de como “marcham a contracorrente”. [As escolas normais rurais surgiram há um século, datam de 1922]. O livro é uma convocatória à memória insurgente, uma afirmação e reivindicação de outros tempos, um exercício de recuperação de histórias, retirando-as do anonimato, como dito em Prefácio, “como uma janela na direção de acontecimentos-chave na luta desde abaixo e à esquerda”, para não permitir que “o esquecimento derrote a memória”.

As memórias contadas recorrem à literatura e às pinturas murais nas escolas, apreciadas nos capítulos “Nas paredes que falam” e “As paredes gritam”. Numa daquelas paredes, se narra no livro, “tinha pintada uma máxima de Paulo Freire: “No se hace el alumno en el silencio, sino en la palabra, en el trabajo, en la acción, en la reflexión, en la praxis”. Boas passagens no livro articulam naquela experiência os vínculos “entre muralismo, produção gráfica e educação popular que vem dos primeiros momentos em que as paredes de escolas e instituições educativas começaram a ser pintadas por Rivera, Siqueiros y Orozco”. E acrescentam ainda os narradores o gosto pela leitura, a poesia e a literatura. Ali

se leu Pablo Neruda, Gabriel García Márquez, Eduardo Galeano, Mario Benedetti, Julio Cortázar... E se conheceu a palavra de Marx, Engels, Lenin, Che...

8 - REPERTÓRIOS DE MEMÓRIA

“Os Buendia não eram capazes de amar, e aí está o segredo da sua solidão, da sua frustração. A solidão para mim, é o contrário de Solidariedade”.
(Gabriel García Marquez, comentando seu Cem Anos de Solidão”, 1998)

Alguns exemplos de suportes e repositórios de memória precisam ser destacados nestas notas. O exercício coletivo se realiza nas experiências em curso nos estados, na jornada *Rumo aos 40 anos do MST*. Aqui mapeamos como exemplo abreviado, alguns suportes: as Agendas do MST, o Calendário Histórico e o Sem Terra em Cartaz.

A Agenda, publicada ao longo de vários anos, é um marcador da memória social e das aspirações das utopias coletivas. A palavra, o gesto, a canção, a poesia, a imagem em cada página, são a expressão do desejo e da esperança compartilhada nesta caminhada do MST. A Agenda, como marcador e calendário social, é parente doutras experiências perdidas na poeira do tempo da memória operária e camponesa, quando, ao menos desde os fins do século XIX, a imprensa dos trabalhadores e seus coletivos da palavra rebelde, davam à estampa um novo tipo de Almanaque – laico e anticapitalista – reivindicando um calendário de lutas, firmando suas datas, personagens, contraditando o panteão oficial. Nesta lida Rumo aos 40 Anos do MST, podem frutificar iniciativas de exposição ou outro suporte de avivamento de memória tendo na Agenda o fio condutor; recuperando Temas, Textos de Abertura, Marcadores de Memória, Ilustrações e fotografias, a vocação latino-americana (e internacionalista). Tantas vezes vi a Agenda do MST em muitas mãos e, em várias, como um sinal público de adesão às lutas do povo Sem Terra. Alguns textos de Abertura são

escritos de emoção, quando se puxam os fios da memória da luta contra o latifúndio no Brasil para religar aos ritos das origens do MST. Lembro (e guardo várias), a de 2004, que assinala os 20 anos do MST; a de 2018, com o texto de abertura de Eric Nepomuceno, exclamando que o MST nasceu da luta histórica do povo brasileiro! E afirmando um testemunho de memória.

Um segundo suporte de sistematização memorial pode ser visto em dois exemplos, na modalidade Calendário Histórico dos Trabalhadores, um deles publicado no Caderno de Formação N^o 19, em 1993, assinado pelos Setores de Educação e Formação. Já no início, a publicação reverencia a memória de Canudos: Cem Anos de Luta. Poemas, fotografias (algumas de Douglas Mansur), consignas, letras de canções e um extenso e "ecumênico" calendário em 79 páginas. Para o 7 de setembro (de 1979), o Calendário aponta como "a primeira ocupação de terra do MST" a da Fazenda Macali e acrescenta: "para nós [a data] é o dia de fundação do MST". Para o mês de dezembro, se destaca uma honraria: no dia 9 de dezembro de 1991, CPT e MST, recebem em Estocolmo, no parlamento sueco, o Premio Nobel Alternativo! Outro Calendário, em 2012, é editado pela Expressão Popular, "Calendário Histórico dos Trabalhadores e Trabalhadoras", em 273 páginas. Aqui, além das efemérides, personagens, numa metodologia que combina indivíduo na história e sujeitos coletivos nas greves, ocupações, revoluções...

Outro suporte de memória de valor documental e histórico é a publicação Sem Terra em Cartaz; uma seleção de 440 imagens de uma recolha de 1.600 cartazes junto a diversos acervos: MST, CPT, CEDEM/UNESP, IBASE, entre outros. A pesquisa e seleção são feitas pelos Setores de Educação e Cultura do MST e o pesquisador Vladimir Sacchetta. Os cartazes contam uma história desde os anos 1980 e dele "saltaram" exposições em museus, painéis... Nesta faina Rumo aos 40 Anos do MST, certamente novas exposições e novos suportes podem "saltar" deste e doutros livros, álbuns, das fotografias de João Zinclair, de Douglas Mansur e outros mais!

Desenhos, Painéis, Esculturas, Fotografias, Murais nas Escolas, nos Encontros e Congressos e tudo o mais que a imaginação su-

gere, formam um valioso índice de memórias. O leitor e a leitora vão completando!

9 - LUGARES DE MEMÓRIA

“Estive em ocupações, estive em terras conquistadas ao amparo da lei, estive no sonho alcançado pelos abandonados de sempre.”

Eric Nepomuceno, numa Agenda do MST.

Rosa Freire d'Aguiar visitou um Assentamento do MST e sobre este dia e aquele território escreveu um bonito relato: "MST Brava gente assentada: o assentamento Celso Furtado" (04/11/2014). Para ela "A Ocupação é o cerne do MST, arma para pressionar o cumprimento da lei. Para os sem-terra é a rotina dolorosa que pontua nossa reforma agrária, 'em laboriosa e acidentada gestação', disse um dia José Saramago. 'Camponês tem raiva de pistoleiro e de latifúndio' – como ouviu de um assentado, "resume a dialética entre pressão e repressão". Para ela "o Assentamento Celso Furtado é um retrato de corpo inteiro do que poderia ser o campo brasileiro quando (e se) for cumprido o preceito constitucional de desapropriação de latifúndios improdutivos; quando (e se) for praticada uma política de valorização da agricultura familiar frente ao gigantismo do agronegócio". Sugiro ver também de sua autoria "Brava gente assentada (II)" e "O Assentamento Oito de Junho e a Universidade" (08/11/2014)

O nome do Assentamento é Celso Furtado, em homenagem ao pensador brasileiro e à sua obra. A toponímia, o nome do lugar, é no caso, o nome do território da reforma agrária. Os sentidos em nomear acampamentos, assentamentos, agroindústrias, cooperativas, escolas, brigadas, coletivos de arte e cultura, auditórios e espaços múltiplos, atestam um propósito pedagógico, o de estabelecer marcos simbólicos, um exercício de memória em ato. Onde e como brotam os nomes e os fatos homenageados pelo Movimento nos seus espaços de convivialidade e luta: Oito de Março, Primeiro

de Maio, Milton Santos, Josué de Castro, Patativa do Assaré, José Martí, Rosa Luxemburgo, Che Guevara, Mariátegui, Frida Kahlo, Florestan Fernandes, Antonio Candido, José Saramago, Sócrates Brasileiro, Maria Firmina dos Reis, Oziel, Pagu, Apolonio de Carvalho, Olga Benário, Chico Mendes, Dorcelina Folador, Dom Tomás Balduino, Frei Henry, Dalcido Jurandir, Helenira Resende, Paulo Freire, Pedro Casaldáliga, Dorothy Stang, Sepé Tiaraju, Zumbi dos Palmares, Marighela, e muito mais...

Veja-se que não apenas nomes próprios participam deste fato memorial, também figuras do imaginário popular, Saci Pererê, por ex., assim como datas que simbolizam um tempo inaugural, de Outra História, como é o caso da nomeação de assentamentos, entre outros, com a data da ocupação: 10 de Abril, 25 de maio, para o caso do Ceará, por ex. Também em vários exemplos se ressalta a memória militante do próprio Movimento, quando o ato de nomear, além de gravar uma homenagem à memória da luta, instaura e realça uma cronologia própria. Algumas datas são de impacto perene – 17 de Abril, do Massacre – passam a nomear lugares, e inscrevem uma repercussão no calendário social se espraiando como Dia Internacional da Luta Camponesa e tornando todo o Abril Vermelho. No caso do 17 de abril, do trauma profundo, da fratura do tempo, se recolhe uma inscrição de memória subversiva. Noutros exemplos, a nomeação é da inscrição da memória da luta coletiva: Zumbi, Canudos, Contestado, Caldeirão, Filhos de Sepé, Terra Livre, Terra Cabana, Comuna, Herdeiros da Luta pela Terra...

Nossa reflexão pode também observar que "o território é bem mais complexo que um mapa", assim pode-se pensar sobre as "cartografias dissidentes e elaboradas coletivamente", o contra-mapeamento, "a contracartografia apresenta-se como uma forma de reclamar o território de volta e de propor imaginários radicais", como no estudo de Leonor Rosas atrás referido.

Noutras datas do calendário internacional, são vários os exemplos. Destaco aqui apenas o Oito de Março das Mulheres Trabalhadoras, para observarmos um giro à esquerda que se realiza no MST. Essa tópica pelo alcance e impacto, tem fortes

registros de Memória. O alimento e a seiva ao 8 de março por certo se articulam ao convívio inter-geracional no Coletivo de Gênero numa caminhada de muito estudo e reflexão, gerando novas epistemes anticapitalistas - feminismo camponês, gênero e classe... e novas coreografias, gestos, palavras e ações. A Jornada de Luta das Mulheres se realiza no dia 08 e prossegue no março inteiro, como que "abrindo" o ano de lutas no MST. Os cartazes e faixas nas mãos de milhares: "Mulheres Sem Terra na luta contra o capital e pela soberania dos povos!" Terra, Trabalho, Direito de existir. Mulheres em Luta não vão sucumbir!, "Como as tantas Roselis, Marias, Marielles, Margaridas, Dorcelinas, não nos foi dado o direito de desistir. Seguimos, como "Mulheres em Luta, semeando resistência, contra a fome e as violências"; "pés que não mais caminharão", "Barriga vazia, fala mais alto, desce o morro, destrói o patriarcado", de denúncia ao feminicídio, "Pela vida das mulheres! Por um Brasil sem Racismo, Machismo e Fome". "*Mulheres pela vida, contra a fome e as violências*"; "*Mulheres contra os despejos*"; "Quem não se movimenta, não sente as correntes que a prendem", são algumas das consignas germinadas nos debates e reuniões e tornadas faixas, cartazes, cartilhas...

No 8 de março de 2006, quando as mulheres romperam o silêncio das mudas, centenas de mulheres militantes da Via Campesina ocuparam o viveiro hortoflorestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul, realizando uma das maiores ações diretas contra o monocultivo de eucalipto no Brasil, o deserto verde. As Mudas não calarão! , era a senha. Uma das faixas "Eucalipto não mata a fome", era o desafio e dali rumaram à Aracruz celulose e em *marcha de protesto ao centro de Porto Alegre*. Em sua forma e conteúdo, foi até aqui o protesto de 8 de março de maior repercussão: espetacularizado na mídia corporativa, distorcido em seus fins em determinados nichos de pesquisa a serviço das transnacionais. Muita truculência se viu. O pacto de sempre destilou pesada carga contra o MST e a ação das Mulheres. Doutra parte, argumenta Rosmeri Witcel, "foi o momento em que a sociedade mais discutiu e se informou sobre os danos para a vida que o deserto verde provocava". *A data ad-*

quiritou outra camada de memória: comemorou-se em 2021 os 15 anos do protesto das mulheres na Aracruz: uma história de luta e resistência! (página do MST). Veja-se “A luta do Oito de março como espacialização emancipatória do debate feminista no MST” de Rosmeri Witcel (2020).

Outras datas se inscrevem no calendário de lutas das mulheres, como é o caso do 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, por ocasião do "Prêmio Mulheres Negras Contam Suas Histórias" vem da Bahia a palavra militante de Lucinéia Durães: "Então, seguimos o exemplo e legado de Tereza de Benguela e de Maria Felipa e vamos nos aquilombando e organizando as nossas lutas diárias e vamos sonhando com um lugar melhor com um mundo possível que a gente vai construir" (Página do MST, 26/07/2023) e do 28 de setembro: Dia Latino-Americano e Caribeno de Luta pela Descriminalização do Aborto, quando se afirma a atualização das Linhas Políticas do Setor de Gênero do MST, e se assinala: “a defesa inalienável do direito das mulheres de decidirem sobre seu próprio corpo, no que se refere a sua vestimenta, com quem e como se relacionar e sobre sua vida reprodutiva” e aponta “a necessidade de aprofundar o debate e potencializar a reflexão com a base social acerca da importância da descriminalização do aborto”.

O Coletivo LGBT Sem Terra assim se manifesta em 2021: “E foi um grito, dos sujeitos da diversidade sexual e de gênero, que fez surgir no interior do MST, as LGBT Sem Terra. Para esse sujeito coletivo, as porteiras não estavam abertas e foi no estouro das correntes que a diversidade sexual se fez presente e respeitada na nossa organização. Esses sujeitos diversos ocuparam o MST e assim, junto com sua organização, foram ocupando outro latifúndio que é o da opressão patriarcal e heteronormativa que se vincula diretamente com a dominação de classe” (Página do MST, 01/01/2021).

“Amor e luta se conjugam no dia a dia Sem Terra” é a mensagem do seminário "Orgulho, Luta e Desafios da População LGBTQIAP+", realizado em junho de 2023, em São Paulo. O lançamento da Campanha Permanente Contra a LGBTI+fobia no Campo, e "Em

memória aos mártires LGBTI+ Sem Terra é parte da programação do Curso de Agroecologia, Saúde e Diversidade Sexual, em junho de 2023, na Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), no assentamento Contestado, no Paraná. Uma Cartilha é elaborada como ferramenta na construção de ações em torno do enfrentamento à crescente violência, como atestam os dados do Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil.

Um ponto de partida na reflexão sobre a diversidade sexual e identidade de gênero na Via Campesina Internacional tem sido a construção do debate articulado às experiências acumuladas na Via Campesina, a partir do Feminismo Camponês Popular. Essa reflexão orienta o debate sobre os desafios na construção da agenda LGBTQIA+ no III Seminário sobre Diversidade Sexual e de Gênero na Via Campesina Brasil, em setembro de 2023.

Voltemos a falar de Ocupação, Acampamento e Assentamento como lugares de memória, seus desenhos e desígnios. Ocupação e Acampamento andam juntos. Significativos testemunhos são registrados no Jornal Sem terra, noutras publicações do MST, e em inúmeros relatos recolhidos em estudos e pesquisas. Desde as madrugadas tensas até o cortar o arame e entrar, sem pedir permissão; dando potência ao tempo inaugural do verbo Ocupar. Erguer o barraco e cobrir com a lona preta, reunir em Assembléias, aprender a celebrar a vivência em coletivo. Nos começos era o chapéu de palha e pouco a pouco aprendem a usar o Boné, um distintivo! De coletivo, alguns já sabiam do viver a ajuda mútua, o apoio mútuo, a reciprocidade no Mutirão, no Adjutório, nas roças, quintais e cacimbas comunitárias. Outros achavam que nem sabiam tanto, vem da ponta da rua, tem os pés rotos e a vida alquebrada. É um tempo difícil. Ali aprendem a fazer a Escola Itinerante, a formar as brigadas, os núcleos de base para as tarefas comunitárias de limpeza, alimentação, segurança... As palavras-chave desta experiência parecem ser resistência e persistência. Ou lembrando um dito de Paul Gilroy, se constroem os alicerces de uma “cultura de companheirismo”. Ali aprendem o sentido da Bandeira do MST (aclamada como símbolo no Encontro Nacional, em 1987) e do Hino do Movimento, desejando um horizonte de

esperança, como se lê na Cartilha Cantares da Educação do Campo (MST, Setor de Educação, 2006).

Várias são as memórias sobre a Ocupação, e já aqui não devemos citar uma, em desfavor de outras. Assim, recolhemos o desenho e o desígnio de uma Ocupação vista de dentro, na afirmação dos estudos de Bernardo Mançano, na obra “A formação do MST no Brasil” (2000). “São dias e noites voltados para um único objetivo: que resolvam nossa situação; queremos terra para plantar (...). A Ocupação em sua dimensão coletiva, desde a preparação, a mobilização, até o derrubar, cortar a cerca e entrar na terra, fazendo brotar o Acampamento”. O Acampamento da Encruzilhada Natalino transformou-se em símbolo de resistência à ditadura, como bem anotado no referido autor: “a vitória dos acampados da Encruzilhada demarcou a história das lutas camponesas “[...], uma prova concreta de que a resistência e persistência eram as armas que o modelo econômico e a política dos militares não puderam vencer”.

Aqui o destaque é à acepção de Encruzilhada no tempo histórico: “Na luta pela terra, a encruzilhada é um espaço de tomada de decisão, de escolher qual caminho construir”, ou o efeito de comparação nos modos e tempo das lutas. D. Tomás [Balduino] chegou a dizer que a Encruzilhada Natalino representava para o campo o que as greves do ABC significavam para os trabalhadores da cidade. E continua, assinalando a coragem das mulheres acampadas, o efeito corrosivo da galhofa, do achincalhe como rebeldia, ante o agente da repressão – Os acampados criaram a frase: “em terra de quero-quero, Curió não canta”. E conclui, gravando uma data e uma vitória sobre o tempo do poder: a data é 31 de agosto de 1981, quando as tropas militares retiraram-se do acampamento. Na Encruzilhada do tempo da história, uma vitória do “caminho da luta e da dignidade”, fazendo da Natalino um lugar de memória e de orgulho”. (Lugares de Memória dos Trabalhadores #63: Encruzilhada Natalino, Ronda Alta, RS).

Neste ponto, compartilho uma leitura recente “Primeira Terra. A Ocupação que retomou a luta pela reforma agrária no Brasil” (2022) de Ayrton Centeno. O estudo é fruto de pesquisa, examina

os fatos do esbulho secular da terra no Brasil, na longa duração e, para os anos de 1970 em diante, oferece uma periodização assente na recolha de documentos inéditos e relatos de personagens co-implicados na luta por reforma agrária, como é o caso de João Pedro Stedile, inclusive para antes da formação do MST. Escapando ao ardid fixo da gênese, das origens, situa com propriedade como uma data do calendário oficial, no caso o 7 de setembro, pode contar Outra História: a ocupação de Macali, em Ronda Alta (RS), no 7 de setembro de 1979. A Terra era vermelha. Várias passagens emocionaram a leitora: como numa cena em que as mulheres lêem uma copia resumida do livro de Domitila Barrios Chungara, “Se me deixam falar”. E mais não falo, leiamos o livro de Centeno!

Nessa busca de identificar Lugares de Memória no MST são primordiais, a meu juízo, o ITERRA e a ENFF, o que não quer sugerir que se observem hierarquias ou escalas na notação memorial. O ITERRA, com seu *Instituto de Educação Josué de Castro*, criado em 1995, e, desde 2020, albergado no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão (RS) é seguramente um fato primordial na história do MST no sentido de sua autoformação, da produção social de sua memória e de formação de militantes. Numa visada nos “Cadernos do ITERRA” (nas 14 edições consultadas), pode-se perceber a labuta coletiva no âmbito da produção e difusão da memória social e a reflexão sobre o conhecimento, a pesquisa. Como exemplos: o Caderno n.1, Memória Cronológica, 2001, afirma a cronologia como parte do “Projeto de Resgate da História do ITERRA: um roteiro para facilitar o recordar coletivo; o reavivar das lembranças”, recobrando o período de janeiro de 1989 a novembro de 2000; o Caderno n. 3, de 2001, aborda o tema “O MST e a Pesquisa”; o de n. 4, de 2002, faz um levantamento das publicações do MST, organizado por Bernardo Mançano Fernandes; o Caderno n. 7, de 2003, Josué de Castro Semeador de Ideias e o n. 14, 2007, traz a memória do II Seminário Nacional “O MST e a Pesquisa”.

Outro exemplo: a publicação Contos Brasileiros (2006) é apresentada pela equipe do ITERRA, num recado pedagógico de difusão do hábito de leitura aos sete contos enfeixados no livro. A curiosidade é quanto à organização do livro, o pedido dos textos,

os temas. De todo o modo se avista uma pista dos nexos com o trabalho da memória – o conto de Márcia Camargos "Nome Verdadeiro" é criação inspirada na vida do menino Vicente tornando-se Florestan Fernandes. O conto de Alípio Freire "A Longa Marcha", segue nos dias e noites, personagens da Marcha do MST à Brasília. Conheci o ITERRA, no vigor da Escola em Veranópolis e me extasiei em sua biblioteca, na organização de sua pedagogia, sua cozinha, horta, ambientação... E vislumbro pela nomeação de sua biblioteca (José Martí) e de seu centro de documentação (Haydée Santamaría) fios da memória de *nuestra America*.

Quanto à Escola Nacional Florestan Fernandes, talvez um dos mais bonitos sítios de Memória internacionalista da classe trabalhadora, é necessário que a militância Sem Terra tenha esta consciência do enorme feito e do por fazer. É só andar ali com os olhos abertos e o coração em sintonia. Mas não basta olhar; é preciso querer ver. Desde o portão a inscrição de seu inspirador, Florestan Fernandes. Numa visada vamos encontrar naquelas esquinas da Memória na ENFF o humanista Josué de Castro e a comunista Pagu. O poeta-pássaro camponês Patativa do Assaré e a revolucionária profética Rosa Luxemburgo. O brigadista Apolônio de Carvalho e a *communard* Louise Michel. Antonio Candido e Florestan, nascidos clássicos e até o fim e mais além devotados à causa dos oprimidos (e pedem mais vida à biblioteca). Frida Kahlo e Sócrates Brasileiro driblando em zigue-zague as curvas da história. O Saci Pererê da ciranda dos Sem Terrinha e o poeta-guerrilheiro Marighela, arteiros e fazendo versos. Che Guevara de boina e estrela espreitando horizontes de utopia e Fidel e Haydée de braços dados com José Martí. A Biblioteca, o espaço Germinal, as árvores, as flores, as hortas, a cozinha e a comida boa, os aposentos, a livraria, o café, o campo de futebol, a ciranda infantil, a casa das artes, as festas..., formam uma "paisagem memorial". O trabalho de Memória da ENFF vem desde sua construção: do tijolo à caneta, assim escrito na página do MST.

Outras Escolas e Centros de Formação foram nascendo e sobre eles se pode observar seu específico como lugares de memória: a Escola Egídio Brunetto, na Bahia – que já referi lá atrás –, o

Centro de Formação Frei Humberto, no Ceará. O *Centro de Formação Paulo Freire é Patrimônio Popular!* Foi como se manifestou o MST, em setembro de 2019 no processo de luta e resistência contra uma determinação judicial de despejo, fruto podre do ambiente político de perseguição ao MST. O Instituto de Agroecologia Latino Americano (IALA) Amazônico, no Assentamento Palmares 2, em Parauapebas, no Pará. A experiência se estende aos cursos de pós-graduação. Dos cursos participam militantes de organizações da Via Campesina e de vários estados do bioma amazônico. Estende suas ações, seja junto à escola de educação infantil, com a experiência da horta mandala, ou no acampamento Frei Henry, em Curionópolis, em torno da estratégia de produção de alimentos. "Antes da nossa existência no local, existia somente pastagem e gado, fornecido para um grande frigorífico da região e para exportação. O que ficava para região? Nada! Apenas o impacto ambiental do uso intensivo da pecuária". O IALA e os territórios camponeses naquele bioma são marcos da resistência e construção de um conhecimento contra-hegemônico, ao lado das comunidades ribeirinhas, das comunidades atingidas pelos grandes projetos hidrelétricos, com os povos das águas, os povos tradicionais e indígenas (Página do MST).

10 - A POESIA DA MEMÓRIA

"A possibilidade de enraizar no passado a experiência atual de um grupo se perfaz pelas mediações simbólicas. É o gesto, o canto, a dança, o rito, a oração, a fala que evoca, a fala que invoca".

Alfredo Bosi. *Dialética da Colonização.*

A Poesia na Memória do MST é capítulo que requer engenho, arte e pesquisa. Aqui assinalamos apenas alguns tópicos a exigir melhor escrita. O largo e internacional episódio tem muita história; aqui incompleta. Por certo sabemos no MST da poesia de José Martí ("Um grão de poesia basta para perfumar todo um século"), de Amílcar Cabral, (As mulheres na frente da nossa vida e da nossa

luta), de Zeca Afonso, (“Grândola, Vila Morena”), de Bertold Brecht (“Perguntas de um trabalhador que lê”), de Maiakovski (“Sou terra/O maio é minha era!”). Em 1969, uma brochura do tempo do mimeógrafo, certamente clandestina, circula em Portugal, com a edição de Vinte Poemas do Cárcere, de Ho Chi Min, (segundo a edição brasileira da Laemmert, de 1968). Na Nicarágua, dos anos de 1970, a verve de Fernando e Ernesto Cardenal, de Vidaluz Meneses, e poetas camponeses anônimos, dizem em versos sua revolução. Na literatura, fotografia, música, teatro e cinema se ampliou a polifonia das revoluções.

No Brasil, a Série Cadernos do Povo Brasileiro, da Editora Civilização Brasileira, em 1962, é inaugurada com Violão de Rua. De Afonso Romano de Sant’Ana, encontramos ali seu “Morte na Lagoa Amarela” onde conta em verso “Uma entrevista dada por um posseiro depois de preso pela morte de um fazendeiro no Vale do Rio Doce”. De Ferreira Gullar, o poema sobre o camponês “João Boa Morte (cabra marcado pra morrer)” e de Vinícius de Moraes seu “Os homens da Terra”. Em homenagem aos “trabalhadores da terra do Brasil”. Antes, as páginas do periódico “Terra Livre”, estampavam o cordel de Patativa do Assaré, em seu versejar pela reforma agrária e de denúncia às “pragas do latifúndio”.

Colada a esse tempo é a ação das Ligas Camponesas e nelas, Francisco Julião, para quem: “A miséria não só os atingem [aos camponeses] na economia, como também no idioma. O latifundiário impede que eles falem. Proíbe que pensem” Um dos meios de falar, se deu por meio da poesia popular, do cordel.

Nesta senda de estudos escutemos Roseli Caldart em seu “Sem Terra Com Poesia – a arte de recriar a história” (1987), onde nos convoca aos sentidos criadores da poiesis popular – os poemas, os cantos, a memória social da luta pela terra, as experiências e os signos das artes da resistência em sua perspectiva emancipatória. É notável o estudo de Roseli e dele temos edição mais recente da Expressão Popular (2017). Como também recomendo vivamente ativarmos nossa memória na leitura dos livros, das coletâneas e cadernos de poesia da luta (ver por ex. “Canções da Terra – MST 10 anos”) e escutarmos a modulação de suas vozes: Zé Vicente, Zé

Pinto, Adão Preto, entre muitos outros, nos convidando a cantar uma *Outra História*. Também a Cartilha “Cantares da Educação do Campo” (2006) expressa a modulação pedagógica da poesia cantada.

E já aqui conto uma história lida há pouco tempo, assinalando em nosso trabalho de memória a presença de Carlos Rodrigues Brandão. A história é contada (e vivida) por Débora Mazza (julho de 2023). Brandão, em suas viagens de estudos, estendia generoso convite a estudantes e pesquisadores. “Era outubro de 1985, conta Débora, “fomos à festa de São Benedito (...). Era um domingo e as ruas ao redor da igreja matriz estavam tomadas por devotos, turistas e foliões, que vieram para acompanhar os ternos de Congada e Moçambique (...). Havia um palanque com as autoridades (...), e perto do fim da folia, um repentista parou na frente do palanque e começou a fazer versos com os nomes das autoridades ali representadas e saiu algo como:

Qual é Curió, vai canta o que pra nós?

Qual é Curió, vai canta o que pra nós?

Você diz que é deputado, mas eu sei que ocê é major

Você diz que é deputado, mas eu sei que ocê é major

Muitos aplausos dos que sabiam que o verso se referia ao então deputado Sebastião Curió, ali no palanque. Vários sabiam quem era o Curió da ditadura e de sua macabra lista de torturas e assassinatos. No palanque um constrangimento. “Carlos Rodrigues Brandão vibrou de alegria e nos disse: ‘festa do povo é assim, por trás do aparente conformismo irrompem vulcões de resistências’”. E aqui meu complemento ligeiro: E que nos parece esta? *Em terra de quero quero, curió não canta!*, como se disse na Ocupação da Encruzilhada Natalino e ecoou em Eldorado do Carajás, pois ali um lugar ainda precisa mudar de nome: Curionópolis.

Na Literatura, o trabalho de formação no MST organiza uma memória que se espalha na publicação dos Cadernos de Formação, nos Boletins da Educação, seja recuperando textos clássicos ou atualizando a reflexão. Nos Cadernos da ENFF, nos Cursos e Seminários, na edição de livros pela Expressão Popular, com

abertura ao teatro, à literatura infantil, biografias, pensamento brasileiro e latino-americano entre outros gêneros. Aos Cadernos de Formação se juntam os materiais organizados pelo Coletivo de Cultura, Frente Palavras Rebeldes, da Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho, da Brigada de Teatro Augusto Boal, do Coletivo Banzeiro, nos Festivais de Arte e Cultura e no último período nas atividades de cultura e artes nos Armazéns do Campo e Feiras da Reforma Agrária, em vários lugares do país.

A literatura como direito humano fundamental é uma lição muito bem acolhida no Brasil pelo MST como o comprovam à larga suas publicações e as Jornadas Educativas Direito à Literatura. E aqui um excerto de uma entrevista com Michael Lowy, "Acho que a literatura é um aspecto fundamental de qualquer cultura revolucionária e crítica. Muitas vezes, a literatura nos faz entender melhor a sociedade, ou as alternativas sociais, do que os textos teóricos ou propriamente políticos. (...) Para mim a literatura tem um papel ao mesmo tempo crítico, de compreensão da realidade, e de estímulo da busca de alternativas radicais. (...) [Notícias de Lugar Nenhum, de William Morris] é uma dessas obras em que a força subversiva da literatura se manifesta. Aliás, Marx e Engels sempre reconheceram isso. Eles têm, por exemplo, muita admiração por [Honoré de] Balzac, ou por [Charles] Dickens. Marx dizia "eu aprendi mais com Balzac do que com dezenas de tratados de economia política" (cf. entrevista ao Brasil de Fato).

II - SEM TERRINHA COM HISTÓRIA

"A criança que eu fui não viu a paisagem tal como o adulto em que se tornou seria tentado a imaginá-la desde a sua altura de homem. A criança, durante o tempo que foi, estava simplesmente na paisagem, fazia parte dela, não a interrogava".
José Saramago, "As pequenas memórias", 2006.

O excerto a seguir compõe a abertura de uma Agenda do MST: "A menina e o menino caminham juntos, com o livro na mão, um lápis e uma flor. Nutridos do bom alimento e da melhor utopia, com a barriga e o peito cheios da vontade de conhecer e de agir, sabem que eles também vieram da terra, da boa sementeira resistente e que persevera. São Sem Terrinha e continuam na certeza que, a cada passo, transformam a paisagem. Juntos, em coletivo, o menino e a menina cultivam e sonham um mundo outro, onde os rios correrão plenos em margens férteis e não mais se transformarão em moenda do capital. Onde os animais, as plantas e as gentes poderão pisar no chão com alívio porque comem e respiram sem o veneno, a bala, o fogo e a serra-elétrica que fabricam campos estéreis de transgênicos e gado. Estarão felizes porque a salvo dos vazios de árvore, de água, de vivos".

O recorte aqui avivado nos leva a pensar sobre um fato de relevo na história da infância no Brasil: os Sem Terrinha do MST em luta por direitos e justiça. Interessante observar que uma gama de estudos sobre a infância no Brasil, por largo tempo, adotou um molde eurocêntrico. Neste trabalho de memória no MST, conviria examinar como se vai construindo a notação Sem Terrinha, a Ciranda Infantil nos Encontros e Congressos, os Encontros Sem Terrinha, as Marchas dos Sem Terrinha nas cidades encerrando seus Encontros... Numa rápida vista de olhos no trabalho de edição do MST, para além do Jornal e Revista Sem Terrinha, já atrás referidos, encontramos a Carta da Terra para Crianças; Como trabalhar a mística do MST com as crianças (1993); Educação Infantil: construindo uma nova criança (1997). Jogos e Brincadeiras Infantis (1996) Crianças em Movimento. As mobilizações infantis no MST (1999), Plantando Cirandas (1994), Estórias de Rosa

(1997), A comunidade dos gatos e o dono da bola (1994), História do Menino que lia o mundo (2001). E aqui, anotamos dois livros de interesse para nossos estudos: um, de José de Sousa Martins. Uma Arqueologia da Memória Social. Autobiografia de um moleque de fábrica (Ateliê Editorial, 2011) o outro, muito bonito, de Walter Benjamin, "A Hora das Crianças. Narrativas radiofônicas" (Nau Editora, 2020).

Um bilhete às crianças Sem Terrinha é aqui reproduzido como um registro de memória ativa. Quando da truculência policial no Acampamento Quilombo Campo Grande, em Minas Gerais, e a destruição da Escola Popular Eduardo Galeano, copiamos em livro um bonito Bilhete, escrito por Juliana Bonassa, militante do MST: "Quem disse que não podemos agarrar o vento?" Galeano chamou as crianças pra roda. A brincadeira proposta pareceu esquisita nesses novos tempos. E ainda mais nesse dia de hoje. As crianças se perguntavam: Como vamos conseguir garrar e andar sempre junto com o vento? Outras diziam: Num dá não! Vento é um trem livre demais pra deixar alguém garrar nele. Galeano, com sua sabedoria provocadora acrescentou: É difícil mesmo, mas se a gente conseguir, nem que seja um pouquinho só, saberemos como é poder revirar tudo. Saberemos como é trazer perfume de café quando está sendo coado. E até poderemos levar brisa para os corpos e rostos cansadxs de dias de valentia. Para a sorte de Galeano, e para a nossa também, onde tem criança tem memória cortante, ideia ligeira e ousadia genuína. E na voz agigantada de gente pequena alguém falou: A gente pode sim garrar o vento, as pedras, os poemas e tudo que se pode garrar quando estamos juntxs. Galeano arregalou os olhos, e naquele instante teve certeza, que nunca o seu nome foi tão bem homenageado como na Escola do Acampamento Quilombo Campo Grande. E disse: Adelante agarradores de vento! Porque precisamos achar um outro lugar, nesse mesmo território de luta, para reerguer nossa Escola e seguir lutando" (2020).

12- "UMA PARTILHA DO SENSÍVEL" NA MARCHA, NO SIM, EU POSSO!

*"Como então? Desgarrados da terra
Como assim? Levantados do Chão?
Ou nas plantas dos pés uma terra
Como água na palma da mão".*
Chico Buarque

Quando se compartilha uma idêntica condição, ritualmente alimentada nas místicas, centrais no MST, gera-se uma partilha do sensível recorrendo aqui a Jaques Rancière, (2000); a partilha do sensível cria uma noção de comum. Quando o Nós, o pronome plural adquire potência coletiva, como afirma Paula Godinho (2019). Isso é a Mística, a seiva das árvores da luta. Aqui também se pode sugerir a leitura de Reinhart Kosellek (2004), por meio de seus conceitos estruturais: espaço de experiência (a memória e a prática) e horizonte de expectativa (formado pela esperança e o que se espera do futuro). A mística é liame da memória social ativando o compromisso de luta e expressando os valores nos ritos, nos lugares sociais, nos símbolos e nas consignas de convocação e evocação da memória dos lutadores sociais (Jornal Sem Terra, jun. de 1989).

Em Brava Gente (1999), João Pedro Stedile diz também sobre os símbolos e uma identidade Sem Terra. Roseli Caldart, (2004) sublinha os conteúdos da mística na força dos gestos, na postura dos militantes, na definição de seus símbolos, na proclamação de valores e na construção de uma Pedagogia do Movimento. A mística incorpora a memória simbólica da luta. E aqui observamos o substrato histórico da Bandeira, do Hino e doutros símbolos incorporados, no sentido de gerar identificação, pertencimento, unidade e partilha em comum.

A mística e o MST, talvez seja uma das dimensões mais estudadas e em distintas abordagens. Não caberia aqui uma sùmula, sempre rasa e incompleta. Entretanto, a reflexão de Michael Löwy, nos ajuda a compreender a questão, desde os nexos com a utopia sociorreligiosa do Cristianismo da Libertação, e em sua acepção mais alargada. Para Löwy, "a 'mística' – não na acepção estrita-

mente religiosa do termo, mas no sentido mais ampliado formulado por Charles Peguy –, impregna de um modo geral a cultura sociopolítica secular do MST. O termo é empregado pelos próprios militantes para descrever a intransigência moral, o engajamento emocional, a devoção à causa com o risco da própria vida, a esperança de uma transformação social radical. Essa mística laica, esse milenarismo profano, são apresentados nos rituais, nos textos, nos discursos e na formação política dos militantes dos movimentos. Eles representam um tipo de investimento da “energia crente” dos militantes na utopia revolucionária do MST” (2016).

Aqui se pode sugerir também a leitura do historiador inglês Christopher Hill "A Bíblia Inglesa e as Revoluções do Século XVII" (2003) e sua reflexão sobre a teologia da libertação do século XX na América Latina, como "principalmente um produto da laicidade" e sobre uma leitura bíblica leiga, como em Gustavo Gutiérrez. Assim como os escritos de Milton Schwantes sobre como a Bíblia reclama uma leitura em mutirão, reclama uma interpretação comunitária. (1984), de Carlos Mesters (1982), Frei Betto (1982) e a elaboração do MST, em seu Caderno da Educação Nº 10, "Ocupando a Bíblia" (outubro de 2000) e outros mais.

"Quem marcha nunca esquece", é o que se lê em publicações do MST, ressaltando o trabalho de Memória das Marchas. Sobre o ato de Marchar, de acertar o passo na Caminhada, como exercício de avivamento de memória, podemos voltar a ler o material produzido durante o V Mutirão Nacional de Formação, MST, 2005, assim como as palavras de Dom Tomás Balduino, em Povo de Deus em Marcha, 2014 e de Paulo Freire em Pedagogia da indignação.

13 - O MASSACRE E A MEMÓRIA

“Hora de contar as vítimas da República. São as narrativas de massacres. Eldorado do Carajás, Carandiru, Candelária, Contestado, Canudos. Banhos de sangue coletivos, vidas subtraídas. Fatos sociais que envolvem homens anônimos e acabam sempre de maneira trágica, revelando as faces brutais do poder e as condições a que estão expostos os homens comuns quando se pretendem erigir em sujeitos históricos”.
Edgar De Decca. Quaresma: Um relato de massacre republicano, 1997.

À epígrafe recortada do estudo de Edgar De Decca, juntamos a palavra de Gabriel Garcia Marquez: “A História da América Latina é também uma soma de esforços desmedidos e de dramas condenados de antemão ao esquecimento. A peste do esquecimento também existe entre nós. Passado o tempo, ninguém reconhece como verdadeiro o massacre dos trabalhadores da companhia bananeira, ou se lembra do coronel Aureliano Buendia” (Gabriel Garcia Marquez, 1982).

O Massacre em Eldorado do Carajás é muito mais que um dos principais marcadores do tempo na história e memória do MST. Muito se escreveu sobre o Massacre. Da ***cera da vela que velou os defuntos de Eldorado se construiriam os fios da memória***, disse Alfredo Bosi. Uma miríade de registros. A repercussão internacional. As imagens feitas pela equipe de TV no dia e hora do Massacre correram o mundo. Os enterros e os Cemitérios. O 17 de Abril como data internacional da luta camponesa. O Abril Vermelho como resposta da memória em ato. As imagens recolhidas por Sebastião Salgado. O livro “Terra” reunindo Salgado, Saramago e Chico Buarque. O 17 de abril nomeando Assentamento, Acampamento, Brigada... Construir a Praça Mártires de Abril e nomear 19 das ruas do lugar em memória dos mártires é um desejo. As canções, a poesia, o teatro, a performance da memória ativam a memória do 17 e dos 21. As reportagens. O teatro e a ação performática do grupo Banzeiros. As Castanheiras em “paisagem memorial”. A Casa da Memória na curva do S. O Acampamento Internacional

da Juventude nos dias do abril vermelho. O ato do 17 de Abril na curva do S. Oziel é nome de Escola e da Brigada de Formação. Oziel vive na memória, na poesia, na canção. O martírio, a repercussão, os desdobramentos no plano da memória são muitos. O simulacro de julgamento: anulação de sessões, parcialidade e suspeição dos juízes, retirada de provas do processo e outras chicanas mais... Há um momento em que o MST e a CPT reagem e gritam alto: Isto é já um Massacre da Memória!

O escritor e jornalista Eric Nepomuceno, entre fevereiro de 2004 até junho de 2007, leu milhares de páginas dos processos, fez entrevistas na região, pesquisou em periódicos, leu reportagens e artigos de opinião, conversou com sobreviventes e escreveu “O Massacre. Eldorado do Carajás: Uma História de Impunidade” (2007). O livro é dedicado a Eduardo Galeano e as fotografias são de Sebastião Salgado. Sobre seu livro afirma: “Mais do que revelar, quer recordar – soprar as brasas da memória para impedir que se tornem cinzas mortas”. O Capítulo 1 começa com a frase: “Uma imensidão de terras e de violência”. O Capítulo 5, o último, termina com a frase: “Na Memória brasileira, essa ferida não termina de cicatrizar”. Li este livro incontáveis vezes, e em diversos modos de leitura coletiva. *Consórcio do crime, listas de condenados, mortos ambulantes, inventário dos padecimentos, sobreviventes mutilados para a vida, testemunhas mudas* são algumas das palavras no livro, carregadas de vestígios de barbárie.

O Jornal Brasil de Fato, numa reportagem especial, publicada em abril de 2017, aviva os fatos e novas camadas de memória nos chegam, ecoando vozes sobreviventes do Massacre como matéria contra o esquecimento. A edição especial do Jornal, “Feridas Abertas”, assinala os relatos como “um trabalho de contra-narrativa e memória”. São testemunhos que nos pedem mobilização e compaixão, face às Cicatrizes de Memória Viva, as Feridas Abertas. É quando escutamos os relatos de quem não esquece um dia sequer aquele dia. Inácio, hoje com mais de 70 anos, foi um morto-vivo naquele dia de terror e não quer (ou não pode?) contar. Inácio, no fragor da metralha, caiu desacordado e foi dado como morto. Apenas no hospital se descobre que está vivo. Muitos lembram a

história de Inácio, mas ele precisa esquecer. De tão terrível o fato, não suporta a lembrança: “coisa ruim a gente não conta, porque é como viver de novo”.

A militância do MST no Pará, em suas diversas frentes e coletivos, em relação à Memória do Massacre de Eldorado, é uma lição sobre os trabalhos da memória, tantas e continuadas são as iniciativas *Para nunca esquecer* e agora, ampliadas com engenho e arte nesta Jornada Rumo aos 40 anos do MST. Uma de suas potentes ações é o *Acampamento da Juventude nomeado Oziel*. O Acampamento dura uma semana no Abril Vermelho. A cada dia, até o dia 17, por volta das cinco da tarde, em cortejo se dá um paro por 19 minutos nos dois sentidos da larga rodovia na curva do S. É dramatizado o protesto, gritando com o poeta: “O sonho se faz à mão e sem permissão”. Oziel é memória perene no Acampamento e nos versos de Zé Pinto. Sob a tenda, lona erguida em varas de galhos de árvore e guarnecida por folhas de palmeira, é uma beleza ver a cozinha do Acampamento, donde sai a tempo e horas uma comida muito boa, temperada com a esperança da luta e livre dos venenos do capital. Estive lá e Vi! e sempre agradeço à Maria Raimunda, pela força da experiência. E nas mãos um Caderno bonito: Poesias de Memória e Combate! “*Se calarmos as pedras gritarão*” Curva do S. Eldorado do Carajás, abril de 2017. Mais atrás, em abril de 2006, o Setor de Formação MST-Pará publicara o Caderno “*Oziel e a Juventude do MST*”, por Charles Trocate, Adelar Pizetta e Ademar Bogo.

Neste tópico, tenho muito mais o que dizer e multifacetado é o registro de Memória sobre o Massacre. Não tenho mais tempo e o texto já vai em demasia.

Vou terminando. Com Antonio Candido, em seu escrito de abril de 2001 sobre o Martírio secular e a Redenção da Terra no Brasil, busco eu uma liga com o tópico de entrada deste escrito. “Às vezes penso de que maneira pode ser lido hoje, cem anos depois, o clássico final da primeira parte d’Os Sertões, de Euclides da Cunha”. “O martírio do homem, ali, é o reflexo de tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da Vida. Nasce do martírio secular da Terra”.

“Em nossos dias o martírio da terra não é apenas a seca do Nordeste. É a devastação predatória de todo o país e é a subordinação da posse do solo à sede imoderada do lucro. Se aquela agride a integridade da Natureza, fonte de Vida, esta impede que o trabalhador rural tenha condições de manter com dignidade a sua família e de participar do mercado. Hoje, o martírio do homem rural é a espoliação que o sufoca”.

“Como consequência, tanto o martírio da terra (ecológico e econômico), quanto o martírio do homem (econômico e social) só podem ser remidos por meio de uma redefinição das relações do homem [ser humano] com a terra, objetivo real do MST. Por isso, ele é iniciativa de redenção e promessa de uma era nova, na qual homens [e mulheres] do campo possam realizar com plenitude e eficiência o grande papel que lhe cabe na vida social e econômica, porque as lides da lavoura são componente essencial de toda economia saudável em nosso país. Por se ter empenhado nessa grande luta com desprendimento, bravura e êxito o MST merece todo o apoio e a gratidão de todos. Nele palpita o coração do Brasil”. (Comentários a “Martírio e Redenção” de Antonio Candido. Adélia Bezerra de Meneses, 2019).

MEMÓRIA E A LUTA DE CLASSES*

O ponto de partida para nossos estudos sobre “O MST e a Memória” foi a leitura de alguns textos de base propostos pela coordenação do Seminário. Entre eles, estavam capítulos do importantíssimo livro de Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade*, além de outros textos seus. Analisamos também a apresentação do livro feita por Marilena Chauí intitulada *Os trabalhos da memória*. Nesse texto, a filósofa destaca uma dupla dimensão do trabalho relacionado à memória nos estudos de Ecléa Bosi. A primeira dimensão é o próprio trabalho em torno da elaboração da memória. Embora a memória tenha uma dimensão importante na subjetividade, ela não é algo dado naturalmente, mas sim resultado de um trabalho, de uma construção social dos seres humanos. “A lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito”, escreve Ecléa. A segunda dimensão destacada na obra é que essas memórias são também memórias do mundo do trabalho, são memórias produzidas pela experiência do trabalho, inseparáveis dele. As memórias, frutos do trabalho, são memórias de trabalhadores e trabalhadoras, originárias de uma experiência de classe.

O trabalho sobre a memória se realiza na elaboração do passado, das lembranças e vivências, tecendo nexos entre a experiência pessoal e social. Há diferenças entre história e memória, ainda que exista uma estreita relação entre ambas. A memória está profundamente associada à dimensão subjetiva de quem recorda, está marcada pela experiência e pela vivência pessoal, por sentimentos e afetos associados aos acontecimentos que compõem

* *Douglas Estevam*, Do Coletivo de Cultura do MST e da ENFF

a matéria prima da memória. Ela é constituinte do ser humano, vinculando uma dimensão sensível à experiência, individual e coletiva, constituindo sentidos para a existência, significados e valores que orientam a práxis humana.

Gostaríamos de destacar aqui a abordagem do trabalho sobre a memória a partir de suas dimensões ideológicas, de seu significado para projetos políticos e de transformação social, apontando os nexos entre memória e luta de classes. Enfatizamos o importante fato de que o trabalho em torno da memória, da elaboração do passado, não se reduz à preservação histórica, a um material de arquivo, mas que ele tem consequências no presente e engendra ações e alimenta utopias e esperanças. As memórias são trabalhadas e elaboradas em relação com as experiências do presente e estabelecem bases para um projeto futuro. Como enfatiza Ecléa, existem ligações “sutis que unem a lembrança à consciência atual, a lembrança ao corpo de ideias e representações que se chama ideologia”. O trabalho sobre a memória, inseparável de nossa ação no presente, articulando os diferentes tempos históricos (passado, presente e futuro), constitui as bases para a construção de uma nova sociedade vindoura, ele tem uma função social e um papel importante na práxis humana transformadora.

O trabalho sobre a memória possui uma dimensão estrutural no projeto do MST. Podemos encontrar uma interpretação do significado da memória para o MST nas formulações elaboradas por Roseli Salete Caldart em sua obra *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Fruto de uma análise do acúmulo histórico do processo de luta e organização do MST, o estudo de Roseli apresenta uma profunda reflexão sobre a dimensão sociocultural do Movimento e seus fundamentos pedagógicos que tem como horizonte o *processo de formação humana*. Entendendo que é o próprio Movimento o principal sujeito pedagógico da formação humana dos Sem Terra, a pedagoga destaca as principais matrizes formativas que constituem esse processo. São elas: a luta social, a organização coletiva, a terra (em suas dimensões de trabalho e produção), a cultura e, por fim, a história. A matriz pedagógica da história refere-se a “como os sem-terra se educam cultivando sua memória e com-

preendendo a história”. A história, e sua relação com a memória, é vista como sendo “certamente um dos ingredientes básicos da constituição da matriz de formação humana do MST”. Ela destaca ainda a importância radical do cultivo da memória na construção da identidade *Sem Terra*. “Se um assentado esquecer que um dia foi acampado, se também *esquecer* que muitas pessoas perderam sua vida pela terra em que hoje ele produz alimento, ele certamente deixará de ser um *Sem Terra*”, deixará de ser MST.

A concepção presente na prática do MST e destacada por Caldart ecoa o pensamento de Ecléa Bosi, que vai recuperar no filósofo Hegel a formulação de que “é o passado concentrado no presente que cria a natureza humana”.

Roseli aponta ainda a relação entre cultura, história e memória, destacando que elas estão estritamente interligadas. Essa vinculação entre memória e cultura estabelece as bases para o enraizamento da experiência dos Sem Terra, configurando importantes determinações de sua identidade. Alfredo Bosi, presente no primeiro seminário de cultura do MST, realizado em 1998, apontava alguns dos vários significados da palavra cultura. Um dos sentidos do termo cultura tem sua origem na agricultura, no cultivo e ocupação da terra, no trabalho na terra. O termo apresenta ainda o significado de cultivo da memória dos antepassados e da tradição. Bosi destaca também outra dimensão da cultura, que é de formulação de um projeto de futuro. Para ele, “cultura supõe uma consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro”, e o “MST tem condições de produzir uma cultura que se movimenta dialeticamente entre o enraizado e o projetivo. O MST enraíza as pessoas e lhes possibilita um projeto de futuro”. Dessa forma, na articulação entre cultura, história e memória, estabelecem-se os vínculos entre o trabalho de elaboração do passado, das memórias, o enraizamento nas experiências passadas e do presente e a força mobilizadora na luta pela construção de um projeto de futuro.

Em seu trabalho sobre a memória, o MST ressignificou em muitos níveis a história de nosso país e forneceu as bases para outro projeto de futuro. Na formação humana que caracteriza o

processo de luta e organização do MST, o trabalho com a memória estabelece profundas transformações subjetivas e sociais. Em primeiro lugar, o MST se reconhece como parte das lutas seculares de nossos povos originários, dos povos escravizados e das lutas pela terra dos movimentos camponeses que nos antecederam. João Pedro Stedile relata as origens do MST no conflito de terra com os indígenas nas áreas de Nonoai, no Rio Grande do Sul, em 1977, quando cerca de 1200 famílias tiveram que deixar as terras de uma reserva indígena kaingang. Rememorando aquele momento, Stedile diz que os camponeses, “pelo nível de consciência que tinham, colocavam toda a culpa nos índios”. Ele prossegue lembrando que seu primeiro trabalho foi mudar essa visão. Ele dizia aos camponeses, referindo-se ao território reivindicado pelos indígenas, que aquela era “terra deles”, dos povos originários indígenas, nossos antepassados.

O primeiro conflito por terra que esteve na origem do MST foi marcado por um processo de formação da consciência e um trabalho sobre a memória histórica que os camponeses tinham sobre os indígenas, uma memória histórica formatada no processo de colonização e que discriminava os povos originários, assim como os escravizados, e não reconhecia seu direito à terra. A luta pela terra e pela memória são inseparáveis num país de violenta formação colonial e escravocrata como o nosso. *A luta de classes também se trava no campo da memória e da história.*

O historiador Eric Hobsbawm destaca a importância do vínculo com o que ele chama de “sentido do passado”. Ele destaca como o “sentido do passado como uma continuidade coletiva de experiência mantém-se surpreendentemente importante”. Como exemplo, analisando o esforço de revolucionários marxistas modernos, que recuperavam a memória de rebeliões de escravos na Roma antiga, ele reconhecia que “é evidente que a sensação de pertencer a uma tradição antiquíssima de rebelião fornece satisfação emocional”.

A força emocional fruto desse trabalho sobre a memória possui um imenso significado político e de transformação. Nas entrevistas que realizou com militantes do MST, Roseli encontrou expressões dessa mesma força mobilizadora da memória entre os primeiros

sem-terra do MST. Uma delas afirmou: “quando descobri que nós não éramos os primeiros a lutar pela terra, alguma coisa mudou na minha cabeça.”

O trabalho com a memória desenvolvido pelo MST possui múltiplas formas. É perceptível, por exemplo, na renomeação de áreas ocupadas, que passam a adquirir outro nome e significado, recuperando lutas históricas e a memória de lutadores e lutadoras populares. Poderíamos citar, entre inúmeros casos, um assentamento em São Paulo que adotou o nome de Carlos Lamarca. O nome foi escolhido após descobrirem que quando aderiu à luta contra a ditadura, Lamarca havia organizado grupos de combatentes naquela região. O território que antes era conhecido como uma fazenda improdutiva, agora adquiria outro significado fruto da ocupação da terra, da luta e organização, e de uma nova construção simbólica que ressignificava a memória associada àquele local. Experiências como essas, inúmeras em todo o país, são uma marca característica da luta do MST. A nomeação dos territórios, a atribuição de significados, são ações estabelecendo um marco histórico. Os nomes de escolas, de núcleos, de acampamentos, de processos formativos ou de lutas, homenagem aos mártires, são diferenciadas formas de trabalho sobre a memória que constituem uma poderosa forma de ação na dinâmica social e na constituição de valores e concepções.

Entre as diversas práticas de trabalho com a memória, extremamente impactantes na formação humana dos Sem Terra, poderíamos destacar ainda os processos de história de vida desenvolvidos em vários processos formativos e organizativos. Essas atividades educativas transformam profundamente a auto-compreensão que os militantes têm de si mesmo e dos outros, fomentam importantes vínculos de solidariedade e de comunidade, uma compreensão viva da história do país, e são fortes alicerces da construção de uma identidade coletiva. Por fim, não poderíamos deixar de destacar o importantíssimo papel que a *mística* possui no cultivo da memória Sem Terra. As místicas e a produção simbólica do MST são práticas portadoras de extrema capacidade formativa por atuarem especialmente no nível emocional, gerando sentimentos

e enraizando memórias com outra qualidade e profundidade. As místicas proporcionam uma experiência sensível que configura uma das particularidades da determinação afetiva da memória.

A memória e a história são campos extremamente importantes na luta de classes e nos esforços de formação e emancipação humana. O filósofo Walter Benjamin já havia apontado que *nem nossos mortos estarão a salvo se nossos inimigos vencerem*. Os desafios contemporâneos são significativos. As forças de extrema-direita e o fascismo se empenham em manipular a história ocultando as atrocidades cometidas no passado contra os povos oprimidos. Os ataques às referências morais históricas da classe trabalhadora impactaram o imaginário popular em torno da memória da esquerda, principalmente em pautas como a corrupção. A lógica cultural pós-moderna, expressão da hegemonia do neoliberalismo, se caracteriza por importantes mudanças nas noções de tempo e história, enfraquecendo os vínculos de enraizamento com as experiências do passado e colocando em cheque a imaginação futura de outra sociedade. As transformações do mundo do trabalho também acarretam profundas mudanças na elaboração da memória coletiva e social.

Para os povos que lutam pela emancipação humana a crise estrutural do capitalismo, em sua fase mais recente, impõe novos desafios estratégicos para a luta de classes no campo da memória e da história.

A CPT E SUA CONTRIBUIÇÃO À MEMÓRIA DAS LUTAS NO CAMPO*

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde a sua criação em 1975, se defronta com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra o que se convencionou nomear como trabalhadores e trabalhadoras da terra, termo que engloba diversas categorias camponesas, entre estas comunidades tradicionais, assalariados rurais, indígenas e pescadores/pescadoras artesanais que vivem em espaços rurais e têm no uso da terra e da água seu sistema de sobrevivência e dignidade humana¹⁰. Desde o início também se faz o levantamento de dados sobre as lutas de resistência pela terra, pela defesa e conquista de direitos, e denuncia por diversos meios, sobretudo através do seu Boletim, a violência sofrida pelos povos e comunidades.

Diante das situações que envolviam os trabalhadores e trabalhadoras da terra vítimas da violência do capital e do Estado, a CPT passa a registrar a luta das comunidades ameaçadas e assume o compromisso político ao defender suas causas e ao mesmo tempo o compromisso profético por anunciar a vida que vem

***Ronilson Costa**, Agente e coordenador nacional da CPT

¹⁰. Além das categorias citadas neste parágrafo, constam outras seguintes: assentados, sem-terra, posseiros, pequenos proprietários, parceiros, pequenos arrendatários, trabalhador rural, garimpeiros, caiçaras, camponeses de fundo e fecho de pasto, faxinalenses, geraizeiro, marisqueiras, pescadores, quilombolas, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros, extrativistas (castanheiros, palmiteiros, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros), povos indígenas etc. A categoria atingido por barragens inclui comunidades tradicionais, ou assentados, sem-terra, indígenas etc. A partir de 2020 houve alterações na categorização de Lideranças.

dessas comunidades e denunciar todas as formas de violência a que eram e até hoje, muitas ainda são submetidas. O registro tornou-se uma prática voltada, não apenas para a publicação de dados de conflitos no campo, mas também uma contribuição à memória das lutas camponesas e dos povos originários do país.

Já no final dos anos 1970, foi promovida uma pesquisa em âmbito nacional sobre os conflitos e a violência que afetavam os povos e suas comunidades. Os dados desta pesquisa foram sistematizados e publicados, em 1983, no livro *CPT: Pastoral e Compromisso*, uma co-edição Editora Vozes-CPT, o qual incluiu relatos de conflitos até dezembro de 1982.

A partir de então, a CPT continuou a registrar sistematicamente os dados que eram publicados em seu Boletim. Em 1985 iniciou a publicação anual intitulada *Conflitos no Campo Brasil*, com os registros das ocorrências de conflitos e violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras da terra. A luta pelo direito de acesso à terra dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra organizados e articulados no MST passa a ser amplamente registrado, já a partir desse período. Um longo processo de aprendizado que contribuiu a revisão e atualização metodológica do registro.

Até 1988, os registros eram feitos à mão, em fichas. Neste referido ano, já com acesso à informática, criou-se o primeiro banco de dados, o dBase, onde foram registrados os conflitos até 1999. Em 2000, houve uma reestruturação e criou-se o DataCPT; os dados foram migrados para SQL server. Porém, permaneceram duas bases de dados separadas (uma até 1999 e outra a partir do ano 2000). Em 2018, iniciou-se uma nova reestruturação do banco de dados, visando a junção das duas bases de registros. Em 2020 tal união foi feita. Nasceu o *Gaia*, novo banco de dados em construção e análise, o qual reúne em si as ocorrências quantitativas e qualitativas publicadas pela CPT nesses 38 anos de publicação. Além do agrupamento das bases de dados, outrora separadas, o Gaia traz novas categorizações de registros.

A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre os conflitos no campo em âmbito nacional. Com este

trabalho formou um dos mais importantes acervos documentais sobre as lutas pela terra-território e formas de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras da terra, das águas e das florestas, bem como sobre a defesa e conquista de direitos.

Os documentos dizem respeito a conflitos ocorridos desde os anos de 1960. Ao iniciar a digitalização em 2008, a CPT priorizou os que se referem aos conflitos que aconteceram de 1985 a 2007, já sistematizados em seu banco de dados. Estes foram identificados, organizados por temas e digitalizados. Os documentos referentes aos conflitos a partir de 2008 já foram adquiridos em forma digital, bem como identificados, sistematizados e salvos no banco de dados *DataCPT*, e posteriormente no Gaia.

POR QUE DOCUMENTAR?

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, fundada em junho de 1975 provocada pelas graves violações de direitos que se passavam os trabalhadores/as rurais, peões, comunidades tradicionais e indígenas na região amazônica. Tem sua raiz e fonte no Evangelho e como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas. Por fidelidade “[...] ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão (1998), a CPT, desde suas origens assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra, água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos criando o setor de documentação em meados dos anos 1980. Em 2013 foi renomeado “Centro de Documentação Dom Tomás Balduino”.

A tarefa de documentar tem uma dimensão teológica, porque de acordo com a tradição bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores e trabalhadoras (Ex 3, 7-10). Esta luta é em si mesma um ritual celebrativo desta presença e da esperança que anima o povo.

Além deste aspecto, a CPT fundamenta seus registros em outras dimensões, que são: ética, política, pedagógica, histórica e científica.

Ética – porque a luta por terra/território, água, trabalho é uma

questão de justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.

Política – porque o registro da luta é feito para que o trabalhador, a trabalhadora, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista de sua história.

Pedagógica – porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras e a forjar a transformação necessária da sociedade.

Histórica – porque todo esforço e toda luta dos trabalhadores e trabalhadoras de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.

Científica – porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não em si mesma, mas para que o acesso a estes dados possa alimentar e reforçar a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, em seu enfrentamento com o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos, mas de registrar a história da luta de uma classe que secularmente é explorada, excluída e violentada.

A perspectiva de trabalhar junto aos povos do campo, das águas e das florestas, para solidariamente auxiliar na construção da luta para sua emancipação da exploração a que estão sujeitos secularmente, levou a CPT a ter como eixo central de seu registro dessa luta um conceito de conflito como uma relação entre polos distintos no processo de exploração, explorados e exploradores. A CPT adota a perspectiva dos primeiros e entende os conflitos a partir da posição nessa relação. Disso decorre a necessidade de acompanhar o processo da luta, com o registro dos fatos (ocorrências de conflitos) e seus processos, de modo amplo, não apenas os números, mas também a experiência da luta dos povos para sua emancipação nas mais variadas dimensões. Assim, se mantém registros de memória que podem ser utilizados para a escrita e o entendimento da história dos pobres do campo. Nesse sentido

podemos seguir Marc Bloch, em *O Ofício do Historiador*, “a História é a ação dos homens no tempo”.

Toda a metodologia deriva desse posicionamento e todo o acervo documental expressa essa escolha, assim, o recorte da memória da luta camponesa no Brasil desde finais da década de 1970 é o da escolha pastoral da CPT, mas também dos caminhos que a classe camponesa trilhou nesse período. E as mudanças metodológicas do registro acompanharam essa caminhada (ocupações, acampamentos, barragens, água, depois que se definiu desde o início o acompanhamento dos conflitos por terra e trabalhista). As publicações da CPT seguem também esses caminhos escolhidos e baseados na base documental que ela construiu nesse período.

A memória social se nutre da luta e das experiências de ações práticas das pessoas e grupos sociais que dela participam, em todas as dimensões da existência humana (cultural, intelectual, social, política, pedagógica, econômica etc.). Garantir o registro dessa memória é uma forma de contribuir para o avançar da luta, ao se entender como se lutou e como se luta, como se olha para esse passado, e como se pode considerar o que é relevante manter preservado o que pode ser utilizado no futuro. O suporte no qual está essa memória importa, mas o mais importante é a capacidade de articular todas as informações e conhecimentos presentes em todos esses suportes, em todos esses tipos de memórias.

O CEDOC E O TRABALHO COLETIVO NO REGISTRO DA MEMÓRIA DAS LUTAS DO CAMPO

Esse esforço está intimamente ligado à necessidade de ter fundamentado em fatos e documentos todas as denúncias que são feitas. Não se denuncia as violências no campo neste país, dominado pelo latifúndio, sem uma fundamentação muito sólida nos fatos e na documentação da luta e dessas violências. É essencial, politicamente, a existência de uma equipe exclusiva para esse trabalho. Mas também é igualmente essencial a contribuição de todos os agentes pastorais que acompanham as comunidades e registram tal acompanhamento. Sem a equipe de documentalistas e sem a capilaridade da organização nos locais mais remotos com

os agentes pastorais, a CPT seria incapaz de constituir o acervo da memória da luta camponesa que construiu durante esses quase 50 anos. Qualquer tentativa de emular esse trabalho, sem a capilaridade que a CPT tem, acaba por trabalhar com imensas lacunas na visão e nas experiências do campesinato brasileiro. E se distancia da perspectiva de classe que motivou o trabalho de registro durante esse período.

MEMÓRIA E HISTÓRIA NÃO SÃO IGUAIS*

Memória e história não são iguais. No seminário de 2023, “O MST e a Memória”, memórias do Movimento foram privilegiadas. Concluindo 40 anos de vida, na beira da formação de uma terceira geração, o movimento tem razão de valorizar a construção de uma identidade coletiva. Acertos na elaboração desta identidade dependem muito na memória dos formadores iniciais, das lutas de companheiras e companheiros. Se o movimento fosse uma pessoa, estaria de meia-idade, um ponto de transição entre seu crescimento e seu declínio. Mas, a organização não é uma pessoa, então 40 anos é um momento de refletir sobre o passado para construir o futuro, até com mais vigor, de “dar-lhe tudo, dar-lhe a nossa própria vida,” como a *revolucionária* francesa Simone Weil falou em 1932, segundo citação dela no programa do seminário.

É muito válido e importante do movimento ouvir, gravar, transcrever e guardar as memórias de todos seus militantes, acampados, assentados e lideranças. Outro processo importante é o arquivamento de suas produções, especialmente a organização e guarda de correspondência, minutas de reuniões, palavras de ordem, diários de militantes, planilhas financeiras, projetos realizados ou não. É necessário cuidar de guardar exemplares de tudo que pode ser acumulado e preservado das funções internas do Movimento. Se o MST for existir para sempre ou, como é mais provável, ter suas funções replicadas por outros movimentos e instituições no futuro, a documentação de sua extraordinária

*Clifford Welch, História/ UNIFESP

existência vai servir para ajudar a continuidade da luta para gerações e gerações.

Já faço referência aqui a duas modalidades de conservação do passado em concordância com o “amor pelo passado”, indicado como uma tradição marxista na citação de Weil já referida. A memória é o que a gente quer lembrar do passado. Cada pessoa tem uma memória diferente dos mesmos eventos, uma perspectiva individual. Normalmente, nossas memórias mudam com o tempo. Parte dessas mudanças de memória é vinculada com o tempo, com a distância entre os eventos e o momento da criação da memória, em seu próprio contexto temporal. Outra influência é a pressa do presente: nossas mentes reinterpretem nossas memórias segundo as necessidades do presente. As fraquezas da memória como fonte para conhecer o passado são bem investigadas pelo David Lowenthal (1998). Podemos até esquecer fatos inconvenientes e fabricar memórias que oferecem informações inventadas por serem convenientes para o memorialista ou sua audiência.

Assim, a distorção da memória é normal. Sua transformação acontece muito no contexto da gravação de uma entrevista. Na realização de entrevistas com comunistas italianos, Alessandro Portelli (1993), um renomado especialista em história oral, anotou uma tendência dos militantes reordenarem a cronologia do passado para apontar os erros feitos pelos protagonistas. Reorganizando a ordem do tempo, os erros apontados criaram a ilusão de que, com os erros corrigidos, o resultado do conflito teria sido diferente. Em vez de vencidos, os comunistas teriam sido vitoriosos. Assim, Portelli observou, a memória distorcida trouxe a ideia da possibilidade de um final feliz, de uma vitória dentro do alcance de uma nova geração de militantes atentos aos erros do passado.

História é diferente da memória. História do tempo recente utiliza de história oral, mas depende principalmente em fontes escritas e imagéticas primárias. Fontes primárias são documentos, relatórios, transcrições de entrevistas, reportagens, fotos e filmes, entre outros formatos de conservação de informações produzidas no momento dos acontecimentos – ou logo depois –

que interessam à pesquisadora ou ao pesquisador. Combinadas com a história oral são elas que têm uma capacidade maior de permitir uma reconstrução mais confiável dos eventos.

Dependendo de quem pesquisa, a interpretação dessas fontes pode expressar preconceitos – de fato, acreditamos que a subjetividade da historiadora ou historiador sempre vai influenciar a história produzida. Já que o viés da autoria não pode ser ignorado, a única solução é de formar historiadores simpáticos às causas do Movimento. É isso que é uma das razões dos cursos especiais do Pronex de formação de nível superior, bem como o programa de pós-graduação TerritoriAL da Universidade Estadual Paulista (UNESP), agora oferecendo ambos o mestrado e doutorado. Membros do Movimento já estão historicizando o MST em seus Trabalhos de Conclusão de Curso e Dissertações.

Quero apontar a importância do MST ir além da memória para qualificar historiadores que podem enfrentar a necessidade de reescrever a história do Brasil, uma história que privilegia o mundo urbano, a tecnologia, a indústria, ignorando a importância da base do capital financeiro no campo, a desterritorialização e exploração extrema do povo da terra, das florestas e das águas – dos camponeses, quilombolas e povos indígenas. Na grande maioria das interpretações da história do Brasil no século XX, a história social do campo saiu da tela da narrativa a partir dos anos 1930. Isso significa a elaboração de uma representação do país sem a presença da dinâmica rural por quase cem anos. A predominância desta visão precisa ser desafiada e revertida para mostrar a continuidade da centralidade do campo para a lógica perversa de desenvolvimento do Brasil.

Para realizar um verdadeiro “reset” da história contemporânea, a coleção de memórias não será suficiente. Entre as falas apresentadas no seminário, quero destacar a da Professora Adelaide Gonçalves, estimada historiadora da Universidade Federal de Ceará. Ela fez uma palestra emocional enfatizando a elaboração de uma bibliografia que contribua para a construção da história social do campo cearense. Ainda assim, a grandeza territorial do

Brasil exige mais e mais estudos para derrubar a predominância da narrativa do Brasil como país urbanizado, moderno e comprometido exclusivamente com os valores ocidentais.

Por isso, trabalhamos em apoio da construção de um centro de memória e documentação histórica do MST. Entre 2007 e 2009, participamos de um projeto financiado pelo NEAD, uma unidade de amparo a pesquisa do antigo Ministério de Desenvolvimento Agrário, que tinha como objetivo a “organização e disponibilização de parte do acervo de documentos produzidos pelo MST.” Coordenado pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, a parte indicada foi localizada no Cedem, o Centro de Documentação e Memória da UNESP. Construído a partir de uma doação feita pelo Bernardo, foram organizados documentos que o mesmo coletou e guardou do Movimento durante a pesquisa de sua tese de doutorado nos anos 1990. A equipe fez um diagnóstico de todos os setores do movimento e trabalhou para identificar, categorizar, higienizar e catalogar milhares de documentos, fotos, publicações e cartazes. O acervo tem sido muito procurado pelos pesquisadores, mas a falta de orçamento fragilizou acesso e soluções ainda estão sendo procurados para renovar os meios para realizar consultas.

O endereço dele é <https://www.cedem.unesp.br/#!/acervo/mst/>

Ao lado da massa documental produzida pelo Movimento em 40 anos de luta, o acervo no Cedem é só uma mostra minúscula. Assim, a secretaria nacional nos procurou para pensar a organização da documentação do movimento localizado na secretaria. Daí, historiadores qualificados começaram a organização, acondicionamento e catalogação deste acervo. Em 2022, conseguimos uma bolsa significativa da Universidade de Califórnia em Los Angeles (UCLA) para divulgar resultados parciais do trabalho. Ainda assim, o processo é lento e vai resultar na digitalização e disponibilização de apenas 10 mil documentos selecionados e algumas publicações.

Fora do Movimento, o site *ArmazemMemoria*, gerenciado pelo Marcelo Zelic, até sua triste morte em 2023, ainda oferece acesso virtual às diversas publicações do MST. Essas e mais informações

sobre outros movimentos populares podem ser encontradas em seu Centro de Referência Virtual – Luta Pela Terra no URL <https://armazemmemoria.com.br/crv-luta-pela-terra/>.

Outra fonte é o Banco de Dados da Luta pela Terra, o DATALUTA, criado pelo Prof. Bernardo em 1998. Desde 2000, seu núcleo de pesquisa publica anualmente relatórios que documentam em estatísticas, mapas e gráficos sobre as ocupações de terra, assentamentos rurais, estrutura fundiária, manifestações populares, as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURAS) realizadas ano a ano, além de dados sobre o avanço da estrangeirização da terra no Brasil. As publicações podem ser encontradas em: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/>

Para a história dos conflitos pela terra desde os anos 1970, outro importante recurso é o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra (CEDOC/CPT). Pode ser acessado em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc>. Provavelmente há outros acervos relevantes estabelecidos. São estes que conheço bem. Ainda assim, eles não dão conta nem da memória e muito menos da história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

REFERÊNCIAS

- LOWENTHAL, David. 1998. “Como conhecemos o passado.” *Projeto História* (São Paulo). trad. HADDAD, Lucia. n.17, p. 63-202.
- PORTELLI, Alessandro. 1993. Sonhos ucrônicos: memória e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*. (São Paulo), trad. RIBEIRO, Maria Therezinha Janine. n. 10, p. 41-58.

O TRABALHO DA EQUIPE DE ARQUIVO E MEMÓRIA DO MST*

A importância do cuidado com a memória da luta do povo sempre foi celebrado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), demonstrações disso são os nomes dados aos assentamentos, acampamentos, escolas, coletivos e centros de formação, geralmente fazendo referência a lutadores/as do povo ou a processos de luta social. Temos também o precioso cuidado dos e das Sem Terra que guardam jornais, bandeiras desbotadas, camisetas de marchas e Congressos que marcaram e contam histórias pessoais e coletivas. Esses e outros fatores se condensam na memória cerzida pela oralidade, expressa nas contações de histórias acompanhadas de café e contações de causos em beiras de rios e fogueiras, talvez a principal forma de perpetuar a história da luta por reforma agrária e do MST, como memória viva, a partir da construção cultural do povo brasileiro.

O trabalho com a memória oral e escrita e o cuidado documental no MST foi realizado desde o início do Movimento de diversas maneiras e a importância da história para a organização está vinculada ao próprio surgimento do movimento que tem por base a experiências de lutas passadas, memórias e histórias que nos trazem sabedoria, aprendizados e mística. Conforme o caminhar dos 40 anos de existência, foram dados passos no sentido de organizar, garantir o aumento da vida útil dos documentos e a construção de linhas políticas para avançarmos na autogestão do acervo e o cuidado com a preservação de registros documentais.

**Lucimeire Barreto e Tassiana Barreto*, Secretária Nacional do MST

Desde 2014 o MST constitui, a partir de sua organicidade, uma Equipe de Arquivo e Memória com o objetivo de organizar os documentos contidos na secretaria nacional do MST. Com o passar do tempo a equipe foi se moldando e assumindo um escopo de tarefas que inclui a produção, uso e guarda dos documentos do MST, organização do acervo, articulações com outros acervos como a Casa do Povo, o Cedem, o Museu da Pessoa etc. Este texto trata do processo de constituição dessa tarefa e equipe, no sentido de aprofundarmos a construção, no Movimento, das linhas políticas do cuidado com registros documentais, os desafios e potencialidades dessas tarefas a partir das características e contradições próprias do MST e da luta pela terra no Brasil.

Fundamentado nas lutas e organizações que o antecederam, o MST nasce no bojo das lutas sociais que eclodiram a partir da década de 1970¹¹. Da natureza da origem do MST surge um grande desafio para a elaboração sobre os cuidados com memória, documentos e da própria Equipe de Arquivo e Memória, porque só é possível compreender o movimento no bojo da luta pela terra no Brasil, e pensar no cuidado com materiais e memória, é a preocupação da articulação do passado, presente e futuro de lutas que são maiores que o próprio movimento, e a necessidade de contribuir, a partir da experiência Sem Terra, com a memória e acervo na perspectiva da luta pela terra e reforma agrária no país. Ao mesmo tempo, traz uma grande possibilidade a partir da compreensão da experiência do movimento imerso na totalidade da luta de classes no Brasil e das resistências passadas e vindouras dos povos do campo, como sujeitos produtores de conhecimento e de cultura a partir de enfrentamentos e luta por reforma agrária.

O período de surgimento do MST, no processo de fim da ditadura civil-militar, também tem forte implicação na forma de lidar com materiais e documentos produzidos pelo Movimento. A partir do golpe de 1964 consolidou-se um período de grande perseguição

¹¹. Sobre a gênese do MST ver Morissawa (2001), Stédile e Fernandes (2005).

política e muitos lutadores/as, assim como movimentos populares de luta por reforma agrária e de lutas sociais, sofreram com prisões, assassinatos, tortura¹². Era preciso ter cuidado e disciplina muito grande com documentos que poderiam ser utilizados nas perseguições políticas. Por isso tanto a produção quanto o armazenamento de documentos exigiam cautela. A transição democrática mudou a forma de tratamento dos registros, embora cuidados sigam sendo necessários, implicando um longo processo para alteração das linhas políticas e da prática militante¹³.

Destacamos que o MST nasce como uma organização social, de massas, autônoma, que procura articular e organizar os e as trabalhadoras rurais Sem Terra em três objetivos principais: por terra, reforma agrária e transformação social. Portanto, o movimento possui pautas vinculadas à demanda concreta e imediata da terra e da melhoria da qualidade de vida da base social, de transformações estruturais com uma política de reforma agrária e também de lutas que extrapolam a agenda Sem Terra em busca de formas emancipatórias de sociabilidade.

Diversas ferramentas de luta são utilizadas pelo movimento para a conquista dos objetivos e da garantia dos direitos, a ocupação da terra é um símbolo dessas lutas e da ousadia Sem Terra de pleitear assentamentos através do questionamento da propriedade privada e dos latifúndios no Brasil, conforme o direito à reforma agrária assegurado pela Constituição Federal, mas também são realizadas marchas, atos, ocupações de prédios públicos como ações reivindicatórias realizadas pelo Movimento.

Além disso, são diversas formas de organização nos territórios e atividades regionais, estaduais e nacionais do Movimento, que realiza organização cooperativa para produção de alimentos nos assentamentos e acampamentos, possui escolas, ciranda infantil, realiza convênios para realização de cursos formais, atividades

¹² Para mais informações, ver Comissão Camponesa da Verdade (2015).

¹³ Agradecemos a contribuição de Dulcineia Pavan que, através do seu relato, nos brindou com muitas informações e elementos sobre o cuidado com arquivo e memória em diversos períodos do Movimento

e cursos de formação política, atividades internacionalistas, no âmbito da saúde, cultura, lazer, mutirões, entre outros.

Ao mesmo tempo em que os e as Sem Terra se organizam e lutam, também sofrem ofensivas de criminalização, despejos, assassinatos, como o Massacre de Eldorado dos Carajás de 1996. A beleza da luta e da consolidação de territórios de organização popular, acampamentos e assentamentos, constituídos pela intransigência Sem Terra, enfrenta a dureza da intolerância dos ricos.

Para um Movimento que possui essas características e sua base social vivencia de forma latente as contradições da sociedade brasileira tão violenta, desigual e injusta, foram grandes os desafios para pensar e organizar o trabalho com arquivos e memória, pois é uma totalidade de ações e realidades, com diferentes formas de produção de documentos e materiais. Além das dificuldades estruturais de armazenamento, é necessário considerar uma realidade diversa que possui desde as mais lindas Cirandas Infantis aos brutais assassinatos, os quais, infelizmente, fazem parte da memória que precisa ser lembrada.

O acervo do MST, assim como sua organicidade, tem um quadro de arranjo com muitas raízes. Apesar de ser ainda desafio a construção de um quadro de arranjo para o acervo do MST, nota-se que pela diversidade de atividades realizadas pela organização, esse quadro será construído a partir de muitas funções e subfunções.

Em 2024, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra irá completar 40 anos de existência, acumulando a trajetória de organização em 24 estados nas cinco regiões do país, com mais de 350 mil famílias assentadas além de cerca de 60 mil acampadas. A multiplicidade do ser Sem Terra, a extensão geográfica onde o MST atua, a diversidade cultural e a heterogeneidade de sua base social, assim como o volume de ações, elaborações, memórias e documentos que são produzidos cotidianamente são outros desafios para se pensar em um acervo que possibilite o armazenamento da dimensão dos materiais existentes. Em cada localidade existem formas de produção da memória e de materiais, assim como dificuldades técnicas e falta de estruturas de armazenamento.

Para construir as tarefas em torno da memória e arquivo, a partir dos desafios e potencialidades citadas, o MST foi construindo formas e linhas políticas, conforme a realidade de cada período até a criação da Equipe de Arquivo e Memória, quando se constituiu um coletivo especificamente com essa função.

EQUIPE DE ARQUIVO E MEMÓRIA

Desde o início do Movimento, a secretaria nacional cumpriu papel de preservação do Arquivo e da Memória, embora com as dificuldades estruturais e os cuidados de segurança, que existiam nos anos iniciais da organização assim como ocorreu com outros movimentos populares no período ditatorial e de transição democrática. Muitas pessoas contribuíram nessa tarefa garantindo a preservação documental, por necessidade comprobatória, informacional e administrativa, mas também para registro da memória. Embora muitos documentos tenham se perdido – devido à grande quantidade de material produzido, as dificuldades existentes e a enorme demanda e tarefas existentes no Movimento – esse processo foi fundamental e possibilitou o aumento da vida útil de diversos documentos.

Com o objetivo de profissionalizar o cuidado documental e da memória, o MST constituiu a Equipe de Arquivo Memória como uma frente dentro de sua organicidade que possa estruturar, a partir de linhas políticas e domínio de técnicas, um conjunto de tarefas vinculadas à memória do Movimento.

A Equipe de Arquivo e Memória foi criada em 2014 e atualmente se organiza em três grandes frentes: (a) frente de documentação onde estão as fotografias, documentos textuais, cartazes e cartilhas; (b) frente de difusão e pesquisa onde estão as articulações com instituições de arquivo e memória (Cedem, Museu da Pessoa, Casa do Povo e outros acervos comunitários), projetos, publicações e pesquisa; (c) frente de formação, que trata de formações pontuais referentes ao trabalho e também da formação com setores e os estados onde o MST está organizado, são formações ligadas ao cuidado e guarda dos documentos.

O Arquivo do MST é um arquivo popular¹⁴, e até o momento ainda não é aberto ao público. A Equipe vem trabalhando na construção de algumas políticas relacionadas ao acervo, uma delas é a política de acesso aos documentos. Alguns documentos estão à disposição no site do MST, tais como: fotografias, cartilhas, cartazes, teses e dissertações.

A equipe de Arquivo e Memória trabalha na salvaguarda dos documentos do MST e no resgate e preservação da memória da organização. Neste percurso contou e conta com Arquivistas amigos¹⁵ do MST que vem contribuindo com a técnica do cuidado do acervo. Neste sentido, é importante apresentar as atribuições de uma arquivística e concomitantemente da Equipe que salvaguarda os documentos do MST. Algumas de suas principais responsabilidades incluem: organização de documentos: classifica e organiza os documentos de acordo com critérios previamente estabelecidos, facilitando a sua recuperação quando necessário; conservação dos documentos, garantindo que eles sejam mantidos em boas condições de armazenamento e acondicionamento, evitando degradações futuras; garantia de que os usuários tenham acesso às informações e documentos de forma rápida e eficiente, permitindo a tomada de decisões de forma mais ágil; elaboração de políticas e normas para a gestão de documentos, visando garantir a segurança, integridade e disponibilidade das informações.

Um dos objetivos da equipe é, portanto, a guarda, uso e preser-

¹⁴. Arquivos que têm como produtores movimentos e organizações populares e a utilização desses documentos estão ligados com a formação, a identidade, a mobilização e a ação dos membros do coletivo, além de comunicar ao público externo sobre suas atividades e seus posicionamentos políticos e ideológicos.

¹⁵. Jean Camoleze, educador e historiador, especializado em Educação do Campo e doutorando e Mestre em Ciência da Informação pela UNESP/Marília. Atualmente é Coordenador de Acervos da Casa do Povo, e trabalha com projetos referentes a "Arquivos e Movimentos Sociais". Carlos Henrique Metidiere Menegozzo, bacharel em Ciências Sociais (FFLCH/USP) e em Biblioteconomia (ECA/USP) e especialista em Organização de Arquivos (IEB/USP). Desde 2018 é diretor técnico do Núcleo de Biblioteca e Hemeroteca – APESP.

vação do acervo do MST, e assim como em outros acervos temos alguns grandes desafios para que o trabalho seja garantido, entre os quais a adaptação à era digital. As transformações da tecnologia, com a crescente migração de documentos para o formato digital, passa a exigir que técnicos em arquivo desenvolvam habilidades para gerenciar documentos eletrônicos. Também para trabalhar com grandes volumes de informação e de documentos gerados, o que torna esse trabalho ainda mais complexo e desafiador. E a falta de conscientização sobre a importância da gestão de documentos, que ainda há em muitos espaços e a pouca valorização da gestão de documentos e informações, costuma dificultar o trabalho técnico de arquivo, implicando sensibilizar e conscientizar os usuários sobre o tema.

Para que possamos superar essas dificuldades, temos trabalhado a difusão do acervo, tanto interna como externamente ao Movimento, o que ajuda na conscientização e divulgação do trabalho realizado pela equipe, cuja consolidação segue como desafio.

REFERÊNCIAS

- MORISSAWA, M. A História da Luta Pela Terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2005.
- CCV – Comissão Camponesa da Verdade. Relatório final: Violações de direitos no campo – 1946 a 1988. Sérgio Sauer et al. (Orgs). Brasília, Senado Federal, Comissão de Direitos Humanos, UnB, 2015.

LUGARES DE ACESSO VIRTUAL A MATERIAIS DA MEMÓRIA DO MST

Links:

<https://www.cptnacional.org.br/cedoc>
<https://www.cedem.unesp.br/>
<https://cimi.org.br/50anos>
<https://armazemmemoria.com.br/>
<https://mst.org.br/>
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo?>

Jornais:

Jornal Sem Terra

<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&pagfis=15702>
https://www.docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=LISTAARMMEM-CRV_LT&pesq=Jornal%20Sem%20Terra
<https://www.brasildefato.com.br/>

Revistas:

Revista da Abra: <https://abranacional.wordpress.com/revista/>

Revista Sem Terra: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=14477>

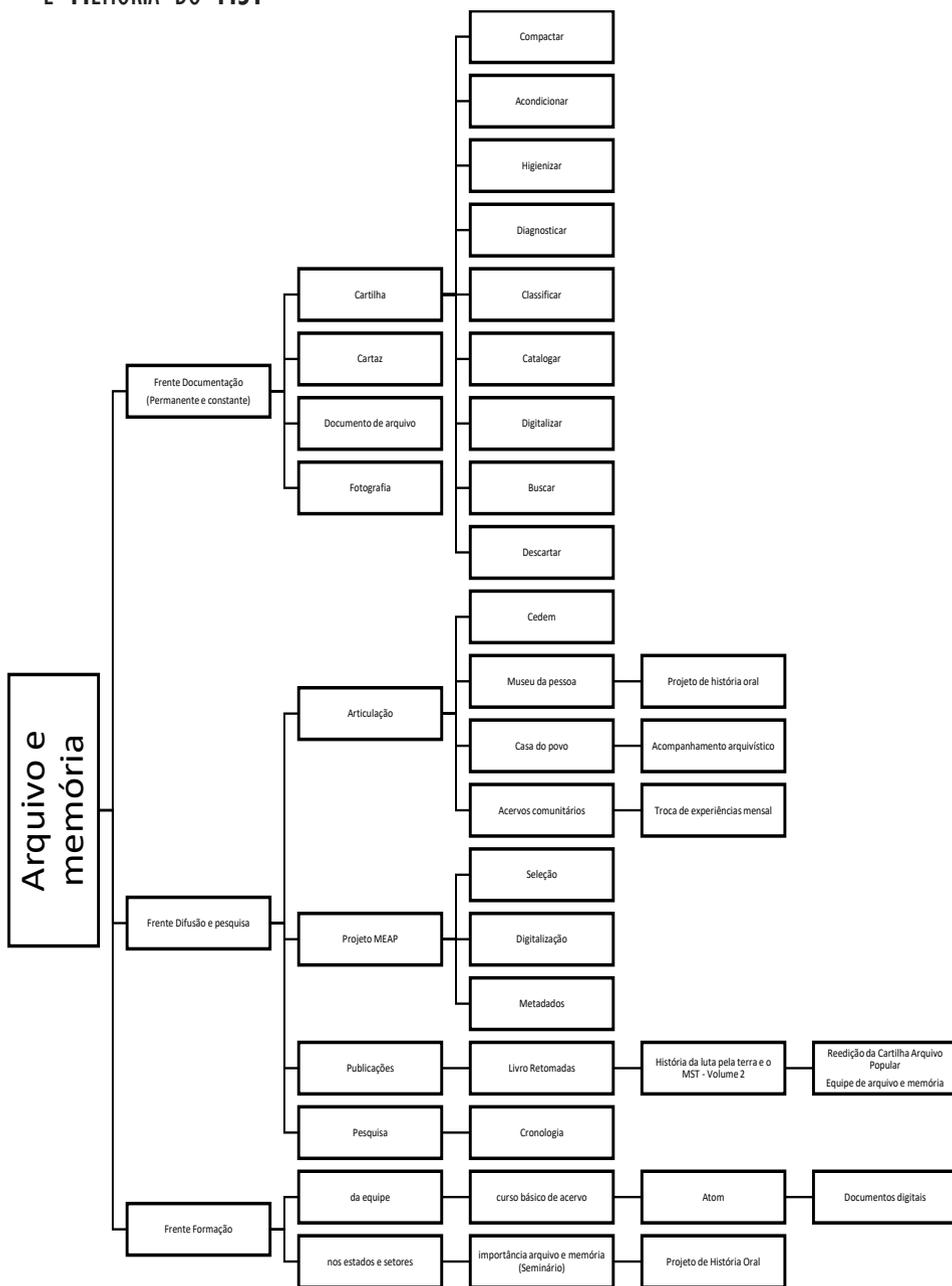
Revista Sem Terrinha: <https://mst.org.br/revista-sem-terrinha/>

Revista Nera/Unesp: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/archive>

Revista Conversas e Controversas (Pucrs): <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/conversasecontroversias/article/view/4346>

Revista Libertas: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18215/9466>

ORGANOGRAMA DO TRABALHO DA EQUIPE DE ARQUIVO E MEMÓRIA DO MST



O amor pelo passado não tem nada a ver com uma orientação política reacionária. Como todas as atividades humanas a Revolução extrai toda a seiva de uma tradição. Marx o sentiu tão bem que fez questão de buscar a origem dessa tradição nas mais longínquas idades fazendo da luta de classes o único princípio de explicação histórica. [...] A oposição entre o passado e o futuro é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; nós é que, para construí-lo, devemos dar-lhe tudo, dar-lhe a nossa própria vida.

Simone Weil

...Todo está cargado en la memoria
Arma de la vida y de la historia.
La memoria apunta hasta matar
A los pueblos que la callan
Y no la dejan volar
Libre como el viento
Libre como el viento

Da Canção de León Gieco

O dom de atear ao passado a centelha das esperanças pertence somente àquele que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso.

Walter Benjamin

